



CONVENÇÃO EUROPEIA
SECRETARIADO

Bruxelas, 9 de Maio de 2003 (12.05)
(OR. F)

CONV 707/03

NOTA DE ENVIO

de:	Secretariado
para:	A Convenção
Assunto:	Ficha analítica das propostas de alteração relativas à acção externa, incluindo a política de defesa: Projectos de artigos respeitantes à Parte I, Título V (artigos 29.º, 30.º e X) e à Parte II, Título B (artigos 1.º a 36.º) e Capítulo X (artigo X), da Constituição

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, a ficha analítica das propostas de alteração relativas à acção externa, incluindo a política de defesa: projectos de artigos respeitantes à Parte I, Título V (artigos 29.º, 30.º e X), e à Parte II, Título B (artigos 1.º a 36.º) e Capítulo X (artigo X), da Constituição.

FICHA ANALÍTICA DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO
RELATIVAS À ACCÃO EXTERNA, INCLUINDO
A POLÍTICA DE DEFESA:

PARTE I, TÍTULO V (ARTIGOS 29.º, 30.º E X)

PARTE II, TÍTULO B (ARTIGOS 1.º A 36.º)

PARTE II, CAPÍTULO X (ARTIGO X), DA CONSTITUIÇÃO

I. ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES – RESUMO

Os membros da Convenção apresentaram, no total, 811 alterações ao projecto de articulado sobre a acção externa. Os artigos da Parte I (artigos 29.º, 30.º e cláusula de solidariedade) foram objecto de 110 alterações. Quanto aos artigos horizontais do Título B, que dizem respeito aos princípios e objectivos da acção externa e aos instrumentos que abrangem diversos domínios da acção externa, foram apresentadas 73 alterações. Os membros da Convenção introduziram 329 alterações no Capítulo 1, sobre a PESC, 190 das quais dizem respeito especificamente à PESC, 118 à PESD e 21 às disposições financeiras. O Capítulo 2, sobre a política comercial, foi objecto de 59 alterações. No que respeita ao Capítulo 3, 68 das alterações apresentadas incidem na cooperação para o desenvolvimento, 28 na cooperação com os países terceiros e 18 na ajuda humanitária. Foram ainda introduzidas 17 alterações no Capítulo 4, que diz respeito às medidas restritivas, 55 no Capítulo 5, sobre os acordos internacionais, e 36 no Capítulo 6, sobre as relações com as organizações internacionais e os países terceiros. Por último, o artigo X, que diz respeito à aplicação da cláusula de solidariedade, foi alvo de 18 alterações.

I Estrutura geral

A nova estrutura dos textos, que propõe o agrupamento de todas as bases jurídicas relativas aos diferentes domínios da acção externa no Título B da Parte II, mereceu um vasto apoio.

Segundo os membros da Convenção, esta estrutura proporciona uma visão de conjunto mais coerente e mais clara dos diferentes meios de que a União dispõe para agir na cena internacional. Além disso, o facto de diferentes tipos de acção e de políticas do âmbito do Título B continuarem a ser regidos por diferentes modalidades não foi posto em causa pelos membros da Convenção.

II Artigos horizontais

Muitas das alterações ao artigo 1.º, sobre os princípios e objectivos, redigidas pelo Grupo de Trabalho VII, propõem diversos elementos adicionais aos n.ºs 1 e 2. Alguns dos membros da Convenção propõem igualmente que se reforcem as disposições do n.º 3, sobre a coerência da acção da União.

Quanto ao artigo 2.º, a maioria das alterações incide no direito de iniciativa relativo às recomendações dirigidas ao Conselho sobre os objectivos e interesses estratégicos da União. Vários membros da Convenção propuseram que se suprimam as disposições relativas às propostas conjuntas do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e da Comissão.

IIIA. Política Externa e de Segurança Comum

Grande parte das alterações sobre a PESC, incluindo a PESD (artigos 29.º e 30.º da Parte I e Capítulo 1 do Título B da Parte II) está directamente ligada às questões institucionais, especialmente ao estatuto e ao papel do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Um número limitado de membros da Convenção opôs-se à criação de um cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros com "dupla representação", considerando que se poderá obter maior coerência em termos de acção externa reforçando a cooperação entre o mandatário do Conselho para a PESC e a Comissão. A maioria dos membros da Convenção declarou-se, porém, favorável à criação de um cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros que, sob a autoridade do Conselho, conjugue funções PESC com funções nos domínios das relações externas geridas pela Comissão.

As diferenças de pontos de vista dentro do Grupo dizem essencialmente respeito às consequências que esta alteração institucional acarretará para os poderes da Comissão no domínio da PESC, o exercício da Presidência do Conselho "Negócios Estrangeiros" e a representação da União na cena internacional. Refira-se que alguns dos membros da Convenção propõem que se altere a designação do cargo do Ministro.

Direito de iniciativa

Alguns dos membros da Convenção propõem que se confira direito de iniciativa também à Comissão, prevendo a possibilidade de esta apresentar propostas PESC ao Conselho, a título individual ou em conjunto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Outros opõem-se, contudo, a que o Ministro possa apresentar propostas PESC conjuntamente com a Comissão, considerando que tal entra em contradição com a criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros com "dupla representação". Outras alterações propõem que se confira direito de iniciativa ao Parlamento Europeu ou que se limite o direito de iniciativa dos Estados-Membros.

Processo de tomada de decisão

Vários membros da Convenção propõem que se generalize a votação por maioria qualificada no domínio da PESC (passando a unanimidade a ser a exceção) e que se confira ao Ministro da União e, eventualmente, ao Conselho Europeu um papel de mediador no caso de um Estado-Membro invocar um problema importante que impeça a passagem à votação. Outras alterações propõem, nomeadamente: a manutenção da unanimidade a par de um alargamento da lista de casos em que o Conselho delibera por maioria qualificada, a aplicação da votação por maioria qualificada a todas as decisões ou ainda a supressão das derrogações por unanimidade. Diversas alterações opõem-se à votação por maioria qualificada relativamente às propostas conjuntas do Ministro e da Comissão.

Instrumentos

Os instrumentos da PESC suscitaram poucas alterações. Um número reduzido de membros da Convenção propôs que só o Conselho de Ministros adopte decisões, e não o Conselho Europeu; outros propõem que se altere a denominação dos instrumentos.

Papel do Parlamento Europeu

A maioria dos membros da Convenção que apresentou alterações sobre este ponto propôs que se confira um papel explícito ao Parlamento Europeu no processo de decisão da PESC ou que se reforcem as disposições do artigo 6.º sobre a consulta e a informação do Parlamento Europeu. Algumas alterações propõem que os parlamentos nacionais, eventualmente reunidos com o Parlamento Europeu, sejam também informados e consultados sobre os principais aspectos da PESC.

Representação externa

Alguns dos membros da Convenção propõem que se reforcem as disposições que prevêm que a posição da União seja expressa pelo Ministro da União nas conferências internacionais e nas organizações internacionais, inclusive no âmbito do Conselho de Segurança. Outros salientaram que o estatuto dos Estados-Membros no seio das organizações internacionais não deverá ser afectado e que não se deverá negligenciar o papel desempenhado pelos Estados-Membros na apresentação das posições da União.

Alguns dos membros da Convenção propõem que se explicita que as posições da União vinculam os Estados-Membros representados no Conselho de Segurança.

Os membros da Convenção avançaram igualmente uma proposta de criação de um serviço diplomático da União, que funcionaria sob a autoridade do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

III.B. Política de segurança e defesa comum

(As observações sobre o ponto III, relativo à PESC, aplicam-se igualmente a esta parte).

Alguns dos membros da Convenção preconizam que a redacção do artigo 30º se aproxime mais da n.º 1 do artigo 17.º do TUE e que se especifique o alcance da Política de Segurança e Defesa Comum.

Direito de iniciativa e processo de tomada de decisão

No que respeita ao direito de iniciativa, algumas alterações sugerem que se preveja, para além do direito de iniciativa do Ministro dos Negócios Estrangeiros ou de um Estado-Membro, também o da Comissão ou o do Ministro dos Negócios Estrangeiros em conjunto com a Comissão. Alguns dos membros da Convenção sugerem que se substitua o direito de iniciativa do Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo da Comissão.

Algunas das alterações incidem igualmente na problemática do processo de tomada de decisão neste domínio. Propõe-se, nalguns casos, que o Conselho não delibere por unanimidade, mas sim por maioria qualificada, ou por maioria qualificada reforçada, eventualmente com a participação do Parlamento Europeu.

Agência

Numerosas alterações sugerem que se alterem, aditem ou suprimam algumas das missões da Agência, pelo que houve quem defendesse igualmente a sua mudança de denominação. Alguns dos membros da Convenção propuseram que se suprimam as referências à Agência na Parte I, transferindo-as para a Parte II da Constituição.

Flexibilidade

No que respeita às diferentes formas de flexibilidade propostas no artigo, a que diz respeito à execução de uma missão por alguns Estados-Membros não suscitou grandes alterações. A cooperação estruturada (n.º 6 do artigo 30.º) e o estreitamento da cooperação em matéria de defesa mútua (n.º 7 do artigo 30.º) foram objecto de diversas alterações, que incidiram, nomeadamente, em alterações ao objecto da cooperação estruturada, ao recurso à cooperação reforçada neste domínio ou à supressão desta forma de cooperação.

As alterações relativas ao estreitamento da cooperação em matéria de defesa mútua incidiram principalmente no seu modo de instauração, nas relações com a NATO e na supressão desta disposição, considerada por vezes como uma duplicação da dos Tratado de Washington ou de Bruxelas.

IV. Política comercial

Alguns membros da Convenção propõem que se suprima a referência aos investimentos estrangeiros directos nos artigos 23.º e 24.º, por considerarem que este domínio não faz parte da política comercial comum. No que respeita ao artigo 24.º, refira-se que foram apresentadas alterações divergentes no que respeita à negociação e à celebração de acordos nos domínios referidos no n.º 4 (que prevê a unanimidade relativamente aos acordos nos domínios do comércio de serviços que impliquem deslocações de pessoas e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual sempre que seja exigida a unanimidade para a adopção de normas internas). Vários membros da Convenção defendem que se suprima este número, generalizando, assim, a adopção por maioria qualificada na política comercial. Outros solicitam, em contrapartida, que o texto reflecta o essencial do conteúdo do segundo parágrafo do n.º 6 do artigo 133.º do TCE, ou que se retome todo o texto dos n.ºs 5 e 6 deste último artigo. Diversos membros da Convenção referiram igualmente o papel do Parlamento Europeu, propondo que se reforcem as disposições respeitante à sua intervenção.

V. Cooperação para o desenvolvimento, cooperação com países terceiros e ajuda humanitária

Diversos membros da Convenção insistem na necessidade de se definirem os objectivos específicos da política de cooperação para o desenvolvimento nesta secção, nomeadamente a redução e, a prazo, a erradicação da pobreza e o apoio ao desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável. Alguns propõem que se saliente que esta política se baseia no princípio da parceria.

Diversos membros da Convenção solicitam que se suprima o n.º 4 do artigo 26.º, considerando que já não se justifica continuar a seguir uma abordagem específica em relação aos ACP. Quanto à ajuda humanitária, alguns salientam a necessidade de se mencionar igualmente o princípio da neutralidade; outros defendem ainda que se suprima o número que diz respeito ao Corpo de Voluntários para a Ajuda Humanitária.

VI. Acordos internacionais

No que se refere ao artigo 32.º, sobre a competência externa da União e os acordos de associação, vários foram os membros da Convenção que solicitaram que os acordos de associação sejam tratados num artigo distinto. Alguns propõem que se preveja igualmente a possibilidade de a União celebrar acordos internacionais não só quando uma disposição da Constituição o prevê, mas também "tendo em vista a execução das suas políticas" ou, de acordo com outra formulação, a de "a União (...) celebrar acordos internacionais cujo âmbito se reflecta nas suas competências internas".

Grande número de alterações respeitantes ao artigo 33.º resulta da diversidade de opiniões, entre os membros da Convenção, quanto ao estatuto e ao alcance das competências do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União. Muitas delas incidem no papel do Parlamento Europeu, tanto na fase da abertura de negociações como nas fases da negociação propriamente dita e na da celebração dos acordos. Quanto ao artigo 34.º, vários membros da Convenção propõem que se reforce o papel da Comissão no domínio da política monetária.

VII. Relações com as organizações internacionais e os países terceiros

Várias alterações têm a ver com a possibilidade de a União aderir a organizações internacionais, propondo alguns membros da Convenção que os Estados-Membros envidem esforços nesse sentido. Alguns propõem que se desenvolvam mais pormenorizadamente as disposições relativas à organização da representação externa da União.

VIII. Cláusula de solidariedade

O princípio subjacente à cláusula de solidariedade suscitou poucas alterações. Vários foram, contudo, os membros que propuseram novas formulações que alterem o seu alcance,

defendendo muitos deles que a cláusula se aplique igualmente em caso de catástrofes naturais ou de outras calamidades. Alguns sugerem ainda que todas as acções desenvolvidas neste âmbito exijam que o Estado-Membro em causa apresente um pedido.

II. ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES POR ARTIGO

PARTE I – TÍTULO V

Artigo 29.º: Política Externa e de Segurança Comum da União

1. *A União Europeia compromete-se a conduzir uma política externa e de segurança comum, baseada num desenvolvimento gradual da solidariedade política mútua entre os Estados-Membros, na identificação gradual das questões que se revistam de interesse geral e na realização de um crescente grau de convergência das acções dos Estados-Membros.*
2. *O Conselho Europeu identificará os interesses estratégicos da União e fixará os objectivos da sua Política Externa e de Segurança Comum. O Conselho de Ministros elaborará essa política de acordo com as modalidades estabelecidas na Parte II da Constituição.*
3. *O Conselho Europeu e o Conselho de Ministros adoptarão as decisões necessárias.*
4. *A Política Externa e de Segurança Comum será posta em prática pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e pelos Estados-Membros, utilizando os meios nacionais e os da União.*
5. *Os Estados-Membros concertar-se-ão no âmbito do Conselho e do Conselho Europeu sobre todas as questões de política externa e de segurança que se revistam de interesse geral, a fim de definir uma abordagem comum. Antes de empreenderem qualquer acção no plano internacional ou de assumirem qualquer compromisso que possa afectar os interesses da União, os Estados-Membros consultarão cada um dos outros no âmbito do Conselho ou do Conselho Europeu. Os Estados-Membros assegurarão, através da convergência das suas acções, que a União possa fazer valer os seus interesses e valores no plano internacional. Os Estados-Membros serão solidários entre si.*
6. *O Parlamento Europeu será consultado sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum e será mantido ao corrente da sua evolução.*
7. *Em matéria de Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho Europeu e o Conselho de Ministros adoptarão decisões por unanimidade, com excepção dos casos previstos na Parte II da Constituição. Pronunciar-se-ão sob proposta de um Estado-Membro ou do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, apresentada a título individual ou em conjunto com a Comissão.*
8. *O Conselho Europeu poderá decidir, por unanimidade, que o Conselho delibere por maioria qualificada em casos que não os previstos na Parte II da Constituição.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Proposta de aditamento, no final do artigo, de uma disposição que estipule que a execução da PESC não afecta as competências da União referidas nos artigos 11.º a 13.º, 15.º e 16.º da Constituição (*No 12/Farnleitner, No 28/O'Sullivan + 1*)
- Proposta de inclusão de uma referência ao quadro geral da acção externa de que a PESC faz parte (*No 36/Voggenhuber + 2*)
- Proposta de inclusão, num número distinto, de disposições específicas sobre a cooperação reforçada no domínio da PESC (*No 6/Borrell, No 15/Floch*)
- Proposta de inclusão, no presente artigo, de uma descrição da política comum em matéria de segurança e defesa que refira que esta não prejudica os compromissos assumidos pelos Estados-Membros no âmbito da NATO (*No 21/Kalniete + 5*)
- Textos alternativos (*No 3/Abitbol, No 18/Heathcoat-Amory, No 22/Kaufmann*)
- Suprimir o artigo (*No 23/Kirkhope, No 26/Michel + 4*)

N.º 1

- Reforçar o texto, substituindo "*compromete-se a conduzir*" por "*conduzirá*" (*No 11/Duff + 19, No 12/Farnleitner, No 6/Borrell + 2, No 13/Fini + 1, No 24/Lamassoure*), ou por "*estabelece e executa*" (*No 32/Spini*)
- Suprimir a referência aos Estados-Membros após "*solidariedade mútua*" (*No 11/Duff + 19*)
- Suprimir as referências ao carácter gradual do desenvolvimento da PESC (*No 33/Svensson, No 35/Thorning-Schmidt, No 36/Voggenhuber + 2, Fini/Speroni, No 24/Lamassoure, No 9/de Villepin, No 14/Fischer, No 20/Hjelm-Wallén + 4*)
- Alterar e encurtar o texto de forma a que fique expresso que a PESC se baseia na lealdade e na solidariedade política mútua dos Estados-Membros (*No 9/de Villepin*)
- Incluir uma referência à importância da coerência das acções dos Estados-Membros (*No 7/Brok + 29*)
- Especificar que a PESC abrange todos os domínios da política externa e de segurança, incluindo a Política Comum de Segurança e Defesa (*No 14/Fischer*)
- Acrescentar uma referência aos valores e objectivos da União (*No 6/Borrell + 2*)
- Aditar uma referência ao papel central da ONU (*No 5 Bonde + 2*)
- Suprimir este número, reintroduzindo alguns dos seus elementos no n.º 5 (*No 35/Tiilikainen + 4*)

N.º 2

- Alterar o texto de forma a que fique expresso que só o Conselho de Ministros pode tomar decisões (e não o Conselho Europeu) (*No 14/Fischer*)
- Especificar que o Conselho elabora a PESC "*com base nas directrizes do Conselho Europeu*" (*No 12/Farnleitner*)
- Suprimir as referências ao Conselho Europeu e ao Conselho de Ministros, referindo que "*as Instituições europeias*" executam a PESC (*No 36/Voggenhuber + 2*)
- Acrescentar uma referência aos princípios e objectivos da acção externa, tais como definidos no artigo 1.º do Título B da Parte II (*No 7/Brok + 29*)
- Aditar uma referência à participação activa do Parlamento Europeu e da Comissão (*No 6/Borrell + 2*)

N.º 3

- Alterar o texto por forma a que fique expresso que só o Conselho de Ministros pode tomar decisões (e não o Conselho Europeu) e incorporar a última frase do n.º 2 (*No 7/Brok + 29, No 10/De Vries + 1*)
- Suprimir este número (*No 12/Farnleitner, No 6/Borrell + 2, No 19/Helle, No 14/Fischer*)

N.º 4

- Especificar que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União actua "sob o controlo do Conselho" (*No 9/de Villepin*)
- Acrescentar que a PESC é igualmente executada pela Comissão (*No 12/Farnleitner, No 31/Severin*)
- Substituir "*Ministro dos Negócios Estrangeiros*" por "*Comissão*" (*No 33/Svensson*) ou por "*Comissário responsável pela PESC*" (*No 19/Helle*)
- Acrescentar que a PESC é executada "*sem prejuízo das prerrogativas constitucionais da Comissão*" (*No 11/Duff + 19*)
- Acrescentar uma nova disposição sobre a relação existente entre as decisões PESC e os actos da União noutros domínios: "*Sempre que, para executar decisões tomadas no domínio da PESC, sejam necessários actos da União do âmbito de outras políticas, tais actos podem, em conformidade com o artigo 28.º, conferir competências de execução ao Conselho ou à Comissão*" (*No 9/de Villepin*)
- Alterar o texto de forma a prever que o Ministro possa recorrer unicamente aos meios da União (*No 30/Roche*)

- Suprimir as referências aos meios nacionais e aos da União (*No 9/de Villepin*)
- Suprimir "*pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros*" (*No 5 Bonde + 2, No 29/Queiró*)
- Suprimir este número (*No 36/Voggenhuber + 2*)

N.º 5

- Acrescentar que, em caso de crise internacional ou sempre que a situação internacional o exija, o Ministro convoca uma reunião do Conselho a fim de definir uma posição da União (*No 14/Fischer*)
- Aditar uma disposição que preveja a imposição de sanções contra um Estado-Membro que empreenda uma acção contrária a uma posição acordada a nível da União (*No 8/Cushnahan*)

N.º 6

- Especificar que o Parlamento Europeu deverá ser regularmente mantido ao corrente (*No 11/Duff + 19, No 25/Meyer, No 6/Borrell + 2*)
- Propostas no sentido de reforçar o papel do Parlamento Europeu, prevendo a sua participação na definição dos princípios e orientação da PESC (*No 36/Voggenhuuber + 2, No 6/Borrell + 2*), ou estipulando que as acções operacionais PESC deverão ser aprovadas pelo Parlamento Europeu (*No 37/Wuermeling*)
- Acrescentar que os parlamentos nacionais, a Conferência Interparlamentar ou a COSAC serão consultados e mantidos ao corrente da evolução da PESC (*No 4/Azevdo + 1, No 16/Haenel + 1, No 32/Spini*)
- Propostas no sentido de dar maior consistência ao texto mediante a introdução de disposições da Parte II sobre o papel do Parlamento Europeu (*No 7/Brok + 29, No 25/Meyer*)

N.º 7

Processo de decisão:

- Generalizar a votação por maioria qualificada a todas as decisões PESC (*No 6/Borrell + 2, No 27/Muscardini, No 35/Tiilikainen*), ou prever a aplicação da maioria qualificada reforçada (*No 31/Severin*). Generalização da votação por maioria qualificada, acrescentando, porém, que os Estados-Membros que votem contra uma decisão ou se abstenham não são obrigados a aplicá-la (*No 25/Meyer*).
- Alterar a redacção do artigo por forma a que fique expresso que a votação por maioria qualificada constitui a regra e que a unanimidade se aplicará em derrogação da regra geral (*No 7/Brok + 29, No 11/Duff + 19, No 32/Spini*), quer mediante remissão para as condições previstas na Parte II (*No 9/de Villepin*), quer mediante a exclusão da PESD (*No 14/Fischer*). *Idem*, mediante o aditamento de disposições sobre a arbitragem pelo Conselho Europeu e a aplicação de uma "cláusula de interesse nacional" (*No 24/Lamassoure*)

- Excluir a votação por maioria qualificada relativamente a todas as decisões PESC
(No 1/Seppanen, No 5/Bonde + 2)
- Alterar o artigo, prevendo que só o Conselho de Ministros pode tomar decisões PESC (e não o Conselho Europeu) (No 7/Brok + 29, No 10/De Vries + 1, No 12/Farnleitner)

Direito de iniciativa:

- Suprimir "*apresentada a título individual ou em conjunto com a Comissão*" após "Ministro dos Negócios Estrangeiros", uma vez que este faz parte da Comissão (No 9/de Villepin)
- Alterar o artigo de molde a conferir direito de iniciativa também à Comissão (a título individual ou em conjunto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros) (No 12/Farnleitner, No 10/De Vries + 1, No 20/Hjelm-Wallén + 4, No 35/Tiilikainen + 4)
- Alterar o artigo de modo a conferir direito de iniciativa exclusivamente aos Estados-Membros (No 5/Bonde + 2)
- Substituir "*do Ministro dos Negócios Estrangeiros*" por "*da Comissão*" (No 35/Svensson)
- Alterar o artigo de modo a limitar o direito de iniciativa dos Estados-Membros aos casos em que três Estados apresentem em conjunto uma iniciativa (No 10/De Vries)
- Alterar o artigo de molde a conferir direito de iniciativa também ao Parlamento Europeu (No 27/Muscardini)

Outras alterações;

- Suprimir este número (No 36/Voggenhuber + 2)

N.º 8

- Acrescentar que este número não se aplica às decisões com implicações no domínio militar ou da defesa (No 30/Roche)
- Suprimir este número (No 7/Brok + 29, Svensson, Voggenhuber + 2, No 25/Meyer, No 2/Seppanen, No 9/de Villepin, No 36/Voggenhuber + 2)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 29.º

1. *Esko Seppänen*
2. *Esko Seppänen*
3. *William Abitbol*
4. *Maria Eduarda Azevedo e António Nazaré Pereira*
5. *Jens-Peter Bonde, Esko Seppänen e Jan Zahradil*
6. *Borrell, Carnero e López Garrido*
7. *Brok; Santer; Tajani; Van Der Linden; Almeida Garrett; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lennmarker; Maij-Weggen; Mladenov; Paks; Rack; Van Dijk; Wittbrodt; Zieleniec; Zile*
8. *John Cushnahan*
9. *de Villepin*
10. *de Vries e de Bruijn*
11. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis; Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
12. *Hannes Farnleitner*
13. *Gianfranco Fini e Francesco Speroni*
14. *Joschka Fischer*
15. *Jacques Floch*
16. *Hubert Haenel e Robert Badinter*
- 17.
18. *David Heathcoat-Amory*
19. *Esko Helle*
20. *Lena Hjelm-Wallén, Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg, Göran Lennmarker, Kenneth Kvist*
21. *Sandra Kalniete, Roberts Zile, Liene Liepina, Rihards Paks, Arturs Krisjanis Karins, Guntars Krasts*
22. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
23. *Timothy Kirkhope*
24. *Alain Lamassoure*

25. *Jürgen Meyer*
26. *Louis Michel, Elio Di Rupo, Anne Van Lancker, Pierre Chevalier, Marie Nagy*
27. *Cristiana Muscardini*
28. *O'Sullivan et Ponzano*
29. *Luís Queiró*
30. *Dick Roche*
31. *Adrian Severin*
32. *Valdo Spini*
33. *Ingvar Svensson*
34. *Helle Thorning-Schmidt*
35. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
36. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*
37. *Joachim Wuermeling*
38. *John Gormley*

Artigo 30.º
Política de Segurança e Defesa Comum

1. *A Política de Segurança e Defesa Comum, que faz parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum, garantirá à União uma capacidade operacional apoiada em meios militares e civis. A União poderá empregá-los em missões fora da União tendo em vista a manutenção da paz e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas.*
2. *A Política de Segurança e Defesa Comum incluirá a definição gradual de uma política de defesa comum da União; esta conduzirá a uma defesa comum, logo que o Conselho Europeu assim o decida, deliberando por unanimidade. Neste caso, o Conselho Europeu recomendará aos Estados-Membros que adotem uma decisão nesse sentido, nos termos das respectivas normas constitucionais.*

A política da União, na acepção do presente artigo, não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêm a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a Política de Segurança e Defesa Comum adoptada nesse âmbito.

3. *Os Estados-Membros porão à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum capacidades militares e civis de modo a contribuir para os objectivos definidos pelo Conselho.*

Os Estados-Membros comprometem-se a melhorar progressivamente as suas capacidades militares. Será instituída uma Agência Europeia de Armamento e de Investigação Estratégica para identificar as necessidades operacionais, promover as medidas necessárias para as satisfazer e, sendo caso disso, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da defesa, bem como para prestar assistência ao Conselho na avaliação do melhoramento das capacidades militares.

Os Estados-Membros que constituam entre si forças multinacionais poderão igualmente colocar essas forças à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum.

4. *As decisões relativas à execução da Política de Segurança e Defesa Comum, incluindo as que digam respeito ao lançamento de uma missão referida no presente artigo, serão adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União ou de um Estado-Membro. O Ministro dos Negócios Estrangeiros poderá propor que se recorra aos meios nacionais e aos instrumentos da União, sendo caso disso, em conjunto com a Comissão.*
5. *O Conselho poderá confiar a realização de uma missão, no âmbito da União, a um grupo de Estados-Membros. A realização dessa missão reger-se-á pelas disposições do artigo 18.º da Parte II, Título B, da Constituição.*

6. *Os Estados-Membros que preencham elevados critérios em termos de capacidades militares e que tenham assumido entre si compromissos mais vinculativos nesta matéria, tendo em vista a realização das missões mais exigentes, estabelecerão uma cooperação estruturada no âmbito da União. Essa cooperação reger-se-á pelas disposições do artigo 20.º da Parte II, Título B, da Constituição.*
7. *Enquanto o Conselho Europeu não tiver deliberado de acordo com o n.º 2 do presente artigo, será instituída uma cooperação mais estreita, no âmbito da União, em matéria de defesa mútua. A título dessa cooperação, caso um dos Estados que nela participam seja alvo de uma agressão armada no seu território, os outros Estados participantes prestar-lhe-ão, em conformidade com o disposto no artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, ajuda e assistência por todos os meios ao seu alcance, militares e outros. As regras de participação e funcionamento, bem como os processos de decisão inerentes a esta cooperação, constam do artigo 21.º da Parte II, Título B, da Constituição.*
8. *O Parlamento Europeu será consultado quanto aos aspectos principais e às opções fundamentais da Política de Segurança e Defesa Comum e mantido ao corrente da sua evolução.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- As disposições que prevêem uma cooperação mais estreita no domínio da PESD deveriam prever um limiar de participação de, no mínimo, metade dos Estados-Membros (No 33/Kohout)
- Substituir por artigo com outra redacção (No 7/Abitbol, No 24/Heathcoat-Amory)
- Aditar um n.º 9 onde se preveja que o Conselho e o Ministro dos Negócios Estrangeiros apresentarão regularmente relatórios de actividades sobre a execução da Política de Segurança e Defesa Comum à Assembleia da União da Europa Ocidental (No 22/Haenel + 1)
- Aditar um n.º 9 onde se afirme que a execução da PESC não afecta as competência da União na aceção dos artigos 11.º a 13.º, 15.º e 16.º da Constituição (No 39/O'Sullivan + 1)
- Supressão do artigo (No 32/Kirkhope, No 29/Kalniete + 5, No 9/Bonde + 2), uma vez que o seu objecto é diferente do do Título V, e transferir os elementos deste artigo para a Parte II. (No 37/Michel + 4, No 30/Kaufmann)

N.º 1.

A Política de Segurança e Defesa Comum faz parte da PESC

- Suprimir « que » no primeiro período e cindir este em dois. (No 31/Kiljunen, No 41/Roche, No 46/Tiilikainen + 3)

Especificação do alcance

- Especificar o alcance do número mediante uma referência ao artigo 17.º, Título B, Parte II (*No 41/Roche*) ou mediante a reprodução do n.º 1 do artigo 17.º, Título B, Parte II (*No 36/Meyer*)
- Especificar que a capacidade operacional serve para gerir conflitos e crises e que a União pode empregar essa capacidade operacional fora da União (*No 31/Kiljunen, No 46/Tiilikainen + 3*)
- Especificar que a capacidade operacional da União está ligada à gestão de crises (*No 47/Voggenhuber + 1*)
- Nova formulação em que se adite a defesa da União ou de um dos seus Estados-Membros, a prevenção de conflitos, a gestão de crises, a ajuda humanitária. Aditar ainda uma referência à conformidade com a Constituição (*No 10/Borrel + 1*)

Pôr a tónica, em primeiro lugar, nas capacidades civis, e depois nas militares

- Inverter a ordem das capacidades militares e civis, referindo em primeiro lugar as capacidades civis, e depois as militares (*No 36/Meyer, No 20/Fischer*)

Alterações que consistem em aditar a prevenção de conflitos e em referir explicitamente o papel das capacidades dos Estados-Membros na realização das missões

- Suprimir « A União poderá empregá-los em missões fora da União tendo em vista » e substituir por « A fim de assegurar ». Aditar a noção de prevenção de conflitos a seguir a « manutenção da paz ». Aditar um último período a este número : « A execução de tais tarefas está dependente das capacidades fornecidas pelos Estados-Membros » (*No 13/de Villepin, No 23/Hain, No 20/Fishcer*)

Diversos

- Aditar novo número 1.-A (*No 47/Voggenhuber + 1*)
- Substituir « fora da União » por que ocorram no território de Estados terceiros, com objectivos de e substituir « de acordo com » por no respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas (*No 40/Queiro*)
- Aditar « e unicamente sob mandato das Nações Unidas » após o respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas (*No 48/Gormley*)
- Novo n.º 1.-A sobre a defesa mútua (*No 10/Borrell + 1*)

N.º 2.

Alteração no sentido do n.º 1 do artigo 17.º do TEU

- Substituir « conduzirá » por poderá conduzir (No 23/Hain, No 33/Kohout) e « logo que » por caso no segundo período deste número (No 23/Hain, No 41/Roche, No 44/Svensson, No 26/Hjelm-Wallen + 4, No 31/Kiljunen, No 46/Tiilikainen + 3)
- Retomar, no n.º 1, o primeiro parágrafo do n.º 1 do artigo 17.º do TUE e, por conseguinte, suprimir a menção de que a Política de Segurança e Defesa Comum faz parte integrante da PESC (No 19/Fini + 1)

Política de defesa comum/defesa comum

- Suprimir a referência ao carácter gradual da definição de uma política de defesa comum e os dois períodos seguintes, sobre a passagem à defesa comum logo que o Conselho Europeu assim o decida. (No 47/Voggenhuber + 1)
- Suprimir a referência à possibilidade de uma defesa comum (No 34/Kvist, No 48/Gormley) e substituir por « com base na Carta e no quadro das Nações Unidas » (No 48/Gormley)
- Reformulação do primeiro período, pondo a tónica no facto de a definição gradual de uma política de defesa comum da União ficar sujeita a uma eventual decisão do Conselho Europeu, deliberando por unanimidade. (No 34/Kvist)

Diversos

- Substituir « de certos Estados-Membros » por « dos Estados-Membros » no segundo parágrafo. (No 33/Kohout)
- Substituir a deliberação por unanimidade pela maioria qualificada (No 38/Muscardini)
- Novo número (No 10/Borrell + 1)
- No segundo parágrafo, especificar que se trata do carácter não alinhado e, em certos casos, neutro, e não do carácter « específico » da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros. (No 34/Kvist, No 48/Gormley)
- Suprimir o primeiro parágrafo deste número (No 19/Fini + 1)
- Suprimir a referência às obrigações e relações de certos Estados-Membros com a NATO, no segundo parágrafo. (No 47/Voggenhuber + 1)
- Suprimir « e será compatível com a Política de Segurança e Defesa Comum adoptada nesse âmbito. » (No 48/Gormley)

N.º 3.

Forças multinacionais

- Transferir o último parágrafo, relativo às forças multinacionais, para o segundo parágrafo, a seguir ao primeiro período (*No 11/Brok +30, No 21/Giannakou*)
- Colocar o último parágrafo a seguir ao primeiro (*No 17/Earl of Stockton*)
- Substituir « poderão colocar à disposição » por « colocação à disposição » (*No 42/Severin*)
- Suprimir o último parágrafo deste número, relativo às forças multinacionais (*No 1/Seppanen*)

Compromisso dos Estados-Membros no sentido de melhorarem as suas capacidades

- Suprimir o primeiro período do segundo parágrafo, relativo ao compromisso dos Estados-Membros no sentido de melhorarem as suas capacidades (*No 31/Kiljunen, No 46/Tiilikainen + 3, No 10/Borrell + 1, No 25/Helle*)

Capacidades civis

- Inverter a ordem, referindo em primeiro lugar as capacidades civis no primeiro parágrafo (*No 20/Fischer*)
- Aditar as capacidades civis ao primeiro período do segundo parágrafo (*No 20/Fischer, No 44/Svensson, No 26/Hjelm-Wallen + 4, No 34/Kvist*)
- Substituir a noção de melhoria das capacidades pela de desenvolvimento. Este período do segundo parágrafo deveria passar para o primeiro parágrafo. (*No 44/Svensson, No 26/Hjelm-Wallen + 4, No 34/Kvist*)

Organizações internacionais

- Aditar, no final do primeiro parágrafo, uma referência à eventual utilização dos recursos e capacidades da NATO, no âmbito da parceria estratégica em matéria de gestão de crises estabelecida pela UE e pela NATO, na realização das missões referidas no presente artigo. (*No 23/Hain*)
- Substituir « à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum » por « à disposição das Nações Unidas » e aditar « e pela Carta das Nações Unidas » após « objectivos definidos pelo Conselho ». (*No 48/Gormley*)

Agência – geral

- Explicitar o carácter intergovernamental da Agência e aditar que a Agência será instituída sob a autoridade do Conselho (*No 23/Hain*)

Missões da Agência

- Aditar o estudo de medidas tendentes à prevenção de conflitos (*No 2/Thorning-Schmidt*)

- Substituir « sendo caso disso » por « se necessário » (*No 14/de Vries + 1*)
- Aditar a noção de coordenação à de identificação das necessidades operacionais pela Agência (*No 17/Earl of Stockton*)
- Substituir a parte do número relativa às missões da Agência por uma referência ao artigo 19.º, Parte II, Título B (*No 19/Fini + 1*)
- Substituir a parte do número relativa às missões da Agência por « para apoiar esses esforços, designadamente propondo políticas da União em matéria de desenvolvimento e aquisição de capacidades e avaliando os progressos realizados pelos Estados-Membros em relação aos objectivos e normas acordados, tal como definidos pelo Conselho » (*No 23/Hain*)
- Substituir a parte do número relativa às missões da Agência por : « para melhorar as capacidades militares europeias e reforçar a interoperabilidade e a cooperação entre as forças armadas dos Estados-Membros. Esta Agência deverá contribuir para criar um ambiente favorável a uma indústria europeia do armamento competitiva, bem como para promover o estabelecimento progressivo de um mercado europeu do armamento » (*No 20/Fischer*)
- Aditar a ideia de que a Agência assiste o Conselho na avaliação das capacidades militares postas à disposição da Política de Segurança e Defesa Comum
- Aditar, entre as missões da Agência, a de participação na definição de uma política europeia de capacidades e de armamento (*No 13/de Villepin*)
- Aditar um último parágrafo com a seguinte redacção : « No âmbito dos recursos financeiros que lhe são atribuídos, a Agência pode prestar apoio a processos de aquisição » (*No 11/Brok +30, No 21/Giannakou*)
- Suprimir a referência à promoção e à execução das medidas necessárias para satisfazer as necessidades operacionais (*No 35/Lopes + 3*)
- Suprimir « identificar as necessidades operacionais, promover as medidas necessárias para as satisfazer » (*No 25/Helle*)

Designação da Agência

- Mudar a designação da Agência para : « Agência Europeia de Capacidades de Defesa » (*No 14/de Vries + 1*), « Agência Europeia de Capacidades Militares e de Investigação Estratégica » (*No 19/Fini + 1*), « Agência Europeia de Desenvolvimento e de Aquisições no domínio da Defesa » ou « Agência das Capacidades e das Aquisições » (*No 23/Hain*), « Agência Europeia de Capacidades Militares » (*No 41/Roche*) , « Agência Europeia de Armamento e de Capacidades » (*No 20/Fischer*)

Supressão das referências à Agência neste número

- Suprimir a referência à Agência, que deveria ser instituída na Parte II da Constituição (No 33/Kohout, No 44/Svensson, No 26/Hjelm-Wallen + 4, No 34/Kvist). Substituir pelo apoio ao desenvolvimento das capacidades militares através de uma cooperação entre os Estados-Membros no domínio do armamento. (No 44/Svensson, No 26/Hjelm-Wallen + 4, No 34/Kvist).
- Suprimir toda e qualquer referência à Agência e substituí-la pela coordenação no domínio das capacidades tecnológicas e militares entre os Estados-Membros (No 40/Queiro)
- Suprimir o segundo parágrafo (No 47/Voggenhuber + I)

Supressões

- Suprimir o segundo e o terceiro parágrafos (No 48/Gormley)

Diversos

- Aditar uma referência ao facto de os Estados-Membros porem à disposição capacidades civis e militares em conformidade com o voto expresso (No 38/Muscardini)
- No primeiro parágrafo, substituir o Conselho pelo Conselho Europeu (No 45/Teufel)
- Para a definição dos objectivos, substituir o Conselho pelas Instituições Europeias. (No 47/Voggenhuber + I)

N.º 4.

Processo

- Substituir a deliberação por unanimidade por : votação por uma maioria qualificada reforçada de 75% dos Estados-Membros, cuja população deve representar 75% dos cidadãos da União (No 36/Meyer), votação por maioria qualificada (No 38/Muscardini, No 10/Borrell + I), votação por maioria qualificada reforçada, salvo quando se trate de decisões que impliquem uma acção militar (No 42/Severin), adopção das decisões pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu. (No 47/Voggenhuber + I)
- Aditar um parágrafo que estipule que os Estados-Membros que se tenham absterido ou que tenham votado contra não são obrigados a aplicar a decisão, mas aceitam que a decisão vincula a União e não contrariam essa decisão. (No 36/Meyer)
- Colocar a iniciativa de um Estado-Membro no topo da lista dos autores da proposta, e aditar a essa lista a proposta da Comissão, bem como a proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão (No 18/Farnleitner)
- Suprimir o direito de iniciativa do Ministro, substituindo-o pelo da Comissão (No 44/Svensson, No 48/Gormley).
- Suprimir o último período deste número (No 44/Svensson, No 47/Voggenhuber + I)

- Suprimir a referência à Comissão na proposta de recurso aos meios nacionais ou aos instrumentos da União, no último período do número (*No 13/de Villepin*)
- Suprimir a referência ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, substituindo-a pela Comissão na proposta de recurso aos meios nacionais ou aos instrumentos da União, no último período do número (*No 48/Gormley*)
- Começar o número por « sem prejuízo das prerrogativas constitucionais da Comissão » (*No 16/Duff + 20*)
- Substituir o « Conselho » pelo Conselho Europeu (*No 19/Fini + 1*)
- Aditar, no final do número, um período segundo o qual o recurso aos meios nacionais ou multinacionais a empregar nas operações será decidido, se for caso disso, pelos Estados-Membros em causa (*No 23/Hain*)
- Substituir o Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo Comissário encarregado da Política de Segurança e Defesa Comum (*No 25/Helle*)

Diversos

- Inclusão do orçamento destinado a cobrir os custos da Política de Segurança e Defesa Comum no orçamento da União. (*No 47/Voggenhuber + 1*)
- Nova redacção (*No 10/Borrell + 1*)

N.º 5.

- Aditar, no final do primeiro período deste número, a expressão na perspectiva de preservar os valores da União e de servir os seus interesses. (*No 11/Brok +30, No 21/Giannakou*)
- Aditar *by the provisions* do artigo 18.º na versão inglesa (*NdT: não se aplica à versão portuguesa*) (*No 23/Hain*)
- Suprimir todo o número (*No 3/Seppanen, No 18/Farnleitner, No 48/Gormley*)

N.º 6.

Cooperação reforçada

- Referência às disposições sobre a cooperação reforçada (*No 40/Queiro, No 28/Hubner, No 14/de Vries + 1, No 10/Borrell + 1*)

Modificações do objecto da cooperação

- Reformulação do número, pondo a tónica nos Estados que desejem desenvolver capacidades civis e militares que possam ser utilizadas na gestão de crises (*No 28/Hubner*)

- No primeiro período, substituir « estabelecerão » por « poderão estabelecer » (*No 33/Kohout*)
- Suprimir « e que tenham assumido entre si compromissos mais vinculativos nesta matéria, tendo em vista a realização das missões mais exigentes » e colocar « elevados critérios em termos de capacidades militares no âmbito da União » antes da referência ao artigo 20.º, Parte II, Título B. (*No 5/Thorning-Schmidt, No 12/Chritophersen + 3*)
- Suprimir a noção de elevados, aplicada aos critérios em termos de capacidades militares (*No 35/Lopes + 3 No 33/Kohout*)

Supressões

- Suprimir todo o número (*No 4/Seppanen, No 23/Hain, No 27/Hololei, No 41/Roche, No 44/Svensson, No 47/Voggenhuber + 1, No 26/Hjelm-Wallen + 4, No 31/Kiljunen, No 34/Kvis, No 46/Tiilikainem + 3, No 48/Gormley, No 25/Helle*)

Diversos

- Aditar que os elevados critérios em termos de capacidades militares são estabelecidos pelo Conselho Europeu por unanimidade, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União ou de um Estado-Membro, e substituir « instaurano » por instaureranno na versão italiana (*NdT: não se aplica à versão portuguesa*) (*No 19/Fini + 1*)

N.º 7.

Instituição de uma cooperação mais estreita

- No primeiro período, substituir « será instituída » por « pode ser instituída » ou « poderá ser instituída » (*No 6/Thorning-Schmidt, No 12/Chritophersen + 3, No 33/Kohout, No 40/Queiro*)
- Precisar que será instituída uma cooperação mais estreita entre os Estados-Membros que nela queiram participar. (*No 18/Farnleitner*)

NATO

- Aditar uma referência a uma estreita cooperação com a NATO na realização da cooperação em matéria de defesa mútua (*No 6/Thorning-Schmidt, No 12/Chritophersen + 3*)
- Aditar que esta cláusula funcionará quando a NATO não estiver envolvida (*No 33/Kohout*)

Nova redacção

- Substituir este número por uma nova redacção que ponha a tónica no facto de os Estados-Membros serem obrigados a prestar assistência mútua em caso de ataque proveniente do exterior, na garantia de que a assistência por parte de Estados terceiros só pode ser concedida a pedido da União e no facto de o comando das acções militares não poder ser transferido para um Estado terceiro. (*No 47/Voggenhuber + 1*)
- Reformulação do número, pondo a tónica no recurso ao Tratado de Bruxelas por parte dos Estados que desejem assumir um compromisso de defesa mútua. Para o efeito, este mecanismo deveria ser aberto a todos os Estados-Membros. (*No 28/Hubner*)

Supressões

- Suprimir todo o número (*No 14/de Vries + 1, No 15/Demiralp, No 23/Hain, No 27/Hololei, No 41/Roche, No 44/Svensson, No 26/Hjelm-Wallen + 4, No 31/Kiljunen, No 34/Kvist, No 35/Lopes + 3, No 46/Tiilikainen + 3, No 48/Gormley, No 25/Helle*)

Diversos

- Dizer que os Estados-Membros procurarão encontrar formas de ajuda e assistência, e não que a prestarão automaticamente. (*No 33/Kohout*)
- Especificar, mediante referência ao artigo XXX da Parte II (*No 40/Queiro*)

N.º 8.

Parlamento Europeu

- Aditar que o Parlamento Europeu deve ser regularmente informado, e referir explicitamente que cabe ao Conselho ou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros prestar-lhe essas informações. (*No 11/Brok +30, No 17/Earl of Stockton, No 21/Giannakou*)
- Aditar que o Parlamento Europeu também deve ser aconselhado (*No 48/Gormley*)
- Substituir este número por uma nova disposição que exija o parecer favorável do Parlamento Europeu em matéria de acção militar e de sanções contra os Estados no âmbito da Política de Segurança e Defesa Comum. (*No 47/Voggenhuber + 1*)
- Nova formulação que preveja que a utilização dos meios militares da União carece de autorização por parte do Parlamento Europeu (*No 10/Borrell + 1*)

Parlamentos nacionais

- Aditar a informação a prestar também aos Parlamentos nacionais (*No 43/Spini*), bem como a respectiva consulta no âmbito da Conferência Interparlamentar. (*No 8/Azevedo + 1*)

Supressões

- Suprimir o número, pois as disposições dos n.ºs 6 e 9 do artigo 29.º aplicam-se à Política de Segurança e Defesa Comum (*No 18/Farnleitner, No 46/Tiilikainen*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 30.º

1. *Esko Seppänen*
2. *Helle Thorning-Schmidt*
3. *Esko Seppänen*
4. *Esko Seppänen*
5. *Helle Thorning-Schmidt*
6. *Helle Thorning-Schmidt*
7. *William Abitbol*
8. *Maria Eduarda Azevedo e António Nazaré Pereira*
9. *Jens-Peter Bonde, Esko Seppanen e Jan Zahradil*
10. *Borrell, Carnero y López Garrido*
11. *Brok; Santer; Tajani; Van Der Linden; Almeida Garrett; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lennmarker; Lequiller; Maij-Weggen; Mladenov; Paks; Rack; Van Dijk; Wittbrodt; Zieleniec; Zile*
12. *Henning Christophersen, Poul Schlüter, Henrik Dam Kristensen And Niels Helveg Petersen*
13. *de Villepin*
14. *G.M. De Vries e T.J.A.M. De Bruijn*
15. *Oğuz Demiralp*
16. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
17. *The Earl of Stockton*
18. *Hannes Farnleitner*
19. *Gianfranco Fini e Francesco Speroni*
20. *Joschka Fischer*
21. *Marietta Giannakou*
22. *Hubert Haenel e Robert Badinter*
23. *Hain*
24. *David Heathcoat-Amory*
25. *Esko Helle*
26. *Lena Hjelm-Wallén, Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg e Kenneth Kvist*

27. *Henrik Hololei*
28. *Danuta Hübner*
29. *Sandra Kalniete, Roberts Zile, Liene Liepina, Rihards Piks, Arturs Krisjanis Karins, Guntars Krasts*
30. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
31. *Kiljunen*
32. *Timothy Kirkhope*
33. *J. Kohout*
34. *Kvist*
35. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunese e António Nazaré Pereira*
36. *Jürgen Meyer*
37. *Louis Michel, Elio Di Rupo, Anne Van Lancker, Pierre Chevalier e Marie Nagy*
38. *Cristiana Muscardini*
39. *O'sullivan e M. Ponzano*
40. *Luís Queiró*
41. *Dick Roche*
42. *Adrian Severin*
43. *Valdo Spini*
44. *Ingvar Svensson*
45. *Erwin Teufel*
46. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
47. *Voggenhuber, Wagener*
48. *John Gormley*

Artigo X: Cláusula de solidariedade

Em aplicação do princípio da solidariedade, a União mobilizará todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares, para:

- ***prevenir a ameaça terrorista;***
- ***proteger as instituições democráticas e a população civil de um eventual ataque terrorista;***
- ***prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de ataque terrorista.***

As modalidades de execução da presente disposição constam do artigo X da Parte II, Título B, da Constituição.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

Novo título

- Novo título: cláusula de segurança e de solidariedade (*No 5/de Villepin, No 7/Fischer*)

Alteração de carácter geral

- Nova redacção do artigo: Face às ameaças que atentam sobre a sua segurança comum, a União e os seus Estados-Membros actuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for objecto de um ataque terrorista ou de qualquer outra calamidade. Para tal, a União e os seus Estados-Membros servir-se-ão de todos os recursos ao seu dispor, incluindo as capacidades civis e militares no âmbito do artigo 30.º, por forma a garantirem ajuda e assistência ao Estado-Membro que o solicite. Expressarão, assim, o princípio da indivisibilidade da segurança dos Estados-Membros da União. (*No 5/de Villepin, No 7/Fischer, No 9/Hain*)

Alcance da cláusula de solidariedade

- Consoante os casos, acrescentar uma referência a: catástrofes naturais, calamidade humanitária ou qualquer outra (*No 6/Farleitner, No 14/Kiljunen, No 18/Roche, No 5/de Villepin, No 7/Fischer, No 9/Hain, No 16/Michel + 3*)
- Nova redacção que suprima os travessões e inclua no artigo a prevenção da ameaça do terrorismo internacional em conformidade com o direito internacional, bem como a mobilização de todos os instrumentos da União a fim de proteger a população civil e prestar assistência a um Estado-Membro, no seu território, a pedido das suas autoridades políticas (*No 12/Hjelm-Wallen + 4*)
- Acrescentar, no terceiro travessão, que se trata das instituições democráticas da União e dos Estados-Membros (*No 11/Helle*)
- Encurtar o artigo suprimindo a noção de protecção da população civil e das instituições democráticas (*No 17/Queiró*)

- Especificar o alcance da prevenção da ameaça terrorista (*No 10/Heathcoat-Amory + 1, No 15/Maclennan*) ou suprimir a referência à prevenção da ameaça terrorista (*No 11/Helle, No 19/Seppanen*)
- Especificar que a cláusula de solidariedade se aplica em caso de ameaça terrorista proveniente de uma entidade não estatal (*No 14/Kiljunen*)
- Inserir um artigo X-A relativo à defesa mútua (retomado do n.º 7 do artigo 30.º) (*No 2/Michel + 4*) ou um parágrafo igualmente relativo à defesa mútua (*No 8/Giannakou + 3*)

Bases jurídicas

- Nova redacção que ponha a tónica na assistência a um Estado-Membro vítima de um ataque terrorista ou de uma catástrofe de origem humana ou natural. As normas pormenorizadas de execução desta cláusula deverão ser adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, eventualmente após consulta ao Parlamento Europeu (*No 18/Roche*)

Pedido de um Estado-Membro

- Deslocar a referência ao pedido do Estado-Membro afectado para o final da primeira frase (*No 6/Farleitner, No 14/ Kiljunen, No 20/Tiilikainen + 3*)

Supressões

- Suprimir este artigo (*No 3/Bonde + 2, No 13/Kaufmann, No 21/Voggenhuber + 2, No 48/Gormley*), uma vez que o seu alcance está já coberto por outros artigos da Constituição (*No 4/de Vries + 1*)

Diversos

- Acrescentar uma disposição que especifique que o disposto no presente artigo não prejudica o carácter específico da política de defesa e segurança dos Estados-Membros. (*No 12/Hjelm-Wallen + 4*)
- Reformulação do artigo mediante a especificação dos meios que a União mobiliza (*No 8/Giannakou + 3*)
- Reformulação do artigo de forma a insistir no carácter intergovernamental da abordagem seguida (*No 10/Heathcoat-Amory + 1*)
- Substituir "União" por Comunidade (*No 1/Kirkhope*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO X

1. *Timothy Kirkhope*
2. *Louis Michel, Elio Di Rupo, Anne Van Lancker, Pierre Chevalier, Marie Nagy*
3. *Jens-Peter Bonde, Esko Seppanen e Jan Zahradil*
4. *G.M. De Vries e T.J.A.M. De Bruijn*
5. *de Villepin*
6. *Hannes Farnleitner*
7. *Joschka Fischer*
8. *Giannakou Marietta , Avgerinos Paraskevas, Brok Elmar e Stylianidis Evripidis*
9. *Hain*
10. *David Heathcoat-Amory, Conde de Stockton*
11. *Esko HELLE*
12. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos, e Sören Lekberg, Kenneth Kvist e Ingvar Svensson, representantes dos parlamentos nacionais.*
13. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
14. *Kiljunen*
15. *Robert Maclennan*
16. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção, e Pierre Chevalier, membro suplente da Convenção*
17. *Luís Queiró*
18. *Dick Roche*
19. *Esko Seppänen*
20. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
21. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*
22. *John Gormley*

PARTE II – TÍTULO B – ACÇÃO EXTERNA DA UNIÃO

Artigo 1.º Princípios e objectivos

1. *A acção da União na cena internacional assenta nos [pauta-se pelos] princípios que presidiram à sua criação, desenvolvimento e alargamento, e que é seu objectivo promover em todo o mundo: democracia, Estado de direito, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, respeito da dignidade humana, igualdade e solidariedade e respeito do direito internacional, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas. A União procurará desenvolver relações e constituir parcerias com os países e com as organizações regionais ou mundiais que partilhem desses valores. Promoverá soluções multilaterais para os problemas comuns, particularmente no âmbito das Nações Unidas.*
2. *A União Europeia definirá e prosseguirá políticas comuns e acções da União e diligenciará no sentido de assegurar o mais elevado grau de cooperação em todos os domínios das relações internacionais, a fim de:*
 - a) *Salvaguardar os valores da União, os interesses fundamentais, a independência e a integridade da União;*
 - b) *Consolidar e apoiar a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o direito internacional;*
 - c) *Preservar a paz, prevenir conflitos e reforçar a segurança internacional, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas;*
 - d) *Apoiar o desenvolvimento económico e social sustentável dos países em vias de desenvolvimento, tendo como principal objectivo erradicar a pobreza, especialmente nos países de baixo rendimento;*
 - e) *Incentivar a integração de todos os países na economia mundial, inclusivamente através da eliminação progressiva dos obstáculos ao comércio internacional;*
 - f) *Desenvolver medidas internacionais para preservar e melhorar o ambiente e os recursos naturais à escala mundial e assegurar o desenvolvimento sustentável;*
 - g) *Prestar assistência a populações, países e regiões confrontados com catástrofes de origem humana ou natural;*
 - h) *Promover um sistema internacional baseado numa cooperação multilateral reforçada e uma boa governação a nível mundial.*
3. *A União procurará garantir a coerência entre os diferentes domínios da sua acção externa. Terá igualmente em conta os princípios e objectivos acima enumerados no contexto da elaboração e execução dos aspectos externos das outras políticas da União.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

Substituir as referências à "União" por "Comunidade" (No. 28/Kirkhope).

N.º 1.

- Inserir "paz" a seguir a alargamento (No. 1/Gabaglio, No. 39/Voggenhuber+2) e inserir " justiça social " a seguir a " dignidade humana " (No. 1/Gabaglio).
- Aditar " pacíficas e negociadas " a seguir a " multilaterais " e " e para os conflitos regionais " a seguir a " problemas comuns " (No. 14/Borrell+2)
- Aditar " nomeadamente no Conselho de Segurança" no final do número (No. 11/Abitbol).
- Substituir " que partilhem " par " que promovam " (No. 17/de Villepin).
- Suprimir " pauta-se ", " universalidade e indivisibilidade ", substituir " humanos e das liberdades fundamentais " por " direitos fundamentais " e deslocar os termos " o respeito " colocando-os antes de " direitos fundamentais " (No. 19/Demiralp). Suprimir " e das liberdades fundamentais ", " dignidade ", " e solidariedade " (No. 25/Heathcoat-Amory). Suprimir o texto da primeira frase a seguir a " mundo " (No. 29/Lopes+3, No. 36/Queiró), mantendo uma referência ao respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas (No. 36/Queiró).
- Suprimir " que é seu objectivo promover em todo o mundo ", aditar " estado social " e substituir " respeito da dignidade humana " por " não violabilidade da dignidade humana " (No. 27/Kaufmann).
- Aditar uma alínea, segundo a qual a União renuncia à guerra como meio de resolução de conflitos e utilizará a força unicamente no quadro do direito internacional e de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas (No. 14/Borrell+2), ou aditar um número separado no mesmo sentido (No. 31/Martini), ou aditar uma referência aos progressos da capacidade de resolução de conflitos das Nações Unidas (No. 39/Voggenhuber+2) ou aditar uma referência à resolução pacífica de conflitos a seguir a " igualdade e solidariedade " (No. 40/Gormley).

N.º 2.

- Substituir por um texto segundo o qual os Estados-Membros (da Comunidade) podem prosseguir políticas bilaterais ou multilaterais (No. 28/Kirkhope).

N.º 2, alínea a)

- Substituir " salvaguardar os valores da União " por " salvaguardar o desenvolvimento sustentável " (No. 13/Bonde). Substituir " salvaguardar " por " garantir " (No. 27/Kaufmann). Aditar " e promover " a seguir a " salvaguardar " (No. 37/Svensson).
- Aditar " a segurança " (No. 24/Fischer).
- Aditar " os Estados-Membros " antes de " da União " (No. 25/Heathcoat-Amory), ou aditar uma referência aos Estados-Membros no fim (No. 36/Queiró).

Nº 2, alínea b)

- Aditar " incluindo os direitos económicos e sociais " a seguir a " os direitos humanos " (No. 8/Thorning-Schmidt). Aditar " Estado social " e uma referência à Carta das Nações Unidas (No. 27/Kaufmann) .
- Aditar " boa governação " a seguir a " consolidar e apoiar a democracia " (No. 12/Dybkjaer, No. 15/Brok+31, No. 32/McAvan+7).
- Substituir " direitos humanos " por " indivisibilidade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais " (No. 18/de Vries+1).

Nº 2, alínea c).

- Aditar " promover e " antes de " preservar " (No. 32/McAvan+7), ou " apoiar activamente " a seguir a " preservar " (No. 39/Voggenhuber+2).
- Aditar " e gerir " a seguir a " prevenir " e aditar " crises " a seguir a " conflitos " (No. 38/Tiilikainen+4).

Nº 2, alínea d).

- Aditar " ambiental " a seguir a económico (No. 3/Berger+1, No. 4/Timmermans, No. 5/Van Lancker, No. 7/Gabaglio, No. 16/Dybkjaer, No. 20/ Duff+19, No. 22/Farnleitner, No. 26/Hjelm-Wallén+3No. 27/Kaufmann, No. 30/Maclennan, No. 33/Michel+4, No. 37/Svensson, No. 39/Voggenhuber+2, No. 41/Carey).
- Suprimir " especialmente nos países de baixo rendimento " (No. 3/Berger+1, No. 4/Timmermans, No. 5/Van Lancker, No. 35/Palacio, No. 39/Voggenhuber+2, No. 41/Carey), ou deslocar a referência aos países de baixo rendimento, colocando-a antes de "tendo como principal objectivo " (No. 29/Lopes+3). Suprimir a referência aos países em vias de desenvolvimento (No. 39/Voggenhuber+2).
- Aditar " onde for possível, através da expansão do comércio livre " (No. 28/Kirkhope).
- Aditar uma referência à promoção da saúde e da educação (No. 30/Maclennan).
- Inserir " nomeadamente " a seguir a " desenvolvimento " e suprimir o termo " principal " antes de "objectivo" (No. 17/de Villepin).

Nº 2, alínea e).

- Substituir " a integração " por " a participação " (No. 11/Abitbol).
- Aditar " progressiva e acompanhada " a seguir a " integração ", aditar " especialmente os países em vias de desenvolvimento ", e substituir " ao comércio internacional " por " às trocas internacionais " (No. 29/Lopes+3).
- Aditar " de mercadorias e de serviços e de investimentos estrangeiros directos " (No. 18/de Vries+1).

- Suprimir " progressiva " (No. 26/Hjelm-Wallén+3).
- Substituir a segunda parte da frase por referências à eliminação dos obstáculos ao comércio e aos capitais e a salvaguarda da soberania (No. 27/Kaufmann).
- Aditar uma remissão para a alínea d) (No. 39/Voggenhuber+2).
- Suprimir o número (No. 40/Gormley).

Nº 2, alínea f).

- Substituir " preservar " por " proteger ", inserir " a qualidade do " antes de ambiente e " a gestão sustentável dos " antes de " recursos naturais " e substituir " e " por " a fim de " (No. 3/Berger+1, No. 37/Svensson, No. 39/Voggenhuber+2), ou alterar o número no mesmo sentido mas de forma mais detalhada em relação aos objectivos (No. 6/Van Lancker, No. 23/Dybkjaer).
- Aditar " e o desenvolvimento da regulação internacional " (No. 17/de Villepin).
- Aditar " preservar " antes dos " recursos naturais " (No. 18/de Vries+1).
- Aditar " e promover " antes de " o desenvolvimento sustentável " (No. 20/ Duff+19, No. 30/Maclennan).

Nº 2, alínea g).

- Substituir " confrontados com" por " afectados por " (No. 26/Hjelm-Wallén+3).

Nº 2, alínea h).

- Suprimir a referência a uma boa governação a nível mundial (No. 27/Kaufmann, No. 36/Queiró).
- Aditar " sob os auspícios das Nações Unidas" (No. 40/Gormley).

Propostas de aditamento de uma alínea.

- Aditar uma alínea (i) segundo a qual a promoção da relação transatlântica é a pedra angular da paz, da democracia e da estabilidade no mundo (No. 2/Kohout).
- Aditar uma alínea entre a a) e a b) relativa ao reforço da segurança e à promoção da solidariedade entre os Estados-Membros (No. 17/de Villepin), ou uma alínea a seguir à b) relativa ao reforço da segurança da União, incluindo a segurança do aprovisionamento (supplies) (No. 20/ Duff+19, No. 30/Maclennan).
- Aditar uma alínea (j) relativa à promoção da diversidade cultural e linguística (No. 17/de Villepin).
- Aditar uma alínea relativa à promoção da cooperação internacional na gestão dos fluxos migratórios (No. 18/de Vries+1).

- Aditar uma alínea relativa à promoção da cooperação internacional na luta contra a criminalidade (No. 18/de Vries+1).
- Aditar uma alínea a seguir à alínea a) relativa à consolidação, apoio e observância dos princípios democráticos, incluindo o direito de eleição (etc.) (No. 21/The Earl of Stockton).
- Aditar uma alínea a seguir à anterior relativa à observância da boa governação, do Estado de direito, dos direitos humanos e do direito internacional (No. 21/The Earl of Stockton).
- Aditar uma alínea (i) relativa ao desenvolvimento de relação especiais com os Estados vizinhos da União (No. 38/Tiilikainen+4).
- Aditar uma alínea entre a c) e a d) relativa à promoção do desarmamento (No. 39/Voggenhuber+2).

Nº 3.

- Aditar uma frase relativa à coerência entre os diferentes domínios da acção externa bem como entre a acção externa e as outras políticas da União quando têm repercussões nos países em vias de desenvolvimento (No. 9/Berger+1, No. 10/Van Lancker, No. 15/Brok+31, No. 37/Svensson, No. 41/Carey). Reformular para indicar que a União deve assegurar a coerência entre as suas políticas externas e internas (No. 18/de Vries+1, No. 20/Duff+19, No. 30/Maclennan), que as políticas internas contribuirão para atingir e reforçar os objectivos no domínio do desenvolvimento e que a União terá em conta os princípios e os objectivos do artigo no desenvolvimento e execução das outras políticas (No. 39/Voggenhuber+2) que podem influenciar os países em vias de desenvolvimento (No. 18/de Vries+1), ou aditar no fim do texto actual " incluindo os passíveis de afectar os países em vias de desenvolvimento " (No. 26/Hjelm-Wallén+3).
- Especificar que é o Conselho e a Comissão que devem velar pela coerência entre os diferentes domínios da acção externa e que é necessário ter em conta os princípios e os objectivos deste artigo aquando do desenvolvimento e execução dos aspectos externos de outras políticas da União (No. 10/Van Lancker).
- Substituir " terá igualmente em conta " por " respeita " e suprimir " aspectos externos " (No. 38/Tiilikainen+4).
- Substituir o número por um texto relativo à observância dos princípios e objectivos pelo Conselho e pela Comissão, indicando cada domínio da acção externa e especificando a respectiva responsabilidade em assegurar a coerência da acção externa, bem como a do conjunto das políticas (No. 33/Michel+4).
- Aditar uma referência ao respeito pelo acervo, substituir " terá igualmente em conta " por " respeita igualmente ", e suprimir " aspectos externos " (No. 22/Farnleitner).
- Aditar que os Estados-Membros se abstêm de acções não concertadas, que poderiam ser contrárias aos interesses da União ou prejudicar a sua eficácia nas relações internacionais (No. 24/Fischer).

- Substituir " consistency " par " coherence " na versão inglesa (No. 26/Hjelm-Wallén+3, No. 37/Svensson).
- Suprimir o número (No.28/Kirkhope).

Propostas de aditamento de um número.

- Aditar um número segundo o qual este artigo não afectará o exercício das responsabilidades dos Estados-Membros no tocante à manutenção do Estado de direito e à salvaguarda da segurança internacional (No. 18/de Vries+I)
- Aditar um número segundo o qual se uma política da União estiver em conflito com estes princípios e objectivos, prevalecerá este artigo (No. 21/The Earl of Stockton, No. 25/Heathcoat-Amory).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 1.º

1. *Emilio Gabaglio*
2. *Jan Zahradil*
3. *Maria BERGER e Caspar EINEM*
4. *Frans Timmermans*
5. *Anne Van Lancker*
6. *Anne Van Lancker*
7. *Emilio Gabaglio*
8. *Helle THORNING-SCHMIDT*
9. *Maria BERGER e Caspar EINEM*
10. *Anne Van Lancker*
11. *William ABITBOL*
12. *Dybkjær*
13. *Jens-Peter Bonde*
14. *Borrell, Carnero e López Garrido*
15. *Brok; Santer; Stylianidis; Tajani; Van Der Linden; Almeida Garrett; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lennmarker; Lequiller; Maij-Weggen; Mladenov; Paks; Rack; Van Dijk; Wittbrodt; Zieleniec; Zile*
16. *Dybkjær*
17. *De Villepin*
18. *G.M. De Vries Et T.J.A.M. De Bruijn*
19. *Oğuz DEMIRALP*
20. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Griekus, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan Of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Oza e Gintautas Sivickas.*
21. *Conde de Stockton*
22. *Hannes Farnleitner*
23. *Dybkjær*
24. *Joschka Fischer*

25. *David Heathcoat-Amory*
26. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos e Sören Lekberg e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais.*
27. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
28. *TIMOTHY KIRKHOPE*
29. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
30. *Robert MacLennan*
31. *Claudio Martini*
32. *Linda Mcavan, Anne VAN LANCKER, Olivier DUHAMEL, Luis MARINHO, Pervenche BERÈS, Maria BERGER, Elena PACIOTTI, Helle THORNING-SCHMIDT*
33. *Louis Michel, Elio Di Rupo, Anne Van Lancker, Pierre Chevalier Marie Nagy*
34. *O'Sullivan e Ponzano*
35. *Palacio*
36. *Luís Queiró*
37. *Ingvar SVENSSON*
38. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
39. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*
40. *John Gormley*
41. *Pat Carey*

Artigo 2.º

1. *Com base nos princípios e objectivos enunciados no artigo 1.º do presente Título, o Conselho Europeu identificará os interesses e objectivos estratégicos da União.*

As decisões do Conselho Europeu sobre os interesses e objectivos estratégicos da União poderão incidir nos domínios da política externa e noutros domínios que se insiram no âmbito da acção externa da União. Poderão dizer respeito às relações da União com um país ou uma região ou seguir uma abordagem temática. Definirão a sua duração e os meios a facultar pela União e pelos Estados-Membros.

O Conselho Europeu delibera por unanimidade, sob proposta do Conselho. O Conselho adopta a sua proposta, por maioria qualificada, com base em recomendações do Ministro dos Negócios Estrangeiros relativamente a questões da Política Externa e de Segurança Comum, da Comissão relativamente aos restantes domínios de acção externa, ou de ambos em conjunto. As decisões do Conselho Europeu são executadas pelo Conselho de acordo com os procedimentos previstos na Constituição.

2. *O Ministro dos Negócios Estrangeiros, para o domínio da Política Externa e de Segurança Comum, e a Comissão, para os restantes domínios da acção externa, podem apresentar propostas conjuntas ao Conselho. O Conselho adopta por maioria qualificada as decisões sobre essas propostas conjuntas.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Nº 1.

- Limitar a definição pelo Conselho Europeu dos interesses e objectivos estratégicos da União exclusivamente ao domínio da PESC (No9/Hain, No26/Van Lancker)
- Aditar uma referência ao papel do Parlamento Europeu (No4/Borrell + 2, No15/Kaufmann, No 18/Lopes+3, No27/Voggenhuber+1)

As decisões do Conselho Europeu :

- Alterar o texto para exprimir que o Conselho Europeu não adopta decisões mas "directrizes" (No6/De Vries +1 , No8/Farnleitner)
- Precisar que o Conselho Europeu se pronuncia sob proposta do Conselho dos Negócios Estrangeiros" (No5/de Villepin)
- O Conselho Europeu delibera por maioria qualificada (No4/Borrell + 2, No 6 de Villepin)
- Aditar que as decisões do Conselho Europeu em domínios que não sejam a PESC são tomadas de acordo com o processo legislativo (No2/Berger + 1, No 28 / Carey)

As recomendações do Conselho :

- O Conselho adopta uma recomendação exclusivamente com base numa proposta conjunta do Ministro e da Comissão (No8/Farnleitner), ou exclusivamente com base numa proposta da Comissão (No24/Svensson)
- O Conselho também deve poder deliberar por recomendação de um Estado-Membro (No23/Roche, No11/Hjelm-Wallén+3). Idem para a Presidência (No 18/Lopes +3)
- Suprimir a frase relativa às recomendações conjuntas do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão ao Conselho (No5/de Villepin, No9/Hain, No10/Heathcoat-Amory)
- Substituir "recomendação" por "proposta" (No19/Michel+4, No20/O'Sullivan+1)
- As propostas do Conselho devem ser adoptadas pelo Conselho por unanimidade e não por maioria qualificada (No 9/Hain, No18/Lopes+3, No3/Bonde), excepto as propostas conjuntas do Ministro e da Comissão (No5/De Vries +1)

A execução das decisões do Conselho Europeu:

- Aditar que o Ministro dos Negócios Estrangeiros também executa as decisões do Conselho Europeu (e não apenas o Conselho) (No5/de Villepin)
- Substituir "o Conselho" por "a instituição adequada" (No7/Duff+19, ou suprimir "o Conselho" (No19/Michel+4, No20/O'Sullivan+1) ou aditar referência ao Ministro/Comissão (No 21/Palacio)

Outros :

- Proposta de reintrodução da denominação "estratégia comum" (No17/Lekberg)
- Alterações de redacção (No6/De Vries +1, No 13/Hubner)
- Texto alternativo: (No 16/ Kirkhope)

Nº 2.

- Precisar que as propostas conjuntas não prejudicam o direito de iniciativa exclusivo da Comissão definido noutras disposições da Parte II (No6/De Vries+1, No8/Farnleitner)
- Suprimir o número, porquanto o Ministro faz parte da Comissão (No5/de Villepin, No9/Hain)
- Suprimir a votação por maioria qualificada para as propostas conjuntas do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão (No1/Attalides, No3/Bonde)

- Excluir a aplicação deste artigo às questões que tenham implicações militares ou de defesa (*No23/Roche*)
- Suprimir o número por já estar abrangido no Capítulo I (*No11/Hjelm-Wallén+3*, *No15/Kaufmann*)
- Suprimir o número (*No10/Heathcoat-Amory*, *No24/Svensson*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 2.º

1. *Attalides*
2. *Maria BERGER e Caspar EINEM*
3. *Jens-Peter Bonde*
4. *Borrell e Carnero e López Garrido*
5. *de Villepin*
6. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
7. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis; Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
8. *Hannes Farnleitner*
9. *Hain*
10. *David Heathcoat-Amory*
11. *Lena Hjelm-Wallén, Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg e Kenneth Kvist*
12. *Henrik Hololei*
13. *Danuta Hübner*
14. *Sandra Kalniete, Roberts Zile, Liene Liepina, Rihards Piks, Arturs Krisjanis Karins, Guntars Krasts*
15. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
16. *Timothy Kirkhope*
17. *Lennmarker*
18. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
19. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, Pierre Chevalier e Marie Nagy*
20. *O'Sullivan e Ponzano*
21. *Palacio*
22. *Luís Queiró*
23. *Dick Roche*
24. *Ingvar SVENSSON*
25. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
26. *Anne Van Lancker*
27. *Voggenhuber, Wagener*
28. *Pat Carey*
29. *John Gormley*

CAPÍTULO 1: POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM

A. POLÍTICA EXTERNA COMUM

Artigo 3.º

1. *No quadro dos princípios e objectivos da sua acção externa, enunciados no artigo 1.º do presente Título, a União definirá e executará uma política externa e de segurança comum extensiva a todos os domínios da política externa e de segurança.*
2. *Os Estados-Membros apoiarão activamente e sem reservas a política externa e de segurança da União, num espírito de lealdade e de solidariedade mútua.*

Os Estados-Membros actuarão de forma concertada a fim de reforçar e desenvolver a solidariedade política mútua. Abster-se-ão de empreender acções contrárias aos interesses da União ou susceptíveis de prejudicar a sua eficácia como força coerente nas relações internacionais.

O Conselho e o Ministro dos Negócios Estrangeiros assegurarão a observância destes princípios.

3. *A União conduzirá a Política Externa e de Segurança Comum:*
 - *definindo os princípios e as orientações gerais;*
 - *adoptando decisões relativas:*
 - *às acções da União,*
 - *às posições da União e*
 - *reforçando a cooperação sistemática entre os Estados-Membros na condução da sua política.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Proposta de aditamento de um número que estipule que a execução da PESC não afecta as competências da União enumeradas nos artigos 11.º-13.º, 15.º e 16.º da Parte I da Constituição (No11/Michel+4)
- Proposta de inclusão neste artigo de alguns elementos do artigo 29.º (No9/Kaufmann)
- Suprimir o artigo (No10/Kirkhope)

N.º 1

- Suprimir "extensiva a todos os domínios da política externa e de segurança" (No4/De Vries+I)

N.º 2

- Suprimir "*sem reservas*" (*No1/Thorning-Schmidt*) ou toda a frase (*No2/Bonde*)
- Incluir uma referência à Presidência do Conselho (*No12/Queiró*), e/ou suprimir "o Ministro dos Negócios Estrangeiros" (*No13/Svensson, No14/Tiilikainen+4*)
- Aditar "comum" (*No5/Duff+19*)

N.º 3

Os instrumentos:

- Denominação: aditar "*PESC*" a seguir a "*decisão*" (*No7/Hain*) ou "*européia*" (*No7/Farnleitner*)
- Incluir na lista de instrumentos as "*decisões de execução*" (*No14/Tiilikainen+4*)
- Aditar, no final do número, a possibilidade de recorrer às outras políticas do presente título, segundo os procedimentos previstos no Tratado (*No3/de Villepin*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 3.º

1. *Helle Thorning-Schmidt*
2. *Bonde*
3. *de Villepin*
4. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
5. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
6. *Hannes Farnleitner*
7. *Hain*
8. *David Heathcoat-Amory*
9. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
10. *Timothy Kirkhope*
11. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção e Pierre Chevalier e Marie Nagy, membros suplentes da Convenção*
12. *Luís Queiró*
13. *Ingvar Svensson*
14. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
15. *John Gormley*

Artigo 4.º

O Conselho Europeu definirá os princípios e as orientações gerais da Política Externa e de Segurança Comum, incluindo em matérias com implicações no domínio da defesa.

Se um acontecimento internacional assim o exigir, o Presidente do Conselho Europeu convocará uma reunião extraordinária do Conselho Europeu, a fim de definir as orientações estratégicas da política da União relativamente a esse acontecimento.

O Conselho tomará as disposições necessárias para a definição e execução da Política Externa e de Segurança Comum, com base nas orientações estratégicas definidas pelo Conselho Europeu.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Substituir "*Président*" por "*Chair*" (versão inglesa) (No3/Brok+30, No8/Hjelm-Wallen+4, No7/Heatcoat-Amory), ou por "*a Presidência*" (No6/Farnleitner, No11/Lopes+3, No13/Queiró, No15/Tiilikainen+4), ou suprimir toda e qualquer referência (No12/Michel+4)
- Alterar o texto para exprimir que o Conselho Europeu delibera por maioria qualificada (No2/Borrell+2)
- Suprimir o primeiro parágrafo por já estar abrangido no artigo 29.º (No5/Duff+19)
- Suprimir o segundo parágrafo por já estar abrangido no n.º 3 do artigo 16.º da Parte I (Instituições) (No14/Roche, No4/De Vries+1, No5/Duff+19, No9/Kaufmann)
- Incluir o texto do n.º 4 do artigo 29.º da Parte I relativo à execução da PESC pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e pelos Estados-Membros (No12/Michel+4)
- Suprimir "*Comum*" na PESC (Heatcoat-Amory)
- Suprimir o artigo (No10/Kirkhope)
- Suprimir as referências à segurança e à defesa (No1/Bonde)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 4.º

1. *Bonde*
2. *Borrell, Carnero e López Garrido*
3. *Brok; Santer; Stylianidis; Tajani; Van Der Linden; Almeida Garrett; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lennmarker; Maij-Weggen; Mladenov; Piks; Rack; Van Dijk; Wittbrodt; Zieleniec; Zile*
4. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
5. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
6. *Hannes Farnleitner*
7. *David Heathcoat-Amory*
8. *Lena Hjelm-Wallén, Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg, Kenneth Kvist e Ingvar Svensson*
9. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
10. *Timothy Kirkhope*
11. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
12. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, Pierre Chevalier e Marie Nagy*
13. *Luís Queiró*
14. *Dick Roche*
15. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
16. *John Gormley*

Artigo 5.º

1. *O Ministro dos Negócios Estrangeiros, que preside ao Conselho dos Negócios Estrangeiros, contribui com as suas propostas para a definição da Política Externa e de Segurança Comum e assume a responsabilidade pela execução das decisões tomadas pelo Conselho Europeu e pelo Conselho.*
2. *Nas matérias do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, a União é representada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que conduz o diálogo político em nome da União e exprime a posição da União nas organizações e conferências internacionais.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Proposta de aditamento de um número relativo à criação de um Serviço Diplomático comum que assistiria a acção do Ministro dos Negócios Estrangeiros (*No1/Athanasiu+1, No9/Fischer*). Joschka Fischer propõe que se defina a organização e o estatuto de um Serviço dessa natureza num protocolo anexo à Constituição.
- Proposta de aditamento de um número que preveja que o Conselho pode solicitar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros a formulação de propostas para a execução de uma decisão PESC (*No6/de Villepin*)
- Proposta no sentido de se aditar que a Comissão está inteiramente associada à PESC (*No8/Farnleitner*), e que pode ser convidada a apresentar propostas relativas à execução da PESC (*No22/Tiilikainen+4*)
- Proposta de supressão do artigo (*No2/Bonde, No15/Kirkhope, No18/Queiró*)

N.º 1

- A Presidência do Conselho dos Negócios Estrangeiros não devia ser confiada ao Ministro da União (*No4/Christophersen+3, No5/Costa+1, No12/Hjelm-Wallen+3, No13/Kalniete+5, No16/Lopes+3, No17/O'Sullivan+1, No19/Roche, No20/Svensson, No22/Tiilikainen+4, Heathcoat-Amory*)
- Alterar o texto para exprimir que o Conselho Europeu adopta "*directrizes*" e só o Conselho pode adoptar "*decisões*" (*No3/Brok+31*)

N.º 2

- Inserir "*eventualmente*" ou "*eventualmente e agindo em nome e a pedido do Conselho*" ("*where possible*", "*when appropriate and acting on behalf of and at the request of the Council*") na frase relativa à expressão da posição da União pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros nas organizações e conferências internacionais (*No/Roche, No10/Hain*)
- Suprimir o número (*No11/Heathcoat-Amory, No16/Lopes+3*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 5.º

1. *Alexandru ATHANASIU e Hubert HAENEL*
2. *Bonde*
3. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDON; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; LEQUILLER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
4. *Henning Christophersen, Poul Schlüter, Henrik Dam Kristensen e Niels Helveg Petersen.*
5. *Alberto Costa e Guilherme d'Oliveira Martins*
6. *de Villepin*
7. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Griekšnis, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
8. *Hannes Farnleitner*
9. *Joschka Fischer*
10. *Hain*
11. *David Heathcoat-Amory*
12. *Lena Hjelm-Wallén, Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg Kenneth Kvist*
13. *Sandra Kalniete, Roberts Zile, Liene Liepina, Rihards Pīks, Arturs Krisjanis Karins, Guntars Krasts*
14. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
15. *TIMOTHY KIRKHOPE*
16. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
17. *O'Sullivan e Ponzano*
18. *Luís Queiró*
19. *Dick Roche*
20. *Ingvar SVENSSON*
21. *Helle THORNING-SCHMIDT*
22. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
23. *John Gormley*

Artigo 6.º

1. *Sempre que uma situação internacional exija uma acção operacional por parte da União, o Conselho adoptará as decisões necessárias. A decisão definirá os respectivos objectivos e âmbito, os meios a pôr à disposição da União, assim como as condições relativas à execução da acção e, se necessário, a sua duração.*
2. *Se se verificar uma alteração de circunstâncias que tenha um efeito substancial numa questão que seja objecto dessa decisão, o Conselho procederá à revisão dos princípios e objectivos dessa acção e adoptará as decisões necessárias. Enquanto o Conselho não tiver deliberado, mantém-se a decisão sobre a acção da União.*
3. *Essas decisões vincularão os Estados-Membros nas suas tomadas de posição e na condução da sua acção.*
4. *Qualquer tomada de posição ou acção nacional prevista em execução dessa decisão será comunicada num prazo que permita, se necessário, uma concertação prévia no Conselho. A obrigação de informação prévia não é aplicável às medidas que constituam simples transposição das decisões do Conselho para o plano nacional.*
5. *Em caso de necessidade imperiosa decorrente da evolução da situação, e na ausência de decisão do Conselho, os Estados-Membros podem tomar com urgência as medidas que se imponham, tendo em conta os objectivos gerais da decisão relativa à acção da União. Os Estados-Membros que tomem essas medidas informarão imediatamente o Conselho desse facto.*
6. *Em caso de dificuldades importantes na execução da decisão, os Estados-Membros submeterão a questão ao Conselho, que sobre ela deliberará, procurando encontrar as soluções adequadas. Estas soluções não podem ser contrárias aos objectivos da acção, nem prejudicar a sua eficácia.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Proposta de fusão dos artigos 6.º e 7.º para agrupar todos os instrumentos da PESC num artigo, aditando-lhe um número sobre as decisões de estratégias comuns que seriam então adoptadas pelo Conselho (No4/Hain)
- Alterar a denominação dos instrumentos (No4/Hain, No3/Farnleitner, No5/Heathcoat-Amory)
- Suprimir o artigo (No6/Kirkhope)

N.º 1

- Aditar uma disposição que preveja que o Conselho adopta uma decisão com a aprovação do Parlamento Europeu (No9/Wuermeling)

N.º 3

- Aditar "*as instituições da União*" para exprimir que as decisões adoptadas pelo Conselho também as vinculam (*No2/de Villepin*)
- Suprimir o número (*No5/Heathcoat-Amory*), por já estar abrangido no artigo 24.º da Parte I (*No3/Farnleitner*)

N.º 4

- Suprimir o número (*No4/Hain*)

N.º 5

- Suprimir o número (*No5/Heathcoat-Amory*)

N.º 6

- Precisar que o Conselho delibera por unanimidade (*No 7/Queiró*)
- Aditar aprovação do Parlamento Europeu (*No 9/Wuermeling*)
- Alteração de redacção (*No 8/Tiilikainen+8*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 6.º

1. *Bonde*
2. *de Villepin*
3. *Hannes Farnleitner*
4. *Hain*
5. *David Heathcoat-Amory*
6. *Timothy Kirkhope*
7. *Luís Queiró*
8. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
9. *Joachim Wuermeling*

Artigo 7.º

O Conselho adoptará decisões que definirão a posição da União sobre uma questão específica de natureza geográfica ou temática. Os Estados-Membros velarão pela coerência das suas políticas nacionais com as posições da União.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Aditar a última frase do artigo 4.º para salientar que o Conselho se baseia nas orientações estratégicas definidas pelo Conselho Europeu (No3/Duff+19)
- Aditar "*as instituições da União*" e suprimir "*nacionais*" na segunda frase (No2/de Villepin)
- Suprimir o artigo (No4/Kikhope), suprimir a segunda frase (No1/Bonde)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 7.º

1. *Bonde*
2. *de Villepin*
3. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
4. *Timothy Kirkhope*

Artigo 8.º

1. *Qualquer Estado-Membro ou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, a título individual ou em conjunto com a Comissão, pode submeter ao Conselho todas as questões do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e apresentar-lhe propostas.*
2. *Nos casos que exijam uma decisão rápida, o Ministro dos Negócios Estrangeiros convocará, por iniciativa própria ou a pedido de um Estado-Membro, uma reunião extraordinária do Conselho, no prazo de 48 horas ou, em caso de absoluta necessidade, num prazo mais curto.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Alteração da denominação do Ministro dos Negócios Estrangeiros (No4 /Duff+18, No12/Queiró)
- Aditar uma referência à Presidência (No10/Lopes+3)
- Suprimir o artigo (No9/Kirkhope)

N.º 1

- Suprimir "*a título individual ou em conjunto com a Comissão*", a seguir a "*o Ministro dos Negócios Estrangeiros*" para ter em conta que o Ministro faz parte da Comissão e que as suas propostas PESC não são sujeitas a aprovação prévia pelo colégio de comissários (No6/Hain, No2/de Villepin)
- Alterar para atribuir o direito de iniciativa à Comissão (a título individual ou em conjunto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros) (No3/De Vries+1, No8/Hjelm-Wallen+3, No5/Farnleitner)
- Suprimir "*o Ministro dos Negócios Estrangeiros, a título individual ou em conjunto com a Comissão*" para atribuir o direito de iniciativa exclusivo aos Estados-Membros (No7/Heathcoat-Amory)
- Alterar para atribuir também o direito de iniciativa ao Parlamento Europeu (No11/Muscardini)
- Alterar o artigo para limitar o direito de iniciativa dos Estado-Membro aos casos em que três Estados apresentem conjuntamente uma iniciativa (No 3/De Vries+1)

N.º 2

- Alterar para ter em conta que o Conselho dos Negócios Estrangeiros não é presidido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (*No10/Lopes+3, No8/Hjelm-Wallen+3, No5/Farnleitner, No 1/Bonde, No 16 Gormley*)
- Alterar para prever que uma reunião também pode ser convocada a pedido da Comissão (*No3/De Vries+1*)
- Suprimir o número (*No7/Heathcoat-Amory*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 8.º

1. *Bonde*
2. *de Villepin*
3. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
4. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
5. *Hannes Farnleitner*
6. *Hain*
7. *David Heathcoat-Amory*
8. *Lena Hjelm-Wallén, Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg e Kenneth Kvist*
9. *TIMOTHY KIRKHOPE*
10. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
11. *Cristiana MUSCARDINI*
12. *Luís Queiró*
13. *Dick Roche*
14. *Ingvar SVENSSON*
15. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
16. *John Gormley*

Artigo 9.º

1. *As decisões ao abrigo do presente capítulo serão tomadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a adopção dessas decisões.*

Qualquer membro do Conselho que se abstenha numa votação pode fazer acompanhar a sua abstenção de uma declaração formal, nos termos do presente parágrafo. Nesse caso, não é obrigado a aplicar a decisão, mas deve reconhecer que ela vincula a União. Num espírito de solidariedade mútua, esse Estado-Membro deve abster-se de qualquer actuação susceptível de colidir com a acção da União baseada na referida decisão ou de a dificultar; os demais Estados-Membros respeitarão a sua posição. Se os membros do Conselho que façam acompanhar a sua abstenção da citada declaração representarem mais de um terço dos votos, ponderados nos termos do artigo X da Constituição, a decisão não será adoptada.

2. *Em derrogação do disposto no n.º 1, o Conselho delibera por maioria qualificada:*

- *sempre que adopte decisões relativas a acções e posições da União com base numa decisão do Conselho Europeu sobre os interesses e objectivos estratégicos da União, tal como é definida no n.º 1 do artigo 2.º do presente Título;*
- *sempre que delibere com base numa proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, tal como é definida no n.º 2 do artigo 2.º;*
- *sempre que adopte qualquer decisão que dê execução a uma decisão relativa a uma acção ou a uma posição da União;*
- *sempre que nomeie um Representante Especial em conformidade com o artigo 11.º do presente capítulo.*

Se um membro do Conselho declarar que, por importantes e expressas razões de política nacional, tenciona opor-se à adopção de uma decisão a tomar por maioria qualificada, não se procederá à votação. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode solicitar que a questão seja submetida ao Conselho Europeu, a fim de ser tomada uma decisão por unanimidade.

O disposto no presente número não é aplicável às decisões que tenham implicações no domínio militar ou da defesa.

3. *O Conselho Europeu pode decidir, por unanimidade, que o Conselho delibere por maioria qualificada em casos que não os previstos no n.º 2 do presente artigo.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Proposta de texto que prevê que o Conselho delibere por maioria qualificada a não ser que um Estado-Membro se oponha por importantes razões de política nacional, ou quando as decisões tenham implicações militares ou de defesa. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Presidente (Chairman) do Conselho Europeu têm uma função de mediação, e o Conselho Europeu pode deliberar por maioria qualificada para desbloquear a situação. É impossível desviar-se da votação por maioria qualificada num certo número de casos (No5/Brok+30)

- Proposta de texto que prevê que o Conselho delibere por maioria qualificada, excepto tratando-se de decisões com implicações militares ou de defesa, ou quando a proposta não emane do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou quando um Estado-Membro invoque um interesse nacional. Nesse caso, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, e eventualmente o Presidente do Conselho Europeu, procura uma solução. A questão pode ser submetida ao Conselho Europeu tendo em vista uma decisão por maioria qualificada. Manutenção das disposições em matéria de abstenção construtiva (*No6/de Villepin*)
- Proposta de texto que prevê que o Conselho delibere por maioria qualificada, excepto tratando-se de decisões com implicações militares ou de defesa, ou quando um Estado-Membro se oponha por importantes razões de política nacional. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, e eventualmente o Presidente do Conselho Europeu, procura uma solução. A questão pode ser submetida ao Conselho Europeu tendo em vista uma decisão por maioria qualificada. Manutenção das disposições em matéria de abstenção construtiva (*No10/Fischer*)
- Proposta de texto que prevê que o Conselho delibere por maioria qualificada, excepto quando delibere sob proposta de um Estado-Membro, ou sobre questões com implicações militares ou de defesa, ou quando um Estado-Membro se oponha por importantes razões de política nacional (nesse caso, o Conselho pode submeter a questão ao Conselho Europeu). Manutenção das disposições em matéria de abstenção construtiva (*No 9/Farnleitner*)
- Deslocar a última frase do n.º 2 (exclusão das decisões com implicações militares e de defesa) para o final do artigo, para que a mesma se aplique a todas as disposições do artigo 9.º (*No 21/Roche, No 11/Hain*)
- Alteração da denominação dos instrumentos (*No 11/Hain*), ou do Ministro (*No 20 /Queiró, No8/Duff+18*)
- Suprimir o artigo (*No 16/Kirkhope*)

N.º 1

- Generalizar a votação por maioria qualificada para todas as decisões PESC (mantendo as disposições sobre a abstenção construtiva) (*No 18/Muscardini, No4/Borrell + 2, No 25/Voggenhuber + 2*)
- Prever a votação por maioria qualificada reforçada como regra geral, excepto para as decisões com implicações militares ou de defesa (*No 22/Severin*)
- Prever a votação por maioria qualificada como regra geral, excepto para as decisões com implicações militares ou de defesa, manutenção da abstenção construtiva e manutenção da possibilidade de se opor à votação (*No 24/Tiilikainen+4, No /Dini*)
- Prever a unanimidade para todas as decisões PESC, suprimir as derrogações (*No 12/Heathcoat-Amory*)
- Substituir "mais de um terço dos votos, ponderados nos termos do artigo X da Constituição" por "mais de um terço dos Estados-Membros que corresponda a mais de um terço da população da União" (*No 17/Michel +4*) ou por "a maioria qualificada" (*No 23/Svensson*)

- Suprimir a última frase do segundo parágrafo (*No8/Duff+18*)

N.º 2

- Modificar de modo a indicar que o Conselho Europeu não adopta decisões (*No7/De Vries+1*)
- Suprimir o segundo travessão, que prevê que o Conselho delibera por maioria qualificada sob proposta conjunta do Ministro e da Comissão (em derrogação à regra da unanimidade) (*No2/Attalides, No11/Hain, No 13/Hjelm-Wallen +3, No 14/ Hololei, No 23/Svensson, No26/Gormley*).
- Suprimir a referência ao n.º 1 do artigo 2.º no segundo travessão a fim de alargar a votação por maioria qualificada para todas as propostas conjuntas do Ministro e da Comissão (*No19/O'Sullivan + 1, No 15/Kaufmann*)
- Suprimir a referência à unanimidade no Conselho Europeu a fim de permitir o recurso à votação por maioria qualificada (*No8/Duff+18*)
- Aditar à lista dos casos em que se aplica a votação por maioria qualificada as decisões a que se refere o artigo 31.º, sobre as medidas restritivas (*No7/De Vries*)
- Aditar à lista dos casos em que se aplica a votação por maioria qualificada as decisões com implicações financeiras que não ultrapassem um certo limite fixado pelo Conselho (*No7/De Vries*)
- Aditar, no final da frase "*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode solicitar que a questão seja submetida ao Conselho Europeu, a fim de ser tomada uma decisão por unanimidade,*" uma disposição segundo a qual um Estado-Membro não pode impedir o Conselho de proceder a essa votação (*No 21/Roche*)
- Suprimir o parágrafo relativo à possibilidade de um Estado-Membro se opor à votação (*No 17/Michel +4*)
- Tornar mais rigorosas as condições segundo as quais um Estado-Membro pode impedir que se proceda à votação por maioria qualificada (*No1/Lennmarker*)

N.º 3

- Substituir "o Conselho Europeu" por "o Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado e de Governo" (*No 17/Michel +4*)
- Suprimir este número, tendo em conta a generalização da votação por maioria qualificada (*No4/Borrell*) ou por outras razões (*No 23/Sevensson, No 12 /Heathcoat-Amory, No26/Gormley*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 9.º

1. *Lennmarker*
2. *Attalides*
3. *Bonde*
4. *Borrell, Carnero e López Garrido*
5. *Brok; Santer; Tajani; Van Der Linden; Almeida Garrett; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Maij-Weggen; Mladenov; Paks; Rack; Van Dijk; Wittbrodt; Zieleniec; Zile*
6. *de Villepin*
7. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
8. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Willem Van Eekelen, Lord Maclellan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
9. *Hannes Farnleitner*
10. *Joschka Fischer*
11. *Hain*
12. *David Heathcoat-Amory*
13. *Lena Hjelm-Wallén, Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg e Kenneth Kvist*
14. *Henrik Hololei*
15. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
16. *Timothy Kirkhope*
17. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, Pierre Chevalier e Marie Nagy*
18. *Cristiana Muscardini*
19. *O'Sullivan e Ponzano*
20. *Luís Queiró*
21. *Dick Roche*
22. *Adrian Severin*
23. *Ingvar Svensson*
24. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
25. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*
26. *John Gormley*

Artigo 10.º

1. *Logo que a União tenha definido uma abordagem comum na acepção do n.º 5 do artigo 29.º, proceder-se-á a uma estreita coordenação das actividades do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros.*
2. *As missões diplomáticas dos Estados-Membros e as delegações da União cooperarão entre si nos países terceiros e junto das organizações internacionais e contribuirão para a formulação e execução de uma abordagem comum.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Proposta no sentido de incluir no presente artigo determinados elementos do n.º 5 do artigo 29.º da Parte II *"Antes de assumirem na cena internacional qualquer compromisso que possa afectar os interesses da União, os Estados-Membros informar-se-ão e consultar-se-ão no âmbito do Conselho ou do Conselho Europeu e assegurarão, através da convergência das suas acções, que a União possa fazer valer os seus interesses e valores no plano internacional."* (No 5/Michel+4)
- Mudança de denominação do Ministro (No 2/Duff+18, No 6/Queiró)
- Alterações de redacção (No 10/Voggenhuber +2, No 9/Thorning-Schmidt, No 8/Teufel)
- Suprimir o artigo (No 4/Kirkhope)

N.º 1

- Suprimir as referências ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União (No 3/Heathcoat-Amory, No 1/Bonde, No 7/Svensson)

N.º 2

- Alterar no sentido de indicar que os Estados-Membros mantêm o direito de apresentar e defender posições nacionais (No 1/Bonde)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 10.º

1. *Bonde*
2. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
3. *David Heathcoat-Amory*
4. *Timothy Kirkhope*
5. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, Pierre Chevalier e Marie Nagy*
6. *Luís Queiró*
7. *Ingvar Svensson*
8. *Erwin Teufel*
9. *Helle Thorning-Schmidt*
10. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*
11. *John Gormley*

Artigo 11.º

Sempre que o considere necessário, o Conselho nomeará, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, um Representante Especial a quem conferirá um mandato relativo a questões políticas específicas. O Representante Especial exercerá o seu mandato sob a autoridade do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

Proposta no sentido de se nomear um Representante:

- Alterar o texto de modo a prever que o Conselho pode nomear um Representante Especial sem que haja uma proposta do Ministro nessa matéria (*No 4/Hain, No 1/Bonde*), ou de acordo com as disposições sobre o direito de iniciativa do artigo 8.º (*No 3/Farnleitner*)

Papel do Parlamento:

- Aditar uma disposição que preveja a consulta ao Parlamento Europeu (*No 2/Duff+18*)
- Aditar uma disposição que preveja que os Representantes Especiais informem o Parlamento Europeu (*No 9/Wuermeling*)

Outras alterações:

- Suprimir as referências ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (, *No 5/Heathcoat-Amory, No8/Svensson*)
- Alteração da denominação do Ministro dos Negócios Estrangeiros (*No 2/Duff+18, No7/Queiró*)
- Suprimir o artigo (*No 6/Kirkhope*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 11.º

1. *Bonde*
2. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; e membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Oza e Gintautas Sivickas.*
3. *Hannes Farnleitner*
4. *Hain*
5. *David Heathcoat-Amory*
6. *Timothy Kirkhope*
7. *Luís Queiró*
8. *Ingvar SVENSSON*
9. *Joachim Wuermeling*
10. *John Gormley*

Artigo 12.º

A União poderá celebrar acordos com um ou vários Estados ou organizações internacionais em aplicação do presente capítulo, de acordo com o processo enunciado no artigo 33.º do presente título.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Substituir "*de acordo com o processo enunciado no artigo 33.º do presente título*" por "*por unanimidade*" (No 2/Heathcoat-Amory)
- Suprimir "*em aplicação do presente capítulo, de acordo com o processo enunciado no artigo 33.º do presente título*" (No 3/Kaufmann)
- Suprimir o artigo (No 4/Kirkhope)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 12.º

- 1.
2. *David Heathcoat-Amory*
3. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
4. *Timothy Kirkhope*

Artigo 13.º

1. *O Ministro dos Negócios Estrangeiros consultará o Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum e velará por que as opiniões daquela instituição sejam devidamente tomadas em consideração. O Parlamento Europeu será regularmente informado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a evolução da Política Externa e de Segurança da União, incluindo a Política de Segurança e de Defesa.*
2. *O Parlamento Europeu pode dirigir perguntas ou apresentar recomendações ao Conselho e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Procederá anualmente a um debate sobre os progressos realizados na execução da Política Externa e de Segurança Comum, incluindo a Política de Segurança e Defesa.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

Propostas de aditamentos como números separados:

- Incluir as disposições relativas ao envolvimento e à informação dos Parlamentos nacionais/da Conferência Interparlamentar (No 1/Ahtanasiu +1, No 5/Costa+1, No 7/Fini +1)
- Aditar uma disposição sobre o papel do Parlamento Europeu na adesão pela União a organizações internacionais (No 3/Borrell+2)

Outras alterações:

- Suprimir as referências ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (No 2/Bonde, No 13/Svensson) e substituir pela Comissão (No 8/Heathcoat-Amory). Aditar uma referência à Presidência (No 5/Costa+1)
- Proposta de transferência deste artigo para o início do Título B (No 11/Lopes +3)
- Alteração da denominação do Ministro dos Negócios Estrangeiros (No 6/Duff+18, No 12/Queiró)
- Suprimir o artigo (No 10/Kirkhope)

N.º 1

- Aditar uma referência à política de segurança e de defesa no primeiro período (No 4/Brok + 30)
- Acrescentar que o Parlamento Europeu é informado, em particular, sobre as questões com implicações orçamentais (No 4/Brok + 30)
- Acrescentar que o Parlamento Europeu deve ser previamente consultado sobre a tomada de medidas restritivas (No 9/Kaufmann)

- Acrescentar que o Parlamento Europeu é associado ao processo de decisão no que respeita aos aspectos essenciais e opções fundamentais (*No 14/Voggenhuber +2*)

N.º 2

- Prever a realização de um debate duas vezes por ano / pelo menos uma vez por ano (*No 4/Brok + 30, No 6/Duff+18, No 14/Voggenhuber +2*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 13.º

1. *Alexandru ATHANASIU e Hubert HAENEL*
2. *Sem nome*
3. *Borrell (membro), Carnero e López Garrido (suplentes)*
4. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDÓ; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; LEQUILLER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
5. *Alberto Costa – membro e Guilherme d'Oliveira Martins – suplente*
6. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; e membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Oza e Gintautas Sivickas.*
7. *Gianfranco FINI – Francesco SPERONI*
8. *David Heathcoat-Amory, Conde de Stockton*
9. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
10. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do PE*
11. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
12. *Luís Queiró*
13. *Ingvar SVENSSON*
14. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener,*
15. *John Gormley*

Artigo 14.º

1. *Os Estados-Membros coordenarão a sua acção no âmbito das organizações internacionais e em conferências internacionais. Nessas instâncias defenderão as posições da União. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União assegurará a organização dessa coordenação.*

Nas organizações internacionais e em conferências internacionais em que não tomem parte todos os Estados-Membros, aqueles que nelas participem defenderão as posições da União.

2. *Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo e no n.º 3 do artigo 6.º do presente Título, os Estados-Membros representados em organizações internacionais ou conferências internacionais em que nem todos os Estados-Membros o estejam manterão estes últimos informados sobre todas as questões que se revistam de interesse comum.*

Os Estados-Membros que sejam igualmente membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas concertar-se-ão e manterão os outros Estados-Membros plenamente informados. Os Estados-Membros que são membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas defenderão, no exercício das suas funções, as posições e os interesses da União, sem prejuízo das responsabilidades que lhes incumbem por força da Carta das Nações Unidas.

Sempre que a União tenha definido uma posição sobre um tema que conste da ordem de trabalhos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os Estados-Membros que nele têm assento solicitarão que o Ministro dos Negócios Estrangeiros seja convidado a apresentar a posição da União.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Proposta no sentido de aditar no final deste artigo uma nova disposição que preveja que, nas organizações internacionais e em conferências internacionais, a posição da União seja apresentada por um Estado-Membro quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União não possa estar presente para o fazer. Para este efeito, os Estados-Membros que façam parte da organização internacional, ou que participem na conferência em questão, estabelecerão um sistema de rotação (No 12/Roche)
- Proposta de alteração da redacção do artigo de modo a prever que a Comissão representa a União, excepto nos domínios da PESC, em que a representação da União será assegurada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Os Estados-Membros apresentam (uphold) as posições da União quando esta não faça parte de uma organização internacional ou não esteja representada pela Comissão ou pelo Ministro. Asseguram que a Comissão ou o Ministro possam exprimir as posições da União (No 4/Duff+18)
- Modificar a redacção do texto para indicar que é a União que coordena as suas posições/acções, e não os Estados-Membros (No 4/Duff+18)

- Alteração da denominação do Ministro dos Negócios Estrangeiros (*No 4/Duff+18, No11/Queiró*)
- Suprimir as referências ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (*No 1/Bonde, No 8/Heathcoat-Amory, No13/Svensson*)
- Suprimir o artigo (*No 9/Kirkhope*)

N.º 1

- Aditar "*na medida do possível*" no primeiro período (*No 13/Svensson*)

N.º 2

Informação do Ministro dos Negócios Estrangeiros/Comissão:

- Aditar nos primeiro e segundo parágrafos uma referência ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, a fim de garantir que este seja também mantido ao corrente pelos Estados presentes nas organizações e conferências internacionais e no Conselho de Segurança (*No 2/Brok + 30, No 3/de Vries +1*). Idem para a Comissão (*No 4/Duff+18*)

Posições da União sobre as questões inscritas na ordem do dia do Conselho de Segurança:

- Modificar o segundo parágrafo a fim de indicar que os Estados-Membros que fazem parte do Conselho de Segurança se encontram vinculados pelas posições da União (*No 3/De Vries +1, No /Dini*) e são obrigados a concertar-se com os outros Estados-Membros (*No 6/Fini +1*)
- Suprimir "*sem prejuízo das responsabilidades que lhes incumbem por força da Carta das Nações Unidas*" (*No 3/De Vries +1, No 5/Farnleitner, No 6/Fini +1*)
- Aditar uma disposição que preveja que os Estados-Membros e o Ministro dos Negócios Estrangeiros se esforçarão por definir uma posição sobre as questões inscritas na ordem do dia do Conselho de Segurança (*No 3/De Vries +1*), ou que o Ministro dos Negócios Estrangeiros contribuirá para a concertação prévia sobre essas questões (*No 10/Michel +4*)
- Prever que as posições da União sobre as questões inscritas na ordem do dia do Conselho de Segurança sejam adoptadas pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada e em associação com o Parlamento Europeu (*No 14/Voggenhuber +2*)

Apresentação das posições da União pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros:

- Suprimir o último parágrafo (*No 1/Bonde, No 7/Hain, No 8/Heathcoat-Amory, No 13/ Svensson*)
- No último parágrafo, substituir "*apresentar a posição da União*" por "*participar no Conselho*" (*No 10/ Michel + 4*)

Lugar para a União no Conselho de Segurança:

- Aditar que a União se esforçará por obter um lugar no Conselho de Segurança
(No 14/Voggenhuber +2)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 14.º

1. *Bonde*
2. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAYER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDON; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
3. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
4. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; e membros suplentes: Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
5. *Hannes Farnleitner*
6. *Gianfranco FINI – Francesco SPERONI*
7. *Hain*
8. *David Heathcoat-Amory*
9. *Timothy Kirkhope*
10. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção, e Pierre Chevalier e Marie Nagy, membros suplentes da Convenção*
11. *Luís Queiró*
12. *Dick Roche*
13. *Ingvar SVENSSON*
14. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*
15. *John Gormley*

Artigo 15.º

As missões diplomáticas e consulares dos Estados-Membros e as delegações da União nos países terceiros e nas conferências internacionais, bem como as respectivas representações junto das organizações internacionais, cooperarão no sentido de assegurar a observância e a execução das decisões relativas às posições e às acções da União adoptadas pelo Conselho. Intensificarão a sua cooperação através do intercâmbio de informações e da realização de avaliações comuns.

As referidas missões, delegações e representações contribuirão para a aplicação das disposições a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º da Parte I da Constituição, relativo à protecção das cidadãs e cidadãos da União no território de um país terceiro. Os Estados-Membros estabelecerão entre si as regras necessárias e encetarão as negociações internacionais requeridas para garantir essa protecção.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Aditar que as missões diplomáticas dos Estados-Membros e as delegações da União poderão actuar conjuntamente, se necessário (*No 2/de Villepin, No 8/Voggenhuber + 2*)
- Substituir "*delegações da União*" por "*gabinetes da Comissão*" (*No 3/Heathcoat-Amory*)
- Substituir as referências ao artigo 7.º da Constituição por uma referência à Carta dos Direitos Fundamentais (*No 4/Kaufmann*)
- Alterações de redacção (*No 6/Queiró, No 7/Roche*)
- Suprimir o artigo (*No 5/Kirkhope*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 15.º

- 1.
- 2.
3. *Sem nome*
4. *de Villepin*
5. *David Heathcoat-Amory*
6. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
7. *Timothy Kirkhope*
8. *Luís Queiró*
9. *Dick Roche*
10. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*

Artigo 16.º

Sem prejuízo do artigo XX da Constituição [relativo à organização do Conselho/Comité de Representantes Permanentes], um Comité Político e de Segurança acompanhará a situação internacional nos domínios pertencentes ao âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e contribuirá para a definição das políticas, emitindo pareceres destinados ao Conselho, a pedido deste ou por sua própria iniciativa. O Comité Político e de Segurança acompanhará igualmente a execução das políticas acordadas, sem prejuízo das competências do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

No âmbito do presente Título, este Comité exercerá, sob a responsabilidade do Conselho e em estreito contacto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o controlo político e a direcção estratégica das operações de gestão de crises, tal como definidas no artigo 17.º do presente Título.

Para efeitos de uma operação de gestão de crises e pelo período de duração desta, conforme determinado pelo Conselho, este pode autorizar o Comité a tomar as decisões pertinentes em matéria de controlo político e de direcção estratégica da operação.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Um Convencional observou que poderia afigurar-se necessário rever o papel do CPS à luz dos novos artigos da Parte II sobre as questões institucionais (No 13/Roche)
- Outro Convencional observou que outros órgãos do Conselho deveriam também ser envolvidos nas operações de gestão de crises (No 4/De Vries + 1)
- Aditar "e da Comissão" depois de "Ministro dos Negócios Estrangeiros" no primeiro parágrafo (No 5/Duff + 18, No 6/Farnleitner, No 9/Hjelm-Wallén + 4)
- Substituir "o Ministro dos Negócios Estrangeiros" por "a Comissão" nos dois parágrafos (No 14/Svensson)
- Aditar uma referência à Presidência no primeiro parágrafo (No 11/Lopes + 3)
- Suprimir as referências ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (No 8/Heathcoat-Amory)
- Alteração da denominação do Ministro dos Negócios Estrangeiros (No 5/Duff+18, No 12/Queiro)
- Alterações de redacção (No 4/De Vries + 1, No 7/Fini +1, No 12/Queiró)
- Suprimir o artigo (No 10/Kirkhope)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 16.º

1. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
2. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção, e Pierre Chevalier, membro suplente da Convenção*
3. *Bonde*
4. *G.M. de Vries et T.J.A.M. de Bruijn*
5. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozaal e Gintautas Sivickas.*
6. *Hannes Farnleitner*
7. *Gianfranco FINI – Francesco SPERONI*
8. *David Heathcoat-Amory*
9. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos, e Sören Lekberg, Göran Lennmarker e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais.*
10. *Timothy Kirkhope*
11. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
12. *Luís Queiró*
13. *Dick Roche*
14. *Ingvar SVENSSON*
15. *John Gormley*

B. POLÍTICA DE SEGURANÇA E DEFESA COMUM

Artigo 17.º

1. *As missões referidas no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I da Constituição, nas quais a União poderá utilizar meios militares e civis, incluirão as acções conjuntas em matéria de desarmamento, as missões humanitárias e de evacuação, as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar, as missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, as missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz, as acções de apoio na luta contra o terrorismo a pedido de um Estado terceiro e as operações de estabilização no termo dos conflitos.*
2. *O Conselho, deliberando por unanimidade, adoptará decisões relativas às missões referidas no presente artigo, definindo o seu objectivo e alcance, bem como as respectivas normas gerais de execução. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, sob a autoridade do Conselho e em estreito e permanente contacto com o Comité Político e de Segurança, assegurará a coordenação dos aspectos civis e militares dessas missões.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Aditar um novo artigo 17.º-A que ponha a tónica na possibilidade da utilização das capacidades civis e militares dos Estados-Membros nas missões humanitárias cujo alcance é aqui especificado (*No 1/Van Lancker*)
- Aditar um n.º 3 relativo ao apoio ao Ministro dos Negócios Estrangeiros por parte do seu Adjunto, que ficará encarregado de informar e consultar o PE dos desenvolvimentos da política comum de segurança e defesa e de todas as missões conduzidas no âmbito deste artigo (*No 5/Cushnahan*)
- Aditar um artigo 17.º-A que adapte para efeitos do artigo 17.º o artigo 30 (n.º 5), Parte, Capítulo III, Título C (*No 22/Voggenhuber + 1*)
- Substituir a remissão para o artigo 30.º por uma referência ao artigo 16.º-A como consequência das alterações aos artigos 30.º, Parte I e 16.º, Parte II (*No 15/Michel + 3*)
- Suprimir o artigo (*No 2/Bonde, No 14/Kirkhope*)

N.º 1

Missões

- Aditar neste número uma última frase que estipule que todas as missões podem contribuir para a luta contra o terrorismo, inclusive mediante o apoio dado a Estados terceiros para combater o terrorismo no seu território e suprimir das missões as missões relativas às acções de apoio na luta contra o terrorismo a pedido de um Estado terceiro (*No 6/de Villepin, No 9/Fischer, No 10/Hain*)
- Especificar que se trata de terrorismo internacional (*No 7/de Vries + 1*)
- Substituir "restabelecimento da paz" por imposição da paz (*No 8/Duff + 19*)
- Aditar em pequena escala a "aconselhamento em matéria militar" e aditar logística e administrativa depois de "assistência" (*No 11/Earl of Stockton*)

- Substituir as acções conjuntas em matéria de desarmamento por missões de desarmamento e de não proliferação e substituir as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar pelas medidas no sector da defesa que promovam a segurança militar (*No 12/Hjelm Wallen + 3, No 20/Svensson*)
- Aditar nas missões as de protecção civil, protecção dos defensores dos direitos humanos, protecção das infra-estruturas públicas, protecção dos sítios arqueológicos e outros objectos do património cultural (*No 22/Voggenhuber + 1*)
- Suprimir as missões de restabelecimento da paz (*No 11/Earl of Stockton*) e as acções de apoio na luta contra o terrorismo a pedido de um Estado terceiro (*No 11/Earl of Stockton, No 22/Voggenhuber + 1*)
- Acrescentar uma nova missão: "missões (não bélicas) humanitárias e de salvamento fora do âmbito das Nações Unidas" (*No 23/Gormley*)
- Suprimir "a pedido de um Estado terceiro" (*No 23/Gormley*)

Diversos

- Aditar um período que permita convidar os Estados não membros da União a participar nas operações. (*No 7/de Vries + 1*)
- Aditar um período que preveja a possibilidade de a União recorrer aos meios e capacidades da NATO (*No 7/de Vries + 1*)
- Aditar "sob os auspícios das Nações Unidas" depois de "meios civis" (*No 23 /Gormley*)

N.º 2

Processo

- Substituir a votação por unanimidade por: votação por maioria qualificada (*No 3/Borrell + 1, No 16/Muscardini*), votação por maioria qualificada reforçada excepto para as decisões que impliquem uma acção militar, acrescentando-se, neste caso, disposições relativas à abstenção construtiva (*No 19/Severin*)
- Acrescentar a consulta ao Parlamento Europeu (*No 4/Brok + 30, No 5/Cushnahan*)
- Acrescentar a informação ao Parlamento Europeu sobre toda e qualquer decisão (*No 8/Duff + 19*)
- Aditar a Comissão, com a qual o Ministro se mantém em contacto estreito e permanente quando assegura a coordenação dos aspectos civis e militares. (*No 17/O'Sullivan + 1*) ou sem prejuízo das prerrogativas da Comissão (*No 21/Tiilikainen + 4*)
- Substituir o Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo Comissário RELEX e aditar a autoridade da Comissão (*No 23/Gormley*)
- Suprimir o último período deste número (*No 20/Svensson*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 17.º

1. *Anne Van Lancker*
2. *Bonde*
3. *Borrell (membro), Carnero e López Garrido (suplentes)*
4. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDON; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
5. *John Cushman*
6. *de Villepin*
7. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
8. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Oza e Gintautas Sivickas*
9. *Joschka Fischer*
10. *Hain*
11. *David Heathcoat-Amory, Conde de Stockton*
12. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos, e Sören Lekberg e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais*
13. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
14. *Timothy Kirkhope*
15. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção, e Pierre Chevalier, membro suplente da Convenção*
16. *Cristiana MUSCARDINI*
17. *O'Sullivan e Ponzano*
18. *Luís Queiró*
19. *Adrian Severin*
20. *Ingvar SVENSSON*
21. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
22. *Voggenhuber, Wagener*
23. *John Gormley*

Artigo 18.º

1. *No quadro das decisões adoptadas em conformidade com o artigo 17.º do presente Título, o Conselho poderá confiar a execução de uma missão a um grupo de Estados-Membros que disponham das capacidades necessárias e nela desejem empenhar-se. Estes decidirão entre si da gestão da missão.*
2. *Os Estados que participem na realização da missão informarão regularmente o Conselho acerca da fase em que esta se encontra e comunicar-lhe-ão imediatamente quaisquer novas consequências importantes que a sua realização implique ou quaisquer alterações que se imponham quanto ao objectivo, ao alcance ou às normas acordadas pelo Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do presente Título. Nestes casos, o Conselho adoptará as decisões necessárias.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Suprimir o artigo (No 1/Bonde, No 5/Farleitner, No 8/Heathcoat-Amory, No 11/Kirkhope)

N.º 1

Processo

- Aditar uma referência às disposições relativas à cooperação reforçada (No 2/Brok + 30)
- Acrescentar a participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros nas reuniões dos Estados-Membros participantes e o seu papel na informação ao Parlamento Europeu (No 2/Brok + 30)
- Aditar a modalidade de votação – unanimidade (No 12/Lopes + 3)

Gestão da missão

- Aditar no último período "gestão diária da execução" (No 9/Hjelm Wallen + 4)
- Aditar sob a autoridade do Conselho no período relativo à coordenação da gestão da missão por um grupo de Estados-Membros (No 13/Roche)
- Suprimir o último período e substituí-lo por uma disposição que preveja que os órgãos competentes do Conselho devem ser plenamente implicados na gestão da missão, mas só os Estados-Membros participantes participam na tomada de decisões, sem prejuízo das competências do CPS (No 3/de Vries + 1)

Diversos

- Reformulação deste número de modo a prever que os Estados-Membros que disponham das capacidades necessárias e desejem fazê-lo contribuirão para a operação através de recursos nacionais e multinacionais. Acrescentar a possibilidade da participação de Estados terceiros nas condições estabelecidas pelo Conselho. (No 7/Hain)
- Aditar "no âmbito das Nações Unidas" depois de "missões" (No 14/Gormley)
- Substituir "decidirão entre si da gestão da missão" por um acordo sobre a gestão das missões com as Nações Unidas (No 14/Gormley)

- Suprimir "e comunicar-lhe-ão imediatamente quaisquer novas consequências importantes que a sua realização implique ou quaisquer alterações que se imponham quanto ao objectivo, ao alcance ou às normas acordadas pelo Conselho nos termos do n.º 2 do artigo 17.º do presente título. Nestes casos, o Conselho adoptará as decisões necessárias" (*No 14/Gormley*)

N.º 2

Papel do Conselho

- Acrescentar que o Conselho mantém o controlo político e a direcção estratégica. (*No 9/Hjelm Wallen + 4*)
- Reformular no sentido de indicar que o Conselho, que detém o comando e o controlo da operação, toma as decisões necessárias, sem que os Estados-Membros participantes lhe submetam qualquer questão. (*No 9/Hjelm Wallen + 4, No 13/Roche*)

Razão para nova decisão do Conselho

- Aditar novas decisões de carácter político (*No 12/Lopes + 3*) ou a proposta de alteração da decisão do Ministro dos Negócios Estrangeiros ou de um Estado-Membro (*No 13/Roche*) como razão suplementar para uma nova decisão do Conselho.

Papel do Parlamento Europeu

- Aditar a informação ao Parlamento Europeu (*No 4/Duff + 19, No 6/Fini + 1, No 10/Kaufmann*) e o acordo do Parlamento Europeu em caso de nova decisão (*No 10/Kaufmann*)

Supressões

- Suprimir este número, na sequência das alterações propostas para o n.º 1 (*No 7/Hain*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 18.º

1. *Bonde*
2. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDON; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
3. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
4. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Griekus, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
5. *Hannes Farnleitner*
6. *Gianfranco FINI – Francesco SPERONI*
7. *Hain*
8. *David Heathcoat-Amory*
9. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos, e Sören Lekberg, Kenneth Kvist e Ingvar Svensson, representantes dos parlamentos nacionais*
10. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
11. *Timothy Kirkhope*
12. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
13. *Dick Roche*
14. *John Gormley*

Artigo 19.º

1. A Agência Europeia de Armamento e de Investigação Estratégica terá por missão:

- *contribuir para a identificação dos objectivos de capacidades militares dos Estados-Membros e avaliar o respeito dos compromissos assumidos pelos Estados-Membros em termos de capacidades;*
- *promover a harmonização das necessidades operacionais e a adopção de métodos de aquisição eficazes e compatíveis;*
- *propor projectos multilaterais para cumprir os objectivos em termos de capacidades militares e assegurar a coordenação dos programas executados pelos Estados-Membros, bem como a gestão de programas de cooperação específicos;*
- *apoiar a investigação em matéria de tecnologia de defesa, coordenar e planificar actividades de investigação conjuntas e estudos de soluções técnicas que dêem resposta às necessidades operacionais futuras;*
- *contribuir para identificar e, se for caso disso, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da defesa e para aumentar a eficácia das despesas militares.*

2. A Agência estará aberta a todos os Estados-Membros que nela desejem participar. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, adoptará uma decisão definindo o estatuto, a sede e as regras de funcionamento da Agência, que deverão ter em conta o grau de participação efectiva nas actividades da Agência. No quadro da Agência serão constituídos grupos específicos compostos por Estados-Membros que desenvolvam projectos conjuntos.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Aplicação, no domínio do armamento, das regras do mercado interno, e para a revisão do art. 296.º do TCE (No 22/Kohout)
- Nova redacção do artigo (No 2/Kaufmann)
- Suprimir o artigo (No 4./Bonde)

N.º 1

Denominação da Agência

- Substituir a denominação "Agência Europeia de Armamento e de Investigação Estratégica" por "Agência Europeia de Capacidades Militares" (No 27/Roche), ou por "Agência Europeia de Capacidades Militares e de Investigação Estratégica" (No 14/Fini + I), ou por "Agência Europeia de Capacidades de Defesa" (No 8/de Vries + I), ou por "Agência Europeia de Desenvolvimento e Aquisição de Capacidades" (No 16/Hain), ou por "Agência de Armamento e Capacidades" (No 15/Fischer).

Missões da Agência

- Especificar que a Agência tem por missão, nomeadamente *(No 7/de Villepin)*
- Aditar às missões da Agência:
 - no primeiro travessão: "e assistir o Conselho na avaliação e melhoramento das capacidades militares" *(No 6/Costa + 1)*
 - no primeiro travessão: aditar "capacidades civis"
 - no terceiro travessão aditar "capacidades civis, "tendo em vista, designadamente, as operações de prevenção de conflitos e manutenção da paz"
 - no quinto travessão : aditar "despesas ligadas à defesa civil" *(No 31/Voggenhuber + 1)*
 - no terceiro travessão : "cooperar neste domínio com os órgãos competentes do sector dos armamentos no âmbito da promoção da adopção de métodos de aprovisionamento eficazes e sustentáveis";
 - no quinto travessão: "no quadro de um mercado aberto e competitivo a fim de "aumentar a eficácia das despesas militares *(No 14/Fini + 1)* ;
 - no quarto travessão: "e contribuir para a realização dos objectivos e dos programas referidos no art. xx da Constituição" (actual art. 163.º do TCE) *(No 15/Fischer)* ;
 - um sexto travessão: "promover a implementação de um sistema de ponderação, avaliação e controlo dos empenhamentos de capacidades com base em critérios de referência qualitativos e quantitativos" *(No 8/de Vries + 1)*
 - um sexto travessão: "contribuir para a identificação de estratégias e medidas pertinentes em matéria de prevenção de conflitos" *(No 1/Thorning-Schmidt)*
- "O objectivo da Agência ... será assegurar que as capacidades necessárias para as missões da PESD, em curso ou futuras, sejam definidas com precisão, inclusive através do mecanismo de desenvolvimento das capacidades, e desenvolvidas, adquiridas, mobilizadas e mantidas da forma mais eficaz e rentável possível. As suas actividades incluirão:
 - no primeiro travessão: aditar "objectivos...quantitativos e qualitativos" e "avaliar os progressos realizados na sua consecução";
 - no segundo travessão : substituir "eficazes" por "rentáveis", e "baseados nas boas práticas";
 - no terceiro travessão: aditar coordenação "eficaz";
 - no quarto travessão: aditar "e prestar serviços de apoio em matéria de contratos".*(No 16/Hain)*
 - Aditar à coordenação mencionada no segundo travessão o adjectivo "eficaz" ; aditar no terceiro travessão : "e contribuir para a realização dos objectivos e programas referidos no artigo "PQID"; aditar um sexto travessão: "contribuir para o desenvolvimento de um mercado europeu do armamento e dar parecer sobre todas as propostas de actos atinentes à regulamentação deste mercado" *(No 7/de Villepin)*
- Substituir, no segundo travessão, "harmonização" por "avaliação", e no quinto travessão "executar" por promover" *(No 24/Lopes + 4)*
- Suprimir missões da Agência:
 - o primeiro travessão *(No 30/Tiilikainen + 4)*
 - os primeiro e segundo travessões ;
 - no terceiro travessão, substituir "assegurar a coordenação" por "facilitar";
 - no quarto travessão, suprimir o verbo "planificar";
 - no final do quinto travessão, aditar "com exclusão da gestão estratégica dos meios".*(No 17/Heathcoat-Amory)*

Início do artigo

- Começar o artigo pelo período "A Agência ... estará aberta a todos os Estados-Membros que nela desejem participar". (No 27/Roche)
- Começar o artigo pelo período "Os Estados-Membros empenhar-se-ão no melhoramento gradual das suas capacidades militares. Para este efeito, será criada uma Agência Europeia de Armamento..." (No 12/Farnleitner).
- Começar o artigo pelo período: "A fim de dotar a PESC/PESD das capacidades necessárias, uma Agência Europeia de Capacidades e de Armamento contribuirá, sob a direcção e o controlo político do Conselho, para a definição e a execução de uma política europeia das capacidades e do armamento. Na elaboração dessa política, serão tidas em conta as especificidades das actividades militares e de armamento, e nomeadamente os imperativos de segurança, e a necessidade de proceder gradualmente aos ajustamentos oportunos" (No 7/de Villepin).
- Reformular todo o n.º 1 do seguinte modo: "Será criada uma Agência Europeia de Armamento a fim de apoiar o desenvolvimento das capacidades militares através da cooperação entre os Estados-Membros no domínio do armamento. A Agência estará aberta a todos os Estados-Membros que nela desejem participar. No quadro da Agência podem ser constituídos grupos específicos compostos por Estados-Membros que desenvolvam projectos conjuntos. (No 18/Hjelm-Wallen+3)

Diversos

- Suprimir todo este número.
(No 21/Kirkhope, No 32/Gormley, No 26/Queiró, No 23/Kvist, No 4/Bonde)

N.º 2.

Processo

- Substituir a votação por maioria qualificada pela unanimidade (No 27/Roche; No 29/Teufel; No 17/Heathcoat-Amory, No 25/Palacio, 24/Lopes+4, No 7/de Villepin, No 18/Hjelm-Wallen + 3)
- Nova redacção: O Conselho, deliberando por unanimidade, adoptará uma decisão definindo o estatuto, o mandato, a sede e as regras de funcionamento da Agência. Estas regras terão em conta o grau de participação efectiva nas actividades da Agência.
(Hjelm-Wallen+3)
- Suprimir "maioria qualificada" (No 19/Hübner)
- Acrescentar que a decisão definindo o estatuto e as regras de funcionamento da Agência deverá ser adoptada de acordo com o processo legislativo. (No 28/Severin, No 10/Duff +19)
- Aditar a aprovação do Parlamento Europeu (No 5/Brok + 30)
- Aditar o controlo das actividades da Agência pelo PE e os Parlamentos nacionais no estatuto (No 28/Severin, No 10/Duff +19)

Participação na Agência

- Aditar "Os membros europeus da NATO que não pertencem à União Europeia poderão também participar se assim o desejarem" e, no final do número, "bem como os membros da NATO não pertencentes à União Europeia que desenvolvam projectos conjuntos".
(No 9/Demiralp)
- Aditar um n.º 3: "A Agência estará aberta a todos os outros Estados que nela desejem participar, nas condições estabelecidas pelo Conselho" (No 3/Azevedo+ 1)
- Manter apenas o trecho "A Agência estará aberta a todos os Estados-Membros", suprimindo todo o resto deste número.
(No 8/de Vries + de Bruijn)

Inclusão dos grupos existentes

- Aditar depois de "regras de funcionamento da Agência, que deverão ter em conta": "e mecanismos de integração da OCCAR e da LOI no quadro da Agência. A cooperação na OCCAR e na LOI no quadro da Agência envolverá apenas, excepcionalmente, os membros existentes no início, mas estará aberta a todos os Estados-Membros sob reserva das regras de adesão acordadas pelos Estados signatários do Acordo-Quadro OCCAR e LOI", e suprimir o último período deste número "No quadro da Agência serão constituídos grupos específicos..". (No 16/Hain)
- Depois de "No quadro da Agência serão constituídos grupos específicos compostos por Estados-Membros que desenvolvam projectos conjuntos", aditar:
"ou que prossigam formas de coordenação existentes, as quais poderão ser implementadas em conformidade com o art. xxx sob forma de cooperação reforçada". (No 15/Fischer)

Papel da Comissão

- "A Comissão participa plenamente nos trabalhos da Agência. A União assegura a coerência das medidas" (No 15/Fischer)
- "Nos domínios da regulamentação do mercado do armamento de defesa e da investigação e tecnologia de defesa, o Conselho velará pela coerência da acção da Agência com as acções dos demais intervenientes institucionais. A Comissão será plenamente associada aos Trabalhos da Agência nestes aspectos". (No 7/de Villepin)
- Aditar um período "A Agência desempenhará as suas funções, caso pertinente, em consulta com a Comissão". (No 30/Tiilikainen +Peltomäki, Kiljunen, Vanhaven, Korhonen)

Diversos

- Aditar o adjectivo "europeia" à decisão adoptada pelo Conselho, por maioria qualificada (No 12/Farnleitner)
- Suprimir a referência à sede da Agência. (No 16/Hain)
- Suprimir o trecho " No quadro da Agência serão constituídos grupos específicos compostos por Estados-Membros que desenvolvam projectos conjuntos" e substituí-la por "Nos domínios e condições definidas pelo Conselho, a Agência poderá implementar os seus programas sob a forma de cooperação reforçada, em conformidade com o artigo nesta matéria" (No 7/de Villepin)
- Suprimir "que deverão ter em conta o grau de participação efectiva nas actividades da Agência" (No 30/Tiilikainen +4; No 19/Hübner; No 12/Farnleitner)
- Suprimir todo este número. (No 21/Kirkhope, No Gormley, No 26/Queiró, No 23/Kvist, No 4/Bonde)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 19.º

1. *Thorning-Schmidt*
2. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
3. *Maria Eduarda Azevedo e António Nazaré Pereira*
4. *Bonde*
5. *Brok; Santer; Stylianidis; Tajani; Van Der Linden; Almeida Garrett; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lennmarker; Lequiller; Maij-Weggen; Mladenov; Paks; Rack; Van Dijk; Wittbrodt; Zieleniec; Zile*
6. *Alberto Costa e Guilherme D'Oliveira Martins*
7. *de Villepin*
8. *G.M. De Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
9. *Oğuz Demiralp*
10. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis, Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
11. *Conde de Stockton*
12. *Hannes Farnleitner*
- 13.
14. *Gianfranco Fini e Francesco Speroni*
15. *Joschka Fischer*
16. *Hain*
17. *David Heathcoat-Amory*
18. *Lena Hjelm-Wallén, Sven-Olof Petersson, Sören Lekberg e Ingvar Svensson*
19. *Danuta Hübner*
20. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
21. *Kikhope*
22. *Jan Kohout*
23. *Kvist*
24. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
25. *Palacio*
26. *Luís Queiró*
27. *Dick Roche*
28. *Adrian Severin*
29. *Erwin Teufel*
30. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
31. *Voggenhuber, Wagener*
32. *John Gormley*

Artigo 20.º

1. *Na medida em que preenchem elevados critérios em termos de capacidades militares e desejam assumir compromissos mais vinculativos nesta matéria tendo em vista as missões mais exigentes, os Estados-Membros cuja lista figura na declaração X, anexa à Constituição, estabelecem entre si uma cooperação estruturada na acepção do n.º 6 do artigo 30.º da Parte I da Constituição. Os critérios e os empenhamentos em matéria de capacidades militares definidos por esses Estados-Membros encontram-se previstos na mesma declaração.*
2. *Se um Estado-Membro desejar participar nesta cooperação numa fase posterior, subscrevendo as obrigações por ela impostas, informará o Conselho Europeu da sua intenção. O Conselho restrito da Cooperação Estruturada deliberará sobre o pedido do Estado-Membro em questão.*
3. *Só os Estados-Membros que participem na cooperação adoptarão decisões relativas ao objecto desta. O Ministro dos Negócios Estrangeiros assistirá às deliberações. Os restantes Estados-Membros serão devida e regularmente informados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros acerca do desenvolvimento da cooperação.*
4. *O Conselho poderá incumbir os Estados participantes nesta cooperação de executar, no quadro da União, uma missão prevista no artigo 24.º do presente Título.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Aditar um n.º 5 que preveja que as despesas decorrentes da implementação da cooperação estruturada ficam a cargo dos Estados-Membros que nela participem (No 7/Farnleitner)
- Suprimir o artigo (N.º 1/Bonde, N.º 8/Hain, N.º 9/Heathcoat-Amory, N.º 10/Hjelm-Wallen + 5, N.º 11/Hololei, N.º 12/Hubner, N.º 13/Kalniete + 5, N.º 14/Kaufmann, N.º 15/Kiljunen, N.º 16/Kirkhope, N.º 20/Roche, N.º 21/Seppanen, N.º 23/Tiilikainen + 3, N.º 24/Voggenhuber + 2, N.º 25/Gormley)

N.º 1.

- Substituir a expressão "cooperação estruturada" por integração reforçada (N.º 2/Borrel + 1)

Estabelecimento da cooperação mais estreita

- Reformular o texto prevendo que os Estados-Membros podem, após proposta de um deles e após informação do PE e decisão do Conselho por maioria qualificada, estabelecer uma cooperação estruturada. (N.º 3/Brok + 29)
- Reformulação segundo a qual os Estados-Membros que desejem estabelecer uma cooperação estruturada apresentam um pedido ao Conselho, que dá o seu acordo, deliberando por maioria qualificada e de acordo com as disposições previstas no n.º 2 do artigo 9.º do mesmo título e com as disposições relativas à cooperação reforçada. (N.º 4/Christophersen + 3, N.º 22/Thorning-Schmidt)
- Substituir este número pelo artigo 27.º-A do TUE (N.º Lopes + 3)

- Reformulação segundo a qual os Estados-Membros que desejem assumir compromissos mais vinculativos tendo em vista as missões mais exigentes podem estabelecer uma cooperação estruturada na acepção do n.º 6 do artigo 30.º do Tratado. (N.º 19/Queiró)
- Este número passa a ser o n.º 2, suprimindo o termo "elevados" e substituindo a expressão "cooperação estruturada" por cooperação reforçada. Suprimir o último período e substituí-lo por outro que preveja que o Conselho, deliberando por unanimidade, decide dos termos e condições da cooperação. (N.º 18/Lopes + 3)

Critérios

- Aditar o pleno empenhamento das instâncias pertinentes do Conselho no fim do número (N.º 5/de Vries + 1)
- Substituir "elevados" por decididos (N.º 17/Kohout)
- Suprimir a expressão "definidos por esses Estados-Membros" (N.º 7/Farnleitner)

Declaração/Protocolo

- Substituir "declaração" por Protocolo no último período (N.º 7/Farnleitner)

N.º 2.

Conselho restrito

- Aditar o modo de votação do Conselho restrito – maioria qualificada dos Estados-Membros participantes, ponderada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 17.º-B da Parte I do Tratado (N.º 19/Queiro)
- Suprimir o último período, relativo à tomada de decisão pelo Conselho restrito (N.º 4/Christophersen + 3, N.º 22/Thorning-Schmidt)
- Substituir o Conselho restrito pelo Conselho e prever que todos os Estados-Membros participam nas deliberações, mas que só os Estados participantes tomam parte na adopção das decisões (alterando o número seguinte em conformidade) (N.º 7/Farnleitner)
- Este número passa a ser o n.º 3, que retoma o antigo n.º 2, substituindo-se o Conselho restrito pelo Conselho deliberando por maioria qualificada. (N.º 18/Lopes + 3)

Diversos

- Substituir o Conselho Europeu pelo Conselho (N.º 3/Brok + 29)
- Novo n.º 2 segundo o qual a cooperação deve estar aberta a todos os Estados-Membros que desejem respeitar as obrigações que impõe e os Estados participantes devem incentivar os outros Estados-Membros a nela participar. (N.º 7/Farnleitner)

N.º 3.

- Especificar que a tomada de decisão apenas incide no desenvolvimento dos critérios de capacidades militares (N.º 4/Christophersen + 3, N.º 22/Thorning-Schmidt)
- Aditar a informação do Parlamento Europeu (N.º 6/Duff + 19)

N.º 4.

- Nova formulação deste número, segundo a qual a cooperação estruturada deve salvaguardar os valores e servir os interesses da União enquanto força coerente na cena internacional. Deve também respeitar os princípios, objectivos, linhas gerais e coerência da PESC e das decisões tomadas no âmbito desta. (*N.º 4/Christophersen + 3, N.º 22/Thorning-Schmidt*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 20.º

1. *Bonde*
2. *Borrell, Carnero e López Garrido*
3. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDÓ; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
4. *Henning Christophersen, Poul Schlüter, Henrik Dam Kristensen e Niels Helveg Petersen.*
5. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
6. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; e membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Oza e Gintautas Sivickas.*
7. *Hannes FARNLEITNER*
8. *Hain*
9. *David Heathcoat-Amory*
10. *Hjelm-Wallén, Lekberg, Lennmarker, Petersson, Kvist e Svensson*
11. *Henrik Hololei*
12. *Danuta Hübner*
13. *Sandra Kalniete, Roberts Zile, Liene Liepina, Rihards Pīks, Arturs Krisjanis Karins, Guntars Krasts.*
14. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
15. *Kiljunen*
16. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do PE*
17. *Jan Kohout*
18. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
19. *Luís Queiró*
20. *Dick Roche*

21. *Esko Seppänen*
22. *Helle Thorning-Schmidt*
23. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
24. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*
25. *John Gormley*

Artigo 21.º

1. *A cooperação mais estreita em matéria de defesa mútua, prevista no n.º 7 do artigo 30.º da Parte I, estará aberta a todos os Estados-Membros da União. Em declaração anexa à presente Constituição consta a lista dos Estados-Membros participantes. Se um Estado-Membro desejar participar nesta cooperação numa fase posterior, subscrevendo as obrigações por ela impostas, informará desse facto o Conselho Europeu e subscreverá a declaração anexa à Constituição.*
2. *Um Estado participante que seja alvo de uma agressão armada no seu território informará da situação os outros Estados participantes e poderá solicitar a sua ajuda e assistência. Os Estados participantes reunir-se-ão a nível ministerial, sendo assistidos pelos respectivos representantes no Comité Político e de Segurança e no Comité Militar.*
3. *O Conselho de Segurança das Nações Unidas será imediatamente informado de qualquer agressão armada e das medidas tomadas em conformidade.*
4. *As presentes disposições não afectarão, no que respeita aos Estados envolvidos, os direitos e obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Novo artigo que preveja que os princípios da cooperação mais estreita em matéria de defesa mútua se baseiam no Tratado de Bruxelas alterado, anexo à Constituição, e que essa cooperação está aberta aos Estados não vinculados pelo Tratado de Bruxelas (N.º 13/Hubner)
- Aditar que as disposições que prevêm uma cooperação mais estreita no domínio da PESD deverão prever um limiar de participação de pelo menos metade dos Estados-Membros (N.º 17/Kohout)
- Aditar um n.º 5 que preveja que o princípio da unanimidade se aplica ao domínio da defesa (N.º 10/Heathcoat-Amory)
- Suprimir este artigo (N.º 1/Seppanen, N.º 2/Bonde, N.º 5/de Vries + 1, N.º 6/Demiralp, N.º 9/Hain, N.º 11/Hjelm-Wallen, N.º 12/Hololei, N.º 15/Kiljunen, N.º 16/Kirkhope, N.º 18/Lopes + 3 N.º 20/Roche, N.º 22/Tiilikainen + 3, N.º 23/Voggenhuber + 2, N.º 24/Gormley)

N.º 1.

- Substituir o Conselho Europeu pelo Conselho (N.º 3/Brok + 29)
- Substituir "declaração" por Protocolo (N.º 8/Farnleitner)
- Suprimir qualquer referência à declaração, introduzir uma alteração segundo a qual a lista dos Estados participantes varia em função das missões em causa (N.º 10/Heathcoat-Amory)

N.º 2.

- Aditar uma referência ao n.º 7 do artigo 30.º da Parte I da Constituição (N.º 3/Brok + 29)
- Substituir "um Estado participante" por um Estado-Membro, no início deste número. (N.º 7/Conde de Stockton, N.º 19/Queiró)

- Suprimir qualquer referência aos Estados-Membros participantes, bem como a possibilidade de solicitar ajuda e assistência. Substituir "shall" por may. (*N.º 7/Conde de Stockton*)

N.º 4.

- Aditar uma referência à cooperação estreita com a NATO na implementação da cooperação em matéria de defesa mútua e garantir que, a fim de evitar qualquer duplicação, os Estados-Membros participantes se apoiarão nas modalidades de cooperação com a NATO já existentes. (*N.º 4/Christophersen + 3, N.º 21/Thorning-Schmidt*)
- Aditar uma referência ao estatuto constitucional de neutralidade de alguns Estados-Membros (*N.º 7/Conde de Stockton, N.º 10/Heathcoat-Amory*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 21.º

1. *Esko Seppänen*
2. *Bonde*
3. *Brok; Santer; Tajani; Van Der Linden; Almeida Garrett; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lennmarker; Maij-Weggen; Mladenov; Paks; Rack; Van Dijk; Wittbrodt; Zieleniec; Zile*
4. *Henning Christophersen, Poul Schlüter, Henrik Dam Kristensen e Niels Helveg Petersen.*
5. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
6. *Oğuz DEMIRALP*
7. *Conde de Stockton, Deputado do PE*
8. *Hannes Farnleitner*
9. *David Heathcoat-Amory*
10. *Hjelm-Wallén, Lekberg, Petersson, Kvist e Svensson*
11. *Henrik Hololei*
12. *Danuta Hübner*
13. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
14. *Kiljunen*
15. *Timothy Kirkhope*
16. *J. Kohout*
17. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
18. *Luís Queiró*
19. *Dick Roche*
20. *Helle THORNING-SCHMIDT*
21. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
22. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*
23. *John Gormley*

C. DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 22.º

- 1. As despesas administrativas em que incorram as instituições por força das disposições referidas no presente Capítulo ficarão a cargo do orçamento da União.**
- 2. As despesas operacionais decorrentes da aplicação das citadas disposições ficarão igualmente a cargo do orçamento da União, com excepção das despesas decorrentes de operações que tenham implicações no domínio militar ou da defesa e nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário.**

Nos casos em que não sejam imputadas ao orçamento da União, as despesas ficarão a cargo dos Estados-Membros, de acordo com a chave de repartição baseada no produto nacional bruto, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade. No que se refere às despesas decorrentes de operações com implicações no domínio militar ou da defesa, os Estados-Membros cujos representantes no Conselho tenham feito uma declaração formal, nos termos do segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 9.º, não serão obrigados a contribuir para o respectivo financiamento.

- 3. É criada no orçamento da União uma rubrica destinada ao financiamento urgente de iniciativas no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e, nomeadamente, às actividades preparatórias de uma missão referida no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I da Constituição. Serão estabelecidos processos específicos para garantir o rápido acesso às dotações inscritas nessa rubrica e a sua utilização efectiva dentro dos prazos impostos pelas situações em causa.**

As actividades preparatórias das missões referidas no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I da Constituição que não sejam imputadas ao orçamento da União serão financiadas por um fundo de arranque, constituído por contribuições dos Estados-Membros.

O Conselho adoptará por maioria qualificada, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros:

- as modalidades de instituição e de financiamento do Fundo, nomeadamente os montantes financeiros que lhe sejam afectados e as modalidades de reembolso;**
- as modalidades de gestão do Fundo;**
- as modalidades de controlo financeiro.**

Sempre que preveja a realização de uma missão referida no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I da Constituição que não possa ser imputada ao orçamento da União, o Conselho autorizará o Ministro dos Negócios Estrangeiros a utilizar esse Fundo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros apresentará ao Conselho um relatório sobre a execução desse mandato.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Suprimir este artigo (N.º 1/Bonde, N.º 12/Kirkhope, N.º 21/Gormley)

N.º 1.

- Suprimir a exclusão das despesas decorrentes de operações que tenham implicações no domínio militar ou da defesa (*N.º 10/Heathcoat-Amory*)
- Suprimir todo o número (*N.º 12/Kirkhope*)
- Suprimir o adjectivo "administrativas" (*N.º 20/Wuermeling*)

N.º 2.

- Aditar um n.º 2-A que preveja que o Ministro dos Negócios Estrangeiros elabora o capítulo do projecto do orçamento da União relativo às despesas da PESC e que preveja ainda que, em caso de desacordo entre o PE e o Conselho no termo do processo orçamental, será inscrito no orçamento o montante proposto pelo Ministro. (*N.º 4/de Villepin*)
- Aditar um n.º 2-B segundo o qual o Ministro é responsável pela execução das despesas relativas à PESC (*N.º 4/de Villepin*)
- Aditar que, nos casos em que não sejam imputadas ao orçamento da União, as despesas ficarão a cargo dos Estados-Membros "participantes" (*N.º 10/Heathcoat-Amory + 1*)
- Reformular este número por forma a afirmar que as despesas operacionais decorrentes da aplicação das disposições deste capítulo ficarão a cargo do orçamento da União "caso o Conselho assim o decida por unanimidade" (*N.º 10/Heathcoat-Amory + 1*)
- Suprimir o primeiro período e substituir, no segundo, "nos casos em que não sejam imputadas ao orçamento da União" por "nos casos em que nem todos os Estados-Membros estejam envolvidos" (*N.º 20/Wuermeling*)
- Suprimir todo o número (*N.º 12/Kirkhope*)

N.º 3.

- Substituir as referências aos artigos, na sequência das alterações anteriores (*N.º 14/Michel + 3*)
- Substituir o Ministro pela Comissão (*N.º 18/Svensson*)
- Suprimir este número (*N.º 13/Lopes + 3, N.º Tiilikainen + 4*), uma vez que, embora o seu conteúdo seja pertinente, cabe antes no âmbito do direito derivado (*N.º 13/Lopes*)

Rubrica do orçamento da União destinada ao financiamento urgente de iniciativas no âmbito da PESC

- Aditar que os processos específicos estabelecidos para garantir o rápido acesso às dotações inscritas nessa rubrica e a sua utilização efectiva dentro dos prazos impostos pelas situações em causa devem ser adoptados pelo Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros (*N.º 16/Roche*).
- Aditar "sem prejuízo do papel do Parlamento Europeu em matéria orçamental" (*N.º 2 Brok + 30, N.º 3/Cushnahan*) ;
- Não são propostas alterações, mas esta é uma questão que merece uma análise mais aprofundada (*N.º 8/Fischer*).

- Suprimir "é criada no orçamento da União uma rubrica" e aditar que as iniciativas em causa deverão ficar a cargo do orçamento da União para a PESC; suprimir o período seguinte relativo aos processos específicos a estabelecer para garantir o rápido acesso às dotações inscritas nessa rubrica (*N.º 5/de Vries + 1*);
- Suprimir "actividades preparatórias" (*N.º 4/de Villepin*)
- Aditar uma possibilidade de proposta pelo Ministro de um orçamento rectificativo quando, durante o ano, se revele insuficiente o montante previsto + processo de tomada de decisão urgente (8/15 dias) (*N.º 4 /de Villepin*)

Fundo de arranque

- Suprimir "actividades preparatórias" e "de arranque" (*N.º 4/de Villepin*)
- Aditar no final do artigo que, ao fim de cinco anos, o fundo de arranque passará a fazer parte integrante do orçamento da União (*N.º 2/Brok + 30, N.º 3/Cushnahan*).
- Suprimir a referência ao fundo de arranque (*N.º 7/Farleitner, N.º 8/Fischer*)
- Suprimir o segundo parágrafo (*N.º 10/Heathcoat-Amory + 1*)

Financiamento do fundo

- Aditar que o fundo de arranque é constituído pelas contribuições dos Estados-Membros de acordo com a chave de repartição baseada no PNB (*N.º 4 de Villepin, N.º 5/de Vries + 1*).
- Substituir "constituído por contribuições dos Estados-Membros" por "constituído pelo orçamento da União " (*N.º 3/Cushnahan*) ;

Processo

- Substituir "maioria qualificada" por "unanimidade" (*N.º de Vries + 1, N.º 16/Roche, N.º 9/Hain, N.º 10/Heathcoat-Amory + 1*)
- Aditar de acordo com ou após consulta do Parlamento (*N.º 3/Cushnahan, N.º 6/Duff + 19, N.º 17/Severin*) ;
- Suprimir os três travessões (*N.º 16/Roche*) ;
- Aditar "desembolso" após "gestão" (*N.º 9/Hain*),
- Aditar no terceiro travessão "incluindo o efeito da retenção da quitação do orçamento" (*N.º 10/Heathcoat-Amory + 1*) ;

Papel do Ministro dos Negócios Estrangeiros

- Aditar "em conformidade com os processos de controlo financeiro a estabelecer pelo Conselho" ao mandato do Ministro para a utilização do fundo (*N.º 16/Roche*) ;
- Aditar "e ao Parlamento Europeu" (*N.º 3/Cushnahan*) ;

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 22.º

1. *Bonde*
2. *Brok; Santer; Stylianidis; Tajani; Van Der Linden; Almeida Garrett; Altmaier; Azevedo; Basile; Brejc; Cushnahan; Demetriou; Dolores; Fogler; Follini; Frendo; Giannakou; Kauppi; Kelemen; Korhonen; Krasts; Kroupa; Lequiller; Maij-Weggen; Mladenov; Paks; Rack; Van Dijk; Wittbrodt; Zieleniec; Zile*
3. *John Cushnahan*
4. *de Villepin*
5. *G.M. De Vries e T.J.A.M. De Bruijn*
6. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Griekus, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam, Eugenijus Maldeikis; Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
7. *Hannes Farnleitner*
8. *Joschka Fischer*
9. *Hain*
10. *David Heathcoat-Amory, Conde de Stockton*
11. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
12. *Timothy Kirkhope*
13. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
14. *Louis Michel, Elio Di Rupo, Anne Van Lancker e Pierre Chevalier*
15. *Luís Queiró*
16. *Dick Roche*
17. *Adrian Severin*
18. *Ingvar Svensson*
19. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
20. *Joachim Wuermeling*
21. *John Gormley*

CAPÍTULO 2 : POLÍTICA COMERCIAL COMUM

Artigo 23.º

Ao instituírem entre si uma união aduaneira, os Estados-Membros propõem-se contribuir, no interesse comum, para o desenvolvimento harmonioso do comércio mundial e para a supressão progressiva das restrições às trocas internacionais e aos investimentos estrangeiros directos, bem como para a redução das barreiras alfandegárias e de outro tipo.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Suprimir a referência aos investimentos estrangeiros directos (N.º 1/*Abitbol*, N.º 3/*de Villepin*, N.º 5/*Fischer*, N.º 11/*Palacio*, N.º 13/*Teufel*, N.º 14/*Voggenhuber+I*). Substituir esta referência por uma definição mais precisa e anúncio de uma futura proposta de texto (N.º 6/*Hain*). Alterar a redacção na versão inglesa: "on foreign investment" em vez de "to" (N.º 12/*Roche*). Inserir os termos "e sustentável" após "harmonioso" e suprimir o texto a seguir a "comércio mundial" (N.º 15/*Gormley*).
- Inserir "de mercadorias e de serviços" após "restrições às trocas internacionais" (N.º 4/*de Vries+I*)
- Inserir uma referência ao "aumento da competitividade económica da União" e mencionar a "supressão das barreiras alfandegárias", em vez da sua redução (N.º 7/*Hjelm-Wallén+4*). Aditar "de efeito equivalente" após "barreiras alfandegárias e de outro tipo" (N.º 10/*Lopes+3*). Aditar um segundo parágrafo, segundo o qual a União Aduaneira deverá abranger qualquer comércio de mercadorias e de serviços e implicará a proibição dos direitos aduaneiros sobre as importações e as exportações da União (de e para países terceiros), bem como qualquer taxa de efeito equivalente (N.º 9/*Lennmarker*).
- Modificar ligeiramente a redacção a fim de alterar o sentido da formulação relativa ao elo entre a liberalização do comércio internacional e dos capitais e o desenvolvimento harmonioso do comércio mundial, indicando que os dois primeiros estão subordinados ao segundo (N.º 8/*Kaufmann*).
- Aditar "garantindo condições de reciprocidade entre os Estados-Membros" no fim do artigo (N.º 10/*Lopes+3*).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 23.º

1. *William ABITBOL*
2. *Jens-Peter Bonde*
3. *de Villepin*
4. *G.M. de Vries , T.J.A.M. de Bruijn*
5. *Joschka Fischer*
6. *Hain*
7. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos e Sören Lekberg, Kenneth Kvist e Ingvar Svensson, representantes dos parlamentos nacionais*
8. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
9. *Lennmarker*
10. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
11. *Palacio*
12. *Dick Roche*
13. *Erwin Teufel*
14. *Voggenhuber, Wagener*
15. *John Gormley*

Artigo 24.º

1. *A política comercial comum assenta em princípios uniformes, designadamente no que diz respeito às modificações pautais, à celebração de acordos pautais e comerciais relativos às trocas de mercadorias e serviços, aos aspectos comerciais da propriedade intelectual, aos investimentos estrangeiros directos, à uniformização das medidas de liberalização, à política de exportação, bem como às medidas de defesa comercial, tais como as medidas a tomar em caso de dumping e de subvenções. A política comercial comum é conduzida de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União, conforme enunciados no artigo 1.º do presente Título.*
2. *O Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, de acordo com o processo legislativo, as leis e leis-quadro europeias necessárias à execução da política comercial comum.*
3. *Caso devam ser negociados acordos com um ou mais Estados ou organizações internacionais, são aplicáveis as disposições pertinentes do artigo 33.º do presente Título. A Comissão apresentará, para o efeito, recomendações ao Conselho, que a autorizará a encetar as negociações necessárias. Cabe ao Conselho e à Comissão assegurar que os acordos negociados sejam compatíveis com as políticas e normas internas da União.*

As referidas negociações serão conduzidas pela Comissão, em consulta com um Comité Especial designado pelo Conselho para a assistir nessas funções e no âmbito das directrizes que o Conselho lhe possa endereçar. A Comissão apresentará regularmente ao Comité Especial um relatório sobre o andamento das negociações.
4. *Relativamente à negociação e celebração de acordos nos domínios do comércio de serviços que impliquem deslocações de pessoas e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual, o Conselho deliberará por unanimidade, sempre que os referidos acordos incluam disposições em relação às quais seja exigida a unanimidade para a adopção de normas internas.*
5. *O exercício das competências atribuídas pelo presente artigo no domínio da política comercial não afectará a delimitação de competências entre a União e os Estados-Membros e não conduzirá à harmonização das disposições legislativas ou regulamentares dos Estados-Membros, na medida em que a Constituição exclua essa harmonização.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Substituir "União" por "Comunidade" em todo o artigo e substituir "Constituição" por "Tratado de simplificação" (N.º 28/Kirkhope).

N.º 1.

- Aditar uma referência à contribuição para os objectivos do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza no fim do número (N.º 2/Gabaglio, N.º 15/Dybkjaer, N.º 38/Svensson, N.º 41/Van Lancker, N.º 43/Wagener, N.º 42/Voggenhuber+3 – *suprimindo também a referência ao artigo 1.º do Título neste último caso*) ou à coerência com a política de desenvolvimento e a política do ambiente (N.º 9/Borrell+2. Inserir uma referência no princípio do artigo segundo a qual a política comercial comum se baseará em concessões unilaterais em relação aos países menos desenvolvidos e no desenvolvimento sustentável (N.º 8/Bonde).
- Suprimir a referência aos investimentos estrangeiros directos (N.º 12/de Villepin, N.º 16/Conde de Stockton, N.º 18/Fischer, N.º 36/Roche) ou substituir esta referência por um texto mais preciso (N.º 22/Hain). Suprimir as referências aos aspectos comerciais da propriedade intelectual e aos investimentos estrangeiros directos e aditar um período segundo o qual estes domínios não fazem parte da política comercial comum e continuam a ser domínios da livre cooperação entre Estados-Membros (N.º 5/Abitbol).
- Aditar uma referência à "violação das normas mínimas da protecção dos trabalhadores e do ambiente" após "subvenções" (N.º 17/Fini+1).
- Aditar uma referência à preservação dos serviços de interesse geral após "liberalização" (N.º 2/Gabaglio).
- Aditar, no fim do número, que deve ser dado verdadeiro conteúdo às cláusulas relativas à democracia contidas em acordos de associação e de comércio da União e que, para tal, será estabelecido um código de conduta internacional para a relação entre a União e os países terceiros (N.º 11/Cushnahan).
- Suprimir o último período relativo à remissão para os princípios e objectivos enunciados no artigo 1.º deste título (N.º 22/Hain).
- Suprimir o texto a seguir a "princípios uniformes" (N.º 26/Kaufmann).
- Inserir um novo n.º 1-A que preveja que o Conselho actua por maioria qualificada no exercício das competências conferidas por este artigo e que é necessário um parecer favorável do Parlamento Europeu para a celebração de qualquer acordo importante no âmbito deste artigo (N.º 1/Kauppi, N.º 6/Cushnahan, N.º 34/McAvan+8), ou que o Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu (N.º 27/Kiljunen).

N.º 2.

- Substituir este número por um texto baseado no n.º 2 do artigo 133.º do TCE (N.º 24/Hjelm-Wallén+3).
- Substituir este número por um texto que preveja que o Conselho adopta por maioria qualificada as regras de execução necessárias e que actua após consulta ao Parlamento Europeu (N.º 40/Tiilikainen+3).

- Aditar que, em conformidade com o artigo 28.º da Parte I, as competências de execução podem ser confiadas ao Conselho ou à Comissão por leis ou leis-quadro (N.º 12/de Villepin).
- Substituir "leis-quadro europeias" por "recomendações" (N.º 16/Conde de Stockton). Suprimir a referência às leis (N.º 23/Heathcoat-Amory).

N.º 3.

- Aditar que a Comissão deve apresentar recomendações também ao Parlamento Europeu (N.º 10/Brok+29, N.º 20/Giannakou, N.º 42/Voggenhuber+3, N.º 44/Wuermeling). Indicar que o Conselho autoriza a Comissão a abrir negociações após consulta ao Parlamento Europeu (N.º 3/Kauppi, N.º 6/Cushnahan, N.º 9/Borrell+2, N.º 14/Duff+17, N.º 34/McAvan+8, N.º 35/Michel+3, N.º 37/Severin, N.º 41/Van Lancker). Aditar que o Conselho concede essa autorização após aprovação do Parlamento Europeu (N.º 26/Kaufmann, N.º 44/Wuermeling) e precisar, no segundo parágrafo, que as directrizes de negociação são comunicadas na decisão que autoriza a abertura das negociações (N.º 26/Kaufmann), ou que as directrizes podem ser emitidas pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu (N.º 42/Voggenhuber+3).
- Substituir "ao Conselho e à Comissão" por "às Instituições" (N.º 10/Brok+29).
- Aditar, no fim do segundo parágrafo, que a Comissão manterá também plenamente e regularmente informado o Parlamento Europeu sobre o andamento das negociações (N.º 9/Borrell+2, N.º 10/Brok+29, N.º 20/Giannakou, N.º 35/Michel+3, N.º 41/Van Lancker, N.º 42/Voggenhuber+3). Aditar o Conselho e o Parlamento Europeu (N.º 26/Kaufmann).
- Inserir uma referência à celebração de acordos no domínio dos transportes, na linha do texto do n.º 6 do artigo 133.º do TCE (N.º 4/Christophersen+3).
- Precisar que o princípio da unanimidade se aplica a todo o artigo (N.º 23/Heathcoat-Amory).

N.º 4.

- Suprimir este número (N.º 10/Brok+29, N.º 14/Duff+17, N.º 25/Jacobs, N.º 30/Lennmarker, N.º 27/Severin). Alterar este número a fim de indicar que é aplicável a maioria qualificada à celebração de acordos nos domínios do comércio de serviços que impliquem deslocações de pessoas e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual (N.º 9/Borrell+2, N.º 29/Kohout), e suprimir a parte consagrada à não harmonização (N.º 9/Borrell+2).

- Substituir este número e/ou aditar (noutro número ou neste mesmo) o essencial do texto do artigo 133.º, n.º 6, segundo parágrafo, primeiro período, do TCE no que se refere aos domínios dos serviços culturais e audiovisuais, dos serviços sociais e de saúde e dos serviços de educação (N.º 19/Floch, N.º 21/Haenel+1, N.º 26/Kaufmann, N.º 27, Kiljunen, N.º 31/Lequiller, N.º 33/Maclennan, N.º 39/Teufel, N.º 42/Voggenhuber+3 e N.º 24/Hjelm-Wallén+3, com menção também dos serviços fornecidos pelos monopólios estatais), quando os acordos excedam a harmonização destes sectores no âmbito da União (N.º 24/Hjelm-Wallén+3) e precisar que o Conselho delibera por unanimidade (N.º 19/Floch, N.º 21/Haenel+1, N.º 24/Hjelm-Wallén+3), após parecer do Parlamento Europeu (N.º 19/Floch). Inserir referências aos serviços culturais e audiovisuais, aos serviços de educação, aos serviços sociais e de saúde humana (N.º 32/Lopes+3). Aditar que é aplicável a unanimidade aos acordos nos domínios dos investimentos estrangeiros directos e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual (N.º 24/Hjelm-Wallén+3),
- Substituir este número pelo segundo, terceiro e quarto parágrafos do n.º 5 do artigo 133.º do TCE (N.º 12/de Villepin).
- Aditar um parágrafo relativo ao direito dos Estados-Membros de manter e celebrar acordos com países terceiros ou organizações internacionais que sejam conformes com o direito da União e com outros acordos internacionais na matéria (N.º 22/Hain).
- Suprimir a expressão "que impliquem deslocações de pessoas" (N.º 36/Roche).

N.º 5.

- Substituir este número pelo texto do n.º 6 do artigo 133.º do TCE (N.º 12/de Villepin) ou pelo seu primeiro parágrafo (N.º 22/Hain).
- Aditar um n.º 6 relativo ao direito dos Estados-Membros de manter e celebrar acordos com países terceiros ou organizações internacionais que sejam conformes com o direito da União e com outros acordos internacionais na matéria (referência aos acordos no domínio dos transportes nas Observações, N.º 13/de Vries +1).
- Suprimir "na medida em que a Constituição exclua essa harmonização" (N.º 23/Heathcoat-Amory).

Propostas relativas a um novo artigo

- Aditar neste capítulo um novo artigo 24.º-A que inclua uma cláusula de salvaguarda segundo a qual os Estados-Membros podem solicitar autorização para tomarem eles próprios medidas de política comercial nos casos de urgência que possam pôr em causa a segurança nacional ou a sobrevivência de estruturas económicas de significativo valor acrescentado (N.º 7/Lopes+3).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 24.º

1. *Piia-Noora KAUPPI*
2. *Emilio GABAGLIO*
3. *Piia-Noora KAUPPI*
4. *Henning Christophersen, Poul Schlüter, Henrik Dam Kristensen e Niels Helveg Petersen*
5. *William ABITBOL*
6. *John Cushnahan*
7. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
8. *Jens-Peter Bonde*
9. *Borrell (membro), Carnero e López Garrido (suplentes)*
10. *BROK; SANTER; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDÓ; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
11. *John Cushnahan*
12. *de Villepin*
13. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
14. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Griekus, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; Membros suplentes: Willem Van Eekelen, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
15. *Dybkjær*
16. *Conde de Stockton, Deputado do PE*
17. *Gianfranco FINI – Francesco SPERONI*
18. *Joschka Fischer*
19. *Jacques FLOCH, membro suplente*
20. *GIANNAKOU Marietta*
21. *Hubert Haenel, membro efectivo, e Robert Badinter, membro suplente*

22. *Hain*
23. *David Heathcoat-Amory*
24. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos, e Sören Lekberg e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais*
25. *Georges Jacobs - UNICE*
26. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
27. *Kiljunen*
28. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do PE*
29. *Jan Kohout*
30. *Lennmarker*
31. *Pierre Lequiller, Presidente da Delegação para a União Europeia da Assembleia Nacional Francesa*
32. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
33. *Robert MacLennan*
34. *Linda McAVAN, Anne VAN LANCKER, Olivier DUHAMEL, Luis MARINHO, Pervenche BERÈS, Maria BERGER, Elena PACIOTTI, Helle THORNING-SCHMIDT, Jürgen MEYER*
35. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção, e Pierre Chevalier, membro suplente da Convenção*
36. *Dick Roche*
37. *Adrian Severin*
38. *Ingvar SVENSSON*
39. *Erwin Teufel*
40. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
41. *Anne Van Lancker*
42. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener, Nagy*
43. *Renée Wagener*
44. *Joachim Wuermeling*

CAPÍTULO 3 : COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES TERCEIROS E AJUDA HUMANITÁRIA

I. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Artigo 25.º

1. *A política da União em matéria de cooperação para o desenvolvimento é conduzida de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União, conforme enunciados no artigo 1.º do presente Título. A política da União em matéria de cooperação para o desenvolvimento e as políticas dos Estados-Membros no mesmo domínio completar-se-ão e reforçar-se-ão mutuamente.*
2. *A União e os Estados-Membros respeitarão os compromissos e terão em conta os objectivos definidos no âmbito das Nações Unidas e das demais organizações internacionais competentes.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Modificar o título do capítulo por forma a que se refira também de modo específico à cooperação para o desenvolvimento (N.º 1/Berger+1, N.º 2/Michel+4, N.º 3/Timmermans, N.º 6/Wagener, N.º 7/Carey, N.º 11/Farnleitner) ou à "política comum de cooperação para o desenvolvimento" (N.º 5/Voggenhuber+2).
- Substituir todas as referências à "União" por "Comunidade" (N.º 14/Kirkhope).

N.º 1.

- Reformular este número aditando um parágrafo/texto que indique os objectivos específicos da cooperação para o desenvolvimento (N.º 1/Berger+1, N.º 3/Timmermans, N.º 10/Duff+19, N.º 19/Svensson, N.º 20/Van Lancker, N.º 23/Carey), ou substituí-lo por um texto que enuncie os objectivos específicos desta política (N.º 12/Hain, N.º 18/Roche, N.º 22/Wagener), mas também o facto de visar os países em vias de desenvolvimento (N.º 12/Hain). Aditar uma referência ao objectivo de erradicação da pobreza (N.º 17/O'Sullivan+1).
- Completar este número por um período relativo à necessidade de coerência entre a PESC e outros domínios da acção externa com a política de cooperação para o desenvolvimento (N.º 9/Borrell+2).
- Aditar que a política da União neste domínio se baseia no princípio da parceria (N.º 2/Gabaglio, N.º 13/Kaufmann – *suprimindo o actual primeiro período*, N.º 21/Voggenhuber+3), ou aditar um parágrafo suplementar para o efeito (N.º 16/Michel+4), e a promoção da participação das organizações da sociedade civil (N.º 2/Gabaglio) ou a participação de todos os sectores da sociedade (N.º 16/Michel+4, N.º 21/Voggenhuber+3). Aditar que a União desenvolve uma política neste domínio (N.º 13/Kaufmann).
- Aditar que a política neste domínio se baseia nos interesses e nas necessidades dos países em vias de desenvolvimento (N.º 21/Voggenhuber+3).

- Aditar um parágrafo baseado no artigo 178.º do TCE, relativo à tomada em conta dos objectivos da política de desenvolvimento na execução de outras políticas susceptíveis de afectar os países em vias de desenvolvimento (N.º 11/Farnleitner).

N.º 2.

- Substituir "terão em conta" por "contribuirão para" (N.º 4/Berger+I, N.º 5/Timmermans, N.º 20/Van Lancker, N.º 22/Wagener, N.º 24/Carey, N.º 25/Gormley) ou por "promoverão activamente" (N.º 19/Svensson).
- Aditar um n.º 3 que especifique que o capítulo abrange a cooperação com países em vias de desenvolvimento, a fim de o distinguir da cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros (N.º 6/Timmermans, N.º 22/Wagener).
- Aditar uma referência à tomada em conta dos objectivos da política de desenvolvimento na execução de outras políticas susceptíveis de afectar os países em vias de desenvolvimento (N.º 12/Hain), ou substituir o número actual por um texto nesse sentido (N.º 18/Roche), ou aditar um n.º 3 para o efeito (N.º 15/Lopes+3).

Proposta de aditamento de um artigo

- Aditar um artigo segundo o qual a União e os Estados-Membros deverão envidar esforços para a introdução de processos harmonizados e de estratégias acordadas, como instrumentos destinados a melhorar a complementaridade e a coordenação (N.º 7/Van Lancker).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 25.º

1. *Maria BERGER, Caspar EINEM*
2. *Emilio GABAGLIO*
3. *Frans Timmermans*
4. *Maria BERGER, Caspar EINEM*
5. *Frans Timmermans*
6. *Frans Timmermans*
7. *Anne Van Lancker*
8. *Jens-Peter Bonde*
9. *Borrell (membro), Carnero e López Garrido (suplentes)*
10. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis, membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas,*
11. *Hannes FARNLEITNER*
12. *Hain*
13. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
14. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do PE*
15. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
16. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção, e Pierre Chevalier e Marie Nagy, membros suplentes da Convenção*
17. *O'Sullivan e Ponzano*
18. *Dick Roche*
19. *Ingvar SVENSSON*
20. *Anne Van Lancker*
21. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener, Nagy, membros*
22. *Renée Wagener*
23. *Pat Carey*
24. *Pat Carey*
25. *John Gormley*

Artigo 26.º

1. *O Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, de acordo com o processo legislativo, as leis e leis-quadro europeias necessárias à execução da política de cooperação para o desenvolvimento, que podem dizer respeito a programas plurianuais de cooperação com países em vias de desenvolvimento ou a programas com uma abordagem temática.*
2. *A União pode celebrar com os países terceiros e as organizações internacionais competentes todos os acordos úteis à realização dos objectivos referidos no artigo 1.º do presente Título. Esses acordos serão negociados e celebrados nos termos do artigo 33.º do presente Título.*

O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

3. *O Banco Europeu de Investimento contribuirá, nas condições previstas nos respectivos estatutos, para a execução das medidas a que se refere o n.º 1.*
4. *O disposto no presente artigo não afecta a cooperação com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, no âmbito da Convenção ACP-CE.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Substituir todas as referências à "União" por "Comunidade" (N.º 14/Kirkhope).

N.º 1.

- Substituir a referência às "leis-quadro europeias" por "recomendações" (N.º 5/Conde de Stockton), ou suprimir a referência às "leis europeias" (N.º 7/Heathcoat-Amory), ou aditar "e outros instrumentos" (N.º 11/Lopes+3).
- Suprimir o texto a seguir a "programas plurianuais de cooperação" (N.º 8/Hjelm-Wallén+4).

N.º 2.

- Aditar "e regionais" após "internacionais" (N.º 8/Hjelm-Wallén+4).
- Suprimir a referência aos objectivos do artigo 1.º e substituí-la por "necessários para a execução dessa política" (N.º 9/Kaufmann).
- Aditar "no domínio da cooperação para o desenvolvimento", a fim de clarificar que a competência de celebrar acordos diz respeito a este domínio (N.º 16/Teufel).

N.º 3.

(Não há alterações)

N.º 4.

- Suprimir este número (N.º 3/de Vries+1, N.º 4/Duff+19, N.º 9/Kaufmann, N.º 13/Michel+4, N.º 14/O'Sullivan+1, N.º 15/Svensson, N.º 15/Tiilikainen+4, N.º 18/Voggenhuber+2).
- Aditar que o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) será orçamentado (N.º 2/Cushnahann, N.º 12/McAvan+5 – *indicando que o financiamento FED deverá ser circunscrito dentro do orçamento da União*) e que se aplicarão os processos aplicáveis a outros domínios da assistência financeira da União (N.º 2/Cushnahan).
- Aditar que este artigo também não afectará associações como a "Commonwealth" e a "Francofonia" (N.º 7/Heathcoat-Amory).
- Corrigir a referência ao Acordo de Parceria ACP-CE (N.º 11/Lopes+3, N.º 12/McAvan+5).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 26.º

1. *Jens-Peter Bonde*
2. *Cushnahan*
3. *G.M. de Vries, T.J.A.M. de Bruijn*
4. *Membros: Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
5. *Conde de Stockton, Deputado do PE*
6. *Hain*
7. *David Heathcoat-Amory*
8. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos, e Sören Lekberg, Göran Lennmarker e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais*
9. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
10. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do PE*
11. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
12. *Linda McAVAN, Anne VAN LANCKER, Luis MARINHO, Pervenche BERÈS, Elena PACIOTTI, Helle THORNING-SCHMIDT*
13. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção, e Pierre Chevalier e Marie Nagy, membros suplentes da Convenção*
14. *O'Sullivan e Ponzano*
15. *Ingvar SVENSSON*
16. *Erwin Teufel*
17. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
18. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*

Artigo 27.º

1. *A União e os Estados-Membros coordenarão as respectivas políticas em matéria de cooperação para o desenvolvimento e concertar-se-ão sobre os seus programas de ajuda, inclusivamente nas organizações internacionais e em conferências internacionais, com o objectivo de fomentar a complementaridade e a eficácia das suas acções. Podem empreender acções conjuntas. Os Estados-Membros contribuirão, se necessário, para a execução dos programas de ajuda da União.*
2. *A Comissão pode tomar todas as iniciativas necessárias para promover a coordenação a que se refere o n.º 1.*
3. *No âmbito das respectivas competências, a União e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais competentes.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Substituir todas as referências à "União" por "Comunidade" (N.º 14/Kirkhope).

N.º 1.

- Suprimir os dois últimos períodos (N.º 11/Hjelm-Wallén+3) ou o último período (N.º 14/Lopes+3).
- Aditar que a cooperação para o desenvolvimento da União terá em conta a coordenação geral da assistência mundial (N.º 17/Tiilikainen+4).
- Substituir "fomentar" por "assegurar" (N.º 14/Lopes+3).
- Aditar uma referência aos objectivos específicos da política de desenvolvimento (cuja inserção se propõe no n.º 1 do artigo 25.º) (N.º 9/Hain).
- Substituir "contribuirão" por "podem contribuir" (N.º 10/Heathcoat-Amory).
- Suprimir a expressão "com o objectivo de fomentar a complementaridade e a eficácia das suas acções" (N.º 12/Kaufmann).

N.º 2.

- Aditar que a União e os Estados-Membros envidarão esforços para a introdução de processos harmonizados e de estratégias acordadas (N.º 7/Duff+18).
- Substituir "pode tomar" por "tomará" (N.º 8/Farnleitner, N.º 15/McAvan+7, N.º 16/Svensson) e substituir "pode tomar todas as iniciativas necessárias para promover" por "promoverá" (N.º 15/McAvan+7).

N.º 3.

- Aditar que a cooperação "se baseia no princípio fundamental da igualdade dos parceiros" (N.º 6/Demiralp) ou "numa parceria igual", (N.º 7/Duff+18).
- **Propostas de aditamento de um número ou de um artigo**

Aditar um número ou um artigo que preveja que a política de cooperação para o desenvolvimento da União se baseia nos princípios da parceria, a fim de integrar todos os sectores da sociedade, inclusive as organizações da sociedade civil (N.º 1/Dybkaer, N.º 2/Van Lancker, N.º 3/Wagener, N.º 4/Berger+1) ou inserir esta proposta de texto no n.º 3 (N.º 6/Demiralp).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 27.º

1. *Dybkjær*
2. *Anne Van Lancker*
3. *Renée Wagener*
4. *Maria BERGER, Caspar EINEM*
5. *Jens-Peter Bonde*
6. *Oğuz DEMIRALP*
7. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
8. *Hannes FARNLEITNER*
9. *Hain*
10. *David Heathcoat-Amory*
11. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos, e Sören Lekberg e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais*
12. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
13. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do PE*
14. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
15. *Linda McAVAN, Anne VAN LANCKER, Olivier DUHAMEL, Luis MARINHO, Pervenche BERÈS, Maria BERGER, Elena PACIOTTI, Helle THORNING-SCHMIDT*
16. *Ingvar SVENSSON*
17. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
18. *Pat Carey*

II. COOPERAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E TÉCNICA COM OS PAÍSES TERCEIROS

Artigo 28.º

1. *Sem prejuízo das restantes disposições do presente Tratado, nomeadamente dos artigos 25.º a 27.º do presente Título, relativos à cooperação para o desenvolvimento, a União realizará, no âmbito das suas competências, acções de cooperação económica, financeira e técnica com países terceiros. Essas acções serão coerentes com a política de desenvolvimento da União. As acções da União e dos Estados-Membros completar-se-ão e reforçar-se-ão mutuamente. Serão conduzidas de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União, conforme enunciados no artigo 1.º do presente Título.*
2. *O Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, de acordo com o processo legislativo, as leis e leis-quadro europeias necessárias à execução do n.º 1.*
3. *No âmbito das respectivas competências, a União e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As modalidades de cooperação da União poderão ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras envolvidas, acordos esses que serão negociados e celebrados em conformidade com o artigo 33.º do presente Título. O Conselho deliberará por unanimidade no que diz respeito aos acordos de associação a que se refere o n.º 2 do artigo 32.º do presente Título e aos acordos a celebrar com os Estados candidatos à adesão à União.*

O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Substituir todas as referências a « a União » por « a Comunidade » (No. 14/Kirkhope).

N.º 1.

- Aditar uma referência à assistência urgente, especialmente a assistência financeira (No. 3/Brok+29, No. 6/Giannakou, No. 10/McAvan+7, No. 11/Svensson).
- Substituir « países terceiros » por « outros países que não os países em vias de desenvolvimento » (No. 1/Tirmans, No. 5/Dybkaer, No. 12/Wagener) a fim de clarificar o alcance dessa assistência, ou aditar « « ou grupos de países terceiros » » a seguir a « países terceiros » (No. 9/Lopes+3). Substituir a última frase para indicar que essas acções devem beneficiar em especial os povos mais pobres das nações mais pobres do mundo (No. 2/Bonde). Aditar uma referência à coerência com a PESC (No. 4/de Villepin).
- Suprimir a referência ao artigo 1.º (No. 7/Kaufmann).

N.º 2.

- Substituir o processo legislativo pela adopção pelo Conselho após consulta ao Parlamento Europeu (No. 4/de Villepin).
- Aditar « e outros instrumentos » a seguir à referência às leis e leis-quadro (No. 9/Lopes+3).

N.º 3.

- Suprimir a referência aos acordos a que se refere o n.º 2 do artigo 32.º do presente Título (No. 3/Brok+29, No. 7/Kaufmann) e a referência aos acordos a celebrar com os Estados candidatos à adesão à União (No. 7/Kaufmann).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 28.º

1. *Frans Tirmans*
2. *Jens-Peter Bonde*
3. *BROK; SANTER; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDON; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
4. *de Villepin*
5. *Dybkjær*
6. *GIANNAKOU Marietta*
7. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
8. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
9. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
10. *Linda McAVAN, Anne VAN LANCKER, Olivier DUHAMEL, Luís MARINHO, Pervenche BERÈS, Maria BERGER, Elena PACIOTTI, Helle THORNING-SCHMIDT*
11. *Ingvar SVENSSON*
12. *Renée Wagener*

Artigo 29.º

Sempre que a situação num país terceiro exija assistência financeira com carácter urgente por parte da União, o Conselho, sob proposta da Comissão, adoptará, por maioria qualificada, as medidas necessárias.

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

Saliente-se que a versão original e correcta do texto é a francesa, segundo a qual o Conselho adoptará, por maioria qualificada, as medidas necessárias, enquanto o texto em inglês evoca a "unanimidade". Esta diferença entre as duas versões semeou a confusão, pelo que apresentamos as nossas sinceras desculpas por este erro.

- Suprimir a referência à unanimidade na versão inglesa (ver a observação *supra*) (No. 2/Brok+31, No. 5/Duff+19, No. 10/McAvan+7, No. 15/Tiilikainen+4) e substituí-la por « maioria qualificada » (No. 12/Roche). Indicar que as medidas são adoptadas por unanimidade (No. 14/Teufel).
- Indicar que o Conselho e o Parlamento Europeu adoptarão as medidas necessárias (No. 2/Brok+31), ou aditar « após consulta ao Parlamento Europeu » (No. 16/Dybkjaer, No. 10/McAvan+7, No. 13/Svensson), ou aditar « após a aprovação do Parlamento Europeu » (No. 8/Kaufmann). Introduzir uma alteração que também atribua o direito de proposta ao Parlamento Europeu (No. 11/Muscardini).
- Alterar a redacção para circunscrever o recurso a esta base jurídica e assegurar a coerência das decisões tomadas com os objectivos da acção externa da União (No. 3/de Villepin) ou limitar o âmbito do artigo aditando referências aos critérios « GENVAL » (No. 4/de Vries+1).
- Suprimir o artigo (No. 6/Hain, No. 7/Hjelm-Wallén+3).
- Substituir todas as referências a « União » por « Comunidade » (No. 9/Kirkhope).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 29.º

1. *Jens-Peter Bonde*
2. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDON; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; LEQUILLER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
3. *de Villepin*
4. *G.de Vries , T.J.A.de Bruijn*
5. *Membros: Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; Membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Oza e Gintautas Sivickas.*
6. *Hain*
7. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos; Sören Lekberg e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais.*
8. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
9. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
10. *Linda McAVAN, Anne VAN LANCKER, Olivier DUHAMEL, Luís MARINHO, Maria BERGER, Elena PACIOTTI, Helle THORNING-SCHMIDT, Jürgen MEYER*
11. *Cristiana MUSCARDINI*
12. *Dick Roche*
13. *Ingvar SVENSSON*
14. *Erwin Teufel*
15. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
16. *Dybkjær*

III. AJUDA HUMANITÁRIA

Artigo 30.º

1. *As acções da União no domínio da ajuda humanitária serão conduzidas de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União, conforme enunciados no artigo 1.º do presente Título. Essas acções visarão prestar pontualmente assistência, socorro e protecção às populações dos países terceiros vítimas de catástrofes de origem humana ou natural, de modo a fazer face às necessidades humanitárias resultantes dessas diferentes situações. As acções da União e dos Estados-Membros completar-se-ão e reforçar-se-ão mutuamente.*
2. *As acções de ajuda humanitária serão desenvolvidas em conformidade com os princípios do direito internacional humanitário, especialmente com os princípios da imparcialidade e da não discriminação.*
3. *O Parlamento Europeu e o Conselho adoptarão, de acordo com o processo legislativo, as leis e leis-quadro necessárias que definam o quadro em que serão executadas as acções de ajuda humanitária da União.*
4. *A União poderá celebrar com os países terceiros e as organizações internacionais competentes todos os acordos úteis à realização dos objectivos a que se refere o artigo 1.º. Esses acordos serão negociados e celebrados nos termos do artigo 33.º do presente Título.*

O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

5. *A fim de enquadrar os contributos comuns dos jovens europeus para as acções humanitárias da União, é criado um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária. O estatuto e o funcionamento deste Corpo de Voluntários serão definidos por uma lei europeia adoptada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com o processo legislativo.*
6. *A Comissão poderá tomar todas as iniciativas úteis para promover a coordenação entre as acções da União e as dos Estados-Membros, a fim de reforçar a eficácia e a complementaridade dos mecanismos da União e dos mecanismos nacionais de ajuda humanitária.*
7. *A União velará por que as suas acções humanitárias sejam coordenadas e coerentes com as das organizações e organismos internacionais, especialmente aqueles que fazem parte do sistema das Nações Unidas.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Substituir todas as referências a « União » por « Comunidade » (No. 10/Kirkhope).

N.º 1.

- Suprimir a referência ao artigo 1.º (No. 2/Bonde, No. 9/Kaufmann) e introduzir uma referência aos « povos mais pobres dos países mais pobres » (No. 2/Bonde).
- Alterar a redacção, indicando, nomeadamente, que as acções têm por objectivo salvar vidas, minorar o sofrimento e restabelecer a dignidade humana (No. 8/Hjelm-Wallén+4).
- Suprimir « pontualmente » (No. 11/Lopes+3)

N.º 2.

- Aditar uma referência à neutralidade, para citar os princípios internacionais em matéria de assistência humanitária de forma completa (No. 1/Dybkaer, No. 5/Duff+19, No. 8/Hjelm-Wallén+4, No. 14/Svensson, No. 17/Van Lancker) e substituir « não discriminação » por « independência » (No. 8/Hjelm-Wallén+4).
- Alterar a redacção, indicando, nomeadamente, que as operações também devem ser em conformidade com « outras práticas estabelecidas » (No. 8/Hjelm-Wallén+4).
- Aditar uma frase que indique que as acções humanitárias só excepcionalmente poderão ser desenvolvidas por pessoal militar, em apoio das organizações humanitárias e na observância do direito humanitário (No. 13/O'Sullivan+1).

N.º 3.

- Aditar « e outros instrumentos » a seguir a « leis-quadro » (No. 11/Lopes+3).

N.º 4.

- Suprimir a referência ao artigo 1.º (No. 9/Kaufmann).
- Indicar que se trata de acordos no domínio da ajuda humanitária (No. 15/Teufel).

N.º 5.

- Suprimir o número (No. 4/deVries+1, No. 7/Heathcoat-Amory+1, No. 8/Hjelm-Wallén+4, No. 10/Kirkhope, No. 12/McAven+7, no. 16/Tiilikainen+4, No. 18/Voggenhuber+2).

N.º 6.

- Substituir « poderá tomar » por « tomará » (No. 3/Brok+31, No. 6/Farnleitner, No. 9/Kaufmann, No. 12/McAven+7, No. 14/Svensson).

N.º 7.

(Nenhuma alteração)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 30.º

1. *Dybkjær*
2. *Membro da Convenção: Jens-Peter Bonde*
3. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDÓ; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; LEQUILLER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
4. *G.de Vries, T.J.A.de Bruijn*
5. *Membros: Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Oza e Gintautas Sivickas.*
6. *Hannes FARNLEITNER*
7. *David Heathcoat-Amory, Conde de Stockton, Deputado do Parlamento Europeu*
8. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos; Sören Lekberg, Göran Lennmarker e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais.*
9. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
10. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
11. *Ernâni Lopes, Maria Eduarda Azevedo, Manuel Lobo Antunes e António Nazaré Pereira*
12. *Linda McAVAN, Anne VAN LANCKER, Olivier DUHAMEL, Luís MARINHO, Pervenche BERÈS, Maria BERGER, Elena PACIOTTI, Helle THORNING-SCHMIDT*
13. *O'Sullivan e Ponzano*
14. *Ingvar SVENSSON*
15. *Erwin Teufel*
16. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
17. *Anne Van Lancker*
18. *Membros: Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*

CAPÍTULO 4 : MEDIDAS RESTRITIVAS

Artigo 31.º

1. *Sempre que uma decisão relativa a uma posição ou acção da União adoptada nos termos das disposições em matéria de Política Externa e de Segurança Comum, constantes do Capítulo 1 do presente Título, preveja a interrupção ou a redução, total ou parcial, das relações económicas e financeiras com um ou mais países terceiros, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, toma as medidas necessárias e informa o Parlamento Europeu.*
2. *Nos domínios a que se refere o n.º 1, o Conselho, de acordo com o mesmo processo, pode adoptar medidas restritivas relativamente a pessoas singulares ou colectivas, grupos ou entidades não estatais.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Alteração da denominação do Ministro dos Negócios Estrangeiros (No 5/Duff+18, No 12/Queiro)
- Suprimir o artigo (No 2/Kirkhope)

N.º 1.

- Suprimir "conjunta ... e da Comissão" (No 3/de Villepin)
- Suprimir "Ministro dos Negócios Estrangeiros" (No 14/Tiilikainen + 4)
- Substituir "conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão" por "Presidente do Conselho" (No 1/Bonde)
- Precisar que o Parlamento Europeu será plena e regularmente informado (No 2/Borrell + 2)
- Aditar "urgentes" a seguir a "medidas" (No 4/De Vries + 1)
- Substituir "maioria qualificada" por "unanimidade" e aditar uma referência à aplicação da abstenção construtiva (No 7/Heathcoat Amory)

N.º 2.

- Aditar uma disposição que estipule que a tomada de tais medidas deve ser em conformidade com as obrigações decorrentes do direito internacional e respeitar os direitos fundamentais dos indivíduos ou dos grupos em questão (No 6/Farnleitner)
- Aditar medidas restritivas de acesso ao território (No 5/Duff + 18, No 11/O'Sullivan + 1)

- Introduzir uma restrição à aplicação desta disposição, especificando que só podem ser tomadas medidas restritivas relativamente a pessoas ou grupos de pessoas que tenham, ou tenham tido no passado, "*funções vitais*" num país terceiro (*No 8/Hjelm-Wallén + 4*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 31.º

1. *Jens-Peter Bonde*
2. *Borrell (membro), Carnero e López Garrido (suplentes)*
3. *de Villepin*
4. *G.M. de Vries, T.J.A.M. de Bruijn*
5. *Membros: Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
6. *Hannes Farnleitner*
7. *David Heathcoat-Amory*
8. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos; Sören Lekberg, Göran Lennmarker e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais*
9. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
10. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
11. *O'Sullivan e M. Ponzano*
12. *Luís Queiró*
13. *Dick Roche*
14. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
15. *John Gormley*

CAPÍTULO 5: ACORDOS INTERNACIONAIS

Artigo 32.º

1. *A União pode contrair obrigações mediante a celebração de acordos com um ou mais Estados terceiros ou organizações internacionais, nos casos em que as disposições da Constituição prevejam a celebração de tais acordos.*
2. *A União pode celebrar acordos de associação com um ou mais Estados terceiros ou organizações internacionais. Esses acordos criam uma associação, caracterizada por direitos e obrigações recíprocos, acções em comum e procedimentos especiais, com um ou vários Estados terceiros ou organizações internacionais.*
3. *A União pode celebrar os acordos internacionais cuja celebração seja necessária para alcançar um objectivo da União ou esteja prevista num acto legislativo da União, ou que afectem um acto interno da União.*
4. *Os acordos celebrados pela União vinculam as instituições da União e os Estados-Membros.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

Estrutura do artigo :

- Fundir os n.ºs 1 e 3 (Nº2/Farnleitner)

Terminologia:

- Substituir o termo "União" por "Comunidade" (Nº7/Kirkhope),
- Substituir o termo "Constituição" por "Tratado simplificador" (Nº7/Kirkhope),
- Substituir o termo "Constituição" por "Tratado" (Nº9/Queiró),

Esfera das competências externas da União:

- Limitar a competência externa da União às matérias relativas à ajuda humanitária e ao comércio com os países em vias de desenvolvimento (Nº7/Kirkhope).

Acordos de associação:

- Deslocar o n.º 2 para um novo artigo que trate exclusivamente dos acordos de associação (Nº11/Tiilikainen, Peltomäki, Kiljunen, Vanhanen et Korhonen)

sCompetência dos Estados-Membros:

- Habilitar já não a União, mas os Estados-Membros a celebrarem acordos internacionais, substituindo o termo União por "Estados-Membros" (Nº5/Heathcoat-Amory)
- Ter em atenção que em matéria de cooperação judiciária e policial no domínio penal, tal como na PESC, a competência é detida em primeira instância pelos Estados-Membros (Nº6/Hjelm-Wallén, Lekberg, Lennmarker)

N.º 1.

Referência ao processo de celebração de acordos:

- Aditar que os acordos devem ser celebrados em conformidade com o procedimentos de celebração de acordos previstos na Constituição, que deve prever um procedimento específico no que se refere aos acordos relativos à cooperação judiciária em matéria penal e à cooperação policial (Nº4/Hain)

Alargar a esfera de competências à competência implícita:

- Aditar que a União também pode celebrar acordos internacionais "tendo em vista a execução das suas políticas " (Nº8/O'Sullivan e Ponzano).

N.º 3.

Alterações de linguagem:

- Precisar que o acto legislativo da União que prevê a celebração de um acordo é adoptado com base noutras disposições relativas à competência, (Nº3/Fischer)
- Substituir " que afectem um acto interno da União" por "na medida em que a celebração desses acordos afecte um acto interno da União" (Nº3/Fischer).
- Substituir "que afectem" por "na medida em que os acordos afectem" (Nº11/Tiilikainen, Peltomäki, Kiljunen, Vanhanen e Korhonen)
- Substituir o texto para indicar que a União pode celebrar acordos internacionais, a partir do momento em que a Constituição tenha criado no ordenamento jurídico interno competências que permitam atingir um objectivo específico, sendo necessária a celebração de um acordo para a consecução desse objectivo (Nº11/Tiilikainen, Peltomäki, Kiljunen, Vanhanen e Korhonen).

Substituir pelo paralelismo perfeito entre as competências internas e externas:

- Substituir o texto por "A União pode celebrar acordos internacionais cujo âmbito se reflecta nas suas competências internas" (Nº10/Teufel)

Supressão:

- Suprimir o número (Nº4/Hain, Nº5/Heathcoat-Amory)

N.º 4.

Supressão:

- Suprimir o número (Nº5/Heathcoat-Amory)

Aditar que a competência externa é uma competência partilhada:

- Aditar que o n.º 1 não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais (Nº10/Teufel).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 32.º

1. *Jens-Peter Bonde*
2. *Hannes Farnleitner*
3. *Joschka Fischer*
4. *Hain*
5. *David Heathcoat-Amory*
6. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos; Sören Lekberg, Göran Lennmarker e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais.*
7. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
8. *O'Sullivan e Ponzano*
9. *Luís Queiró*
10. *Erwin Teufel*
11. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*

Artigo 33.º

1. *Sem prejuízo das disposições específicas do artigo 24.º do presente Título, os acordos entre a União e Estados terceiros ou organizações internacionais são negociados e celebrados de acordo com o processo a seguir enunciado.*
2. *O Conselho autoriza a abertura das negociações, estabelece as directrizes de negociação e celebra os acordos.*
3. *A Comissão ou o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, caso o acordo incida exclusiva ou principalmente na Política Externa e de Segurança Comum, apresenta recomendações ao Conselho, que lhe dá autorização para iniciar as negociações. A Comissão e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União apresentam, se for caso disso, recomendações conjuntas.*
4. *O Conselho designa, no âmbito da decisão de autorização das negociações, em função da matéria do futuro acordo, o negociador ou o chefe da equipa de negociação da União.*
5. *O Conselho pode endereçar directrizes de negociação ao negociador do acordo e pode designar um comité especial, que deverá ser consultado para efeitos da condução das negociações.*
6. *Sob proposta do negociador do acordo, o Conselho decide da sua assinatura e, se for caso disso, da sua aplicação provisória antes da entrada em vigor.*
7. *O Conselho celebra o acordo sob proposta do negociador. Excepto nos casos em que o acordo incida exclusivamente sobre a Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho só o celebra após consulta ao Parlamento Europeu. O Parlamento dará parecer num prazo que o Conselho pode fixar em função da urgência da questão. Na ausência de parecer dentro desse prazo, o Conselho pode deliberar. O parecer favorável do Parlamento Europeu é todavia obrigatório para os acordos de associação, para a adesão à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, bem como para os acordos que criem um quadro institucional específico mediante a organização de processos de cooperação, os acordos com consequências orçamentais significativas para a União e os acordos que abranjam domínios aos quais seja aplicável o processo legislativo. O Conselho e o Parlamento Europeu podem, em caso de urgência, fixar um prazo para o parecer favorável.*
8. *Ao celebrar um acordo, o Conselho pode, em derrogação das disposições precedentes, conferir poderes ao negociador do acordo para aprovar alterações, em nome da União, caso o acordo preveja que essas alterações devem ser aprovadas por um processo simplificado ou por um órgão criado pelo acordo; o Conselho poderá submeter essa atribuição de poderes a certas condições específicas.*
9. *Ao longo de todo o processo, o Conselho delibera por maioria qualificada. Todavia, o Conselho deliberará por unanimidade se o acordo incidir sobre um domínio em que seja exigida a unanimidade para a adopção de normas internas, bem como no caso de um acordo de associação e em caso de adesão à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.*

10. *O Conselho, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União ou da Comissão, decide da suspensão da aplicação de um acordo e define as posições a tomar em nome da União numa instância criada por um acordo, quando essa instância for chamada a adoptar decisões que produzam efeitos jurídicos, com excepção das decisões que completem ou alterem o quadro institucional do acordo.*
11. *O Parlamento Europeu será imediata e plenamente informado de todas as etapas do processo enunciado no presente artigo.*
12. *O Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão, o Banco Central Europeu ou qualquer Estado-Membro podem obter previamente o parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade de um acordo projectado com as disposições da Constituição abrangidas pela competência jurisdicional do Tribunal de Justiça. Em caso de parecer negativo do Tribunal de Justiça, o acordo projectado não pode entrar em vigor, salvo revisão da Constituição nos termos do processo previsto no artigo [N].*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

O Ministro dos Negócios Estrangeiros:

- Atribuir igual esfera de competências em matéria de acção externa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e à Comissão (números 3 e 4) (Nº12/Cushnahan)
- Qualificá-lo como Ministro dos Negócios Estrangeiros/Secretário da União (Nº15/Duff + 18)
- Qualificá-lo como Comissário para os assuntos externos (Nº32/Gormley)
- Suprimir toda e qualquer referência a um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União privilegiando a Comissão (Nº28/Svensson)

Dividir o artigo em dois

- Um artigo relativo aos acordos que não sejam do domínio da PESC, em que a Comissão teria o direito de iniciativa, e um artigo relativo aos acordos que incidam sobre a PESC, em que o direito de iniciativa seria do Ministro dos Negócios Estrangeiros (Nº18/Hain).

Terminologia:

- Tradução do título do Ministro dos Negócios Estrangeiros:
 - em alemão "Aussenminister" (Nº21/Kaufmann)
 - em português "Representante Europeu para as Relações Externas" (Nº25/Queiró)
- Substituir o termo "União" por "Comunidade" (Nº22/Kirkhope)
 - Substituir o termo "Constituição" por "Tratado simplificador" (Nº22/Kirkhope), "Tratado" (Nº25/Queiró),

Esfera de competências externas da União:

- Limitar o processo aos acordos relativos à ajuda humanitária e ao comércio com os países em vias de desenvolvimento (Nº22/Kirkhope).

Nº 1.

- Suprimir a referência ao artigo 24.º (Nº10/Borrell, Carnero, López Garrido)
- Aditar que, se necessário, se aplica o Protocolo sobre o papel dos parlamentos nacionais (N29/Teufel)

Nº 2.

Consulta ao Parlamento Europeu

- Aditar a exigência de consulta ao Parlamento Europeu antes de autorizar a abertura das negociações (Nº3/Wuermeling, Nº10/Borrell, Carnero, López Garrido)

Associação ao Parlamento Europeu

- Aditar que o Conselho actua em associação com o Parlamento Europeu (Nº30/Voggenhuber +4)

Assinatura de acordos

- Aditar que o Conselho autoriza a assinatura de acordos (Nº16/Farnleitner)

Suprimir o número (Nº21/Kaufmann)

Nº 3.

Direito de iniciativa

- Dar o direito de iniciativa à Presidência e unicamente a esta (Nº9/Bonde)
- Correção de redacção sem alterar o sentido (Nº20/Hjelm-Wallén + 4, Nº26/Roche)

Ministro dos Negócios Estrangeiros

- Substituir a referência à PESC por uma referência ao artigo 19.º da Parte I relativo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros para delimitar a sua esfera de competências (Nº13/de Villepin)
- Limitar a sua esfera de competências aos acordos que incidam exclusivamente sobre a PESC (Nº23/Michel + 3)

Recomendações conjuntas da Comissão e do Ministro dos Negócios Estrangeiros:

- Suprimir a possibilidade de recomendações conjuntas (*Nº13/de Villepin, Nº23/Michel + 3*)
- Limitá-las às matérias que abrangam simultaneamente a PESC e outros domínios da acção externa (*Nº14/de Vries, de Bruijn*)

Consulta ao Parlamento Europeu

- Exigir que o Conselho consulte o Parlamento Europeu antes de autorizar a abertura das negociações (*Nº21/Kaufmann*)

Papel do Parlamento Europeu

- Autorização para iniciar as negociações dada pelo Conselho e pelo Parlamento (*Nº30/Voggenhuber +4*)

Alterações de linguagem no texto em inglês:

- Substituir "to open" por "the opening of" (*Nº15/Duff + 18, Nº30/Voggenhuber +4*)

Nº 4.

O negociador:

- Precisar que o Conselho designa como negociador a Comissão ou o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União (*Nº11/Brok + 28, Nº12/Cushnahan, Nº17/Giannakou*)
- Estabelecer como princípio que a Comissão conduz as negociações:
 - deixando a escolha ao Conselho unicamente para os acordos que incidam exclusiva ou principalmente sobre a PESC ou para os acordos relativos ao direito penal (*Nº14/de Vries, de Bruijn*).
 - excepto para os acordos que incidam exclusiva ou principalmente sobre a PESC que têm de ser negociados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (*Nº15/Duff +18, Nº24/O'Sullivan et Ponzano*)
 - excepto para os acordos que incidam exclusivamente sobre a PESC que têm de ser negociados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (*Nº23/Michel + 3, Nº27/Severin*)
- Não sujeitar a escolha do negociador à matéria do futuro acordo (*Nº21/Kaufmann*)

*Suprimir o número (*Nº20/Hjelm-Wallén + 4, Nº30/Voggenhuber +4*)*

Nº 5.

O Comité especial

- Tornar obrigatória a consulta a um comité especial e precisar que esse comité é composto por igual número de representantes do Conselho dos Negócios Estrangeiros e do Parlamento Europeu (*Nº11/Brok + 28, Nº17/Giannakou*) e aditar que os membros do Parlamento Europeu serão integrados na delegação da União nas conferências internacionais e nos principais acordos (*Nº12/Cushnahan*).
- Prever vários comités especiais (*Nº30/Voggenhuber +4*).
- Alteração de redacção apenas (*Nº21/Kaufmann*)

As directrizes endereçadas ao negociador

- Prever que o Conselho e o Parlamento podem endereçar directrizes ao negociador (*Nº30/Voggenhuber +4*).

Nº 6.

Consulta ao Parlamento Europeu

- Aditar a exigência de consulta ao Parlamento Europeu antes da decisão da assinatura (*Nº21/Kaufmann*)

Nº 7.

Celebração de acordos

- Indicar que é a União, e não o Conselho, que celebra os acordos (*Nº30/Voggenhuber +4*).
- Indicar que os acordos são celebrados sob proposta da Comissão, independentemente do negociador (*Nº30/Voggenhuber +4*).

Tornar a exigência de consulta ao Parlamento Europeu extensiva

- A todos os acordos, incluindo os que incidam exclusivamente sobre a PESC (*Nº12/Cushnahan, Nº15/Duff +18, Nº21/Kaufmann, Nº27/Severin*).

Tornar a exigência de parecer favorável do Parlamento Europeu extensiva:

- A todos os acordos (*(Nº5/Wuermeling, Nº16/Farnleitner)*), pronunciando-se o Parlamento por maioria dos seus membros (*Nº10/Borrell, Carnero, López Garrido, Nº30/Voggenhuber +4*).
- Aos acordos comerciais (*Nº1/McAvan, Van Lancker, Duhamel, Marinho, Berès, Paciotti, Thorning-Schmidt, Nº4/Dybkaer, Nº6/Cushnahan, Nº7/Kauppi, Nº11/Brok + 28, Nº12/Cushnahan, Nº15/Duff +1,8 Nº17/Giannakou*)
- Aos acordos de desenvolvimento e de cooperação (*Nº4/Dybkaer, Nº15/Duff +18*)
- Aos acordos com consequências financeiras em vez de "com consequências orçamentais significativas " (*Nº8/Wuermeling*)

- A todo e qualquer acordo que incida sobre a protecção dos direitos fundamentais (Nº21/Kaufmann, Nº23/Michel + 3)

Nº 8.

Papel do Parlamento Europeu

- Aditar que o Conselho só decide conferir poderes ao negociador após consulta ou parecer favorável do Parlamento Europeu, consoante o acordo incida sobre uma matéria em relação à qual o n.º 7 exija a consulta ou o parecer favorável do Parlamento Europeu (Nº21/Kaufmann)

Suprimir o número (Nº30/Voggenhuber +4).

Nº 9.

Recurso à maioria qualificada

- Precisar que nos casos em que o acordo incida sobre o domínio da PESC, só se pode recorrer à maioria qualificada nas condições enunciadas no artigo 9.º do Título B da Parte II (Nº13/de Villepin).

A maioria qualificada no Conselho

- Aditar que o Conselho delibera por maioria qualificada, salvo disposição da Constituição em contrário (Nº16/Farnleitner)

Tornar a maioria qualificada no Conselho extensiva

- A todos os acordos (Nº10/Borrell, Carnero, López Garrido, Nº30/Voggenhuber +4).
- Aos acordos de associação (Nº20/Hjelm-Wallén + 4)
- À adesão à CEDH (Nº21/Kaufmann, Nº31/Tiilikainen + 4)
- A todos os acordos, excepto para a adesão à CEDH que seria o único caso de unanimidade (Nº11/Brok + 28)

Tornar a exigência de unanimidade no Conselho extensiva :

- Aos casos em que um parlamento nacional alegue o interesse nacional vital e que o Primeiro Ministro do Estado-Membro em questão esteja disposto a apresentar o seu veto na próxima cimeira europeia (Nº9/Bonde)
- A todos os acordos (Nº19/Heathcoat-Amory)
- Aos outros acordos que incidam na protecção dos direitos fundamentais (Nº23/Michel + 3)
- Substituir a unanimidade pela maioria superqualificada (Nº15/Duff +18)
- Reformulação sem alteração de sentido (Nº14/de Vries, de Bruijn, Nº18/Hain)

Nº 10.

- Suprimir a exigência da proposta da Comissão ou do Ministro dos Negócios Estrangeiros (*Nº9/Bonde*)
- Aditar a exigência do parecer favorável do Parlamento Europeu que deve ser dado no prazo de um mês (*Nº21/Kaufmann*)

Nº 11.

- Autorizar a participação dos membros do Parlamento Europeu no processo (*Nº2/Wuermeling*)

Nº 12.

- *Tornar extensiva* às regiões com competência legislativa e aos parlamentos nacionais a *legitimidade activa* para pedir um parecer favorável ao Tribunal de Justiça (*Nº29/Teufel*)

Alargar a competência do Tribunal de Justiça no âmbito do parecer prévio

- Suprimir a restrição às disposições da Constituição abrangidas pela competência jurisdicional do Tribunal de Justiça (*Nº16/Farnleitner, Nº23/Michel + 3*)
- Suprimir a exigência de revisão da Constituição em caso de parecer prévio negativo do Tribunal de Justiça (*Nº26/Roche*)
- Suprimir o número (*Nº19/Heathcoat-Amory*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 33.º

1. *Linda McAVAN, Anne VAN LANCKER, Olivier DUHAMEL, Luís MARINHO, Pervenche BERÈS, Elena PACIOTTI, Helle THORNING-SCHMIDT*
2. *Joachim Wuermeling*
3. *Joachim Wuermeling*
4. *Dybkjær*
5. *Joachim Wuermeling*
6. *John Cushnahan*
7. *Piia-Noora KAUPPI*
8. *Joachim Wuermeling*
9. *Jens-Peter Bonde*
10. *Borrell (membro), Carnero e López Garrido (suplentes)*
11. *BROK; SANTER; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDON; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
12. *John Cushnahan*
13. *de Villepin*
14. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
15. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puii Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; Membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Lord MacLennan of Rogart, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
16. *Hannes Farnleitner*
17. *GIANNAKOU Marietta*
18. *Hain*
19. *David Heathcoat-Amory*

20. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos; Sören Lekberg, Göran Lennmarker e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais.*
21. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
22. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
23. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção, e Pierre Chevalier, membro suplente da Convenção*
24. *O'Sullivan e M. Ponzano*
25. *Luís Queiró*
26. *Dick Roche*
27. *Adrian Severin*
28. *Ingvar SVENSSON*
29. *Erwin Teufel*
30. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener, Nagy*
31. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
32. *John Gormley*

Artigo 34.º

1. *Em derrogação do disposto no artigo 33.º, o Conselho, deliberando por unanimidade, por recomendação do Banco Central Europeu ou da Comissão, após consulta ao Banco Central Europeu, a fim de alcançar um consenso compatível com o objectivo de estabilidade dos preços, e após consulta ao Parlamento Europeu, de acordo com os mecanismos processuais referidos no n.º 3, pode celebrar acordos formais relativos a um sistema de taxas de câmbio do euro em relação às moedas extra-União. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, por recomendação do Banco Central Europeu ou da Comissão, e após consulta ao Banco Central Europeu, a fim de alcançar um consenso compatível com o objectivo de estabilidade dos preços, pode adoptar, ajustar ou abandonar as taxas centrais do euro no sistema de taxas de câmbio. O Presidente do Conselho informa o Parlamento Europeu da adopção, do ajustamento ou do abandono das taxas centrais do euro.*
2. *Na ausência de um sistema de taxas de câmbio em relação a uma ou mais moedas extra-União, na acepção do n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, quer por recomendação da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, quer por recomendação do Banco Central Europeu, pode formular orientações gerais para uma política de taxas de câmbio em relação a essas moedas. Essas orientações gerais não afectam o objectivo primordial do Sistema Europeu de Bancos Centrais, ou seja, a manutenção da estabilidade dos preços.*
3. *Em derrogação do disposto no artigo 33.º, caso devam ser negociados acordos entre a União e um ou mais Estados ou organizações internacionais no que respeita a questões relacionadas com o regime monetário ou cambial, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, por recomendação da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, decide sobre os mecanismos para a negociação e a celebração dos acordos. Esses mecanismos devem assegurar que a Comunidade expresse uma posição única. A Comissão será plenamente associada a essas negociações.*
4. *Sob reserva do disposto no n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, decide sobre a posição da União a nível internacional relativamente às questões que se revistam de especial interesse para a União Económica e Monetária, bem como sobre a sua representação, de acordo com a repartição de competências prevista nos artigos X [ex-99.º] e Y [ex-105.º].*
5. *Sem prejuízo das competências e dos acordos da União no domínio da União Económica e Monetária, os Estados-Membros podem negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Novo texto com base na estrutura do artigo 33.º (Nº10/O'Sullivan, Ponzano)

- Substituir o Conselho por "os Estados-Membros da zona euro" (*Nº8/Kirkhope*)
- Substituir o termo "União" por "Comunidade" ou "Eurozona" consoante o caso (*Nº8/Kirkhope*),
- Pedido de revisão com base no artigo 41.º da Parte I (*Nº9/Michel + 4*)
- Transferir este artigo para o título "União Económica e Monetária" (*Nº12/Tiilikainen + 3*)

Nº 1.

- Instaurar o princípio segundo o qual sempre que o Conselho deliberar sob recomendação da Comissão, delibera após consulta ao Banco Central e, quando deliberar por proposta do Banco Central, deve deliberar após consulta ao Parlamento Europeu, tanto no âmbito da celebração de acordos como no âmbito do ajustamento ou abandono das taxas centrais do euro (*Nº7/Kaufmann*)

Nº 2.

Alterações de redacção

- Alteração destinada a harmonizar o texto inglês com o texto francês, porquanto na versão inglesa falta o texto relativo ao Banco Central (trata-se de um erro de tradução no texto inglês) (*Nº 5/Hain*)
- Suprimir a referência à maioria qualificada, sempre que se tratar da regra geral (*Nº7/Kaufmann*)

Nº 3.

- Confiar a negociação dos acordos monetários à Comissão, em estreita consulta com o Conselho e o Banco Central (*Nº3/Duff + 17*)

Alterações de redacção

- Suprimir as referências à maioria qualificada e à derrogação do artigo 33.º, quando se tratar da regra geral enunciada precisamente no artigo 33.º. Em contrapartida, indicar "quanto ao resto, aplica-se o artigo 33.º" (*Nº7/Kaufmann*)
- Alteração linguística na versão alemã onde o termo União foi traduzido de uma forma pouco feliz por "Gemeinsschaft" (*Nº7/Kaufmann*)

Nº 4.

- Alterar o texto de forma a indicar que o Conselho chega a acordo sobre uma posição comum e sobre a instituição responsável pela sua apresentação nas instituições financeiras internacionais (*Nº11/Roche*)

- Especificar que a União deve adoptar uma única posição a nível internacional, estando os Estados-Membros da zona euro envolvidos em cada etapa da definição dessa posição (Nº4/Farnleitner)

Representação externa do euro

- Confiar a representação externa do euro à Comissão (Nº 2/Brok + 31), sem prejuízo das atribuições do Banco Central e em contacto estreito com o Conselho e o Banco Central (Nº3/Duff + 17).
- Cindir o artigo e introduzir um novo número relativo à representação externa do euro (Nº4/Farnleitner).
- Aditar que este artigo não afecta os direitos dos Estados-Membros que não participam no euro (Nº6/Heathcoat-Amory , Stockton)
- Suprimir a referência à maioria qualificada e à iniciativa da Comissão, sempre que se tratar da regra geral (Nº7/Kaufmann)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 34.º

1. *Jens-Peter Bonde*
2. *BROK; SANTER; STYLIANIDIS; TAJANI; VAN DER LINDEN; ALMEIDA GARRETT; ALTMAIER; AZEVEDO; BASILE; BREJC; CUSHNAHAN; DEMETRIOU; DOLORES; FOGLER; FOLLINI; FRENDON; GIANNAKOU; KAUPPI; KELEMEN; KORHONEN; KRASTS; KROUPA; LENNMARKER; LEQUILLER; MAIJ-WEGGEN; MLADENOV; PIKS; RACK; VAN DIJK; WITTBRODT; ZIELENIEC; ZILE*
3. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gricius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Androula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas*
4. *Hannes FARNLEITNER*
5. *Hain*
6. *David Heathcoat-Amory , Conde de Stockton, Deputado do Parlamento Europeu*
7. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
8. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
9. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção, Pierre Chevalier e Marie Nagy, membros suplentes da Convenção*
10. *O'Sullivan e Ponzano*
11. *Dick Roche*
12. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*

CAPÍTULO 6: RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS PAÍSES TERCEIROS E DELEGAÇÕES DA UNIÃO

Artigo 35.º

- 1. A União estabelecerá todas as formas úteis de cooperação com as Nações Unidas, o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos.***

Além disso, a União assegurará com todas as outras organizações internacionais as ligações que considere oportunas.

- 2. A aplicação do número anterior cabe ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e à Comissão.***

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Alterar o título aditando « Representação externa » (No. 1/Berès, No. 14/O’Sullivan+1) e « e da zona euro » (No. 1/Berès).
- Substituir « a União » por « a Comunidade » (No. 2/Kirkhope).

Nº 1.

- Aditar que a União pode pedir a adesão a certas organizações (No. 3/Borrel+2). Aditar (num número separado) que os Estados-Membros diligenciarão para a União poder tornar-se membro das organizações internacionais (No. 6/Duff+18, No. 13/Michel+4).
- Aditar a OTAN às organizações citadas (No. 5/de Vries+1, No. 7/Fini+1, No. 10/Hübner, No. 12/Kohout).
- Alterar a redacção do segundo parágrafo para evocar « outras formas de cooperação » em vez de « ligações que considere oportunas » (No. 7/Fini+1). Aditar que a manutenção de relações com certas organizações não significa que a União passe a ser um Estado (No. 9/Heathcoat-Amory+1).

Nº 2.

- Um certo número de Convencionais interroga-se sobre o nome desta função (No. 6/Duff+18, No. 16/Queiró).
- Substituir « o Ministro » por « a Presidência » (No. 2/Bonde). Suprimir a referência ao Ministro (No. 18/Svensson, No. 20/Gormley).
- Suprimir a referência à Comissão (No. 4/de Villepin).
- Aditar « as appropriate » (consoante as circunstâncias) (No. 8/Hain).

- Suprimir o número (*No. 11/Kirkhope*).
- Suprimir os termos « a aplicação cabe » e dizer « O Ministro ... aplicam » (*No. 17/Roche*).

Proposta de aditamento de um novo artigo ou de novos números

- Aditar alguns números que desenvolvam mais pormenorizadamente a organização da representação externa da União (*No. 13/Michel+4, No. 14/O'Sullivan+1, No. 19/Tiilikainen+4*).
- Aditar um artigo relativo à representação externa da União Económica e Monetária (*No. 1/Berès*).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 35.º

1. *Pervenche Berès*
2. *Jens-Peter Bonde*
3. *Borrell (membro), Carnero e López Garrido (suplentes)*
4. *de Villepin*
5. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
6. *Andrew Duff, Lamberto Dini, Paul Helminger, Dimitrij Rupel, Peeter Kreitzberg, Algirdas Gričius, Puiu Hasotti, Jelko Kacin, Zekeriya Akçam e Eugenijus Maldeikis; membros suplentes: Lone Dybkjaer, Willem Van Eekelen, Nesrin Uzun, Marios Matsakis, Andrroula Vassiliou, Istvan Szent-Ivanyi, Péter Eckstein-Kovacs, Ibrahim Ozal e Gintautas Sivickas.*
7. *Gianfranco FINI – Francesco SPERONI*
8. *Hain*
9. *David Heathcoat-Amory, Conde de Stockton, Deputado do Parlamento Europeu*
10. *Danuta Hübner*
11. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
12. *Jan Kohout*
13. *Louis Michel, Elio di Rupo, Anne Van Lancker, membros da Convenção; Pierre Chevalier e Marie Nagy, membros suplentes da Convenção*
14. *O'Sullivan e M. Ponzano*
15. *Pervenche Berès*
16. *Luís Queiró*
17. *Dick Roche*
18. *Ingvar SVENSSON*
19. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
20. *John Gormley*

Artigo 36.º

- 1. *As delegações da União nos países terceiros e junto das organizações internacionais assegurarão a representação da União.***
- 2. *As delegações da União funcionarão sob a autoridade do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e em estreita cooperação com as missões dos Estados-Membros.***

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Fundir este artigo com o artigo 35.º, fundindo também os dois números relativos às delegações da União (No. 17/Roche).
- Substituir «União» por «Comunidade» (No. 8/Kirkhope).

Nº 1.

- Fundir os dois números, suprimindo as referências ao Ministro e à Comissão (No. 6/Hjelm-Wallén).
- Aditar um número introdutório que defina que a União tem o seu próprio serviço diplomático e proposta de supressão da referência às « delegações » para evocar « representações diplomáticas » e « delegações nas conferências internacionais », que podem representar os Estados-Membros que o desejarem (No. 2/Farnleitner). Aditar «e dos seus cidadãos » a seguir a União (No. 7/Hübner).
- Aditar « where appropriate » (consoante as circunstâncias) (No. 4/Hain) ou « quando mandatadas » (No. 5/Heathcoat-Amory).

Nº 2.

- Aditar que as delegações fazem parte dos serviços da Comissão (No. 9/O'Sullivan+1).
- Indicar que as delegações funcionam sob a autoridade do Conselho Europeu (No. 8/Kirkhope), ou que as delegações funcionam sob a autoridade da Presidência ou, em certos casos, do « Representante para a Relações Externas da União» (No. 10/Queiró). Suprimir a referência ao Ministro (No. 12/Svensson). Aditar uma referência à Comissão (No. 13/Tiilikainen+4). Suprimir « o Ministro » e aditar « o Comissário para as Relações Externas» (No. 14/Gormley).
- Substituir « o Ministro » por « a Presidência » (No. 1/Bonde).
- Substituir « em estreita cooperação com » por « após consulta » (No. 3/Giannakou).

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO 36.º

1. *Jens-Peter Bonde*
2. *Hannes Farnleitner*
3. *Marietta GIANNAKOU*
4. *Hain*
5. *David Heathcoat-Amory*
6. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos; Sören Lekberg, Göran Lennmarker e Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais*
7. *Danuta Hübner*
8. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
9. *O'Sullivan e M. Ponzano*
10. *Luís Queiró*
11. *Dick Roche*
12. *Ingvar SVENSSON*
13. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Kimmo Kiljunen, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
14. *John Gormley*

PARTE II
CAPÍTULO X: SOLIDARIEDADE

Artigo X (Aplicação da cláusula de solidariedade)

1. *Com base numa proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, o Conselho adoptará actos que definam um quadro para a aplicação da cláusula de solidariedade a que se refere o artigo X da Parte I. Esses actos serão adoptados em conformidade com as disposições pertinentes da Constituição.*
2. *Se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista, os outros Estados-Membros prestar-lhe-ão assistência a pedido das autoridades políticas do Estado-Membro afectado. Para o efeito, os Estados-Membros coordenar-se-ão no quadro do Conselho.*
3. *No âmbito do presente artigo, o Conselho será assistido pelo Comité Político e de Segurança e pelo Comité Permanente de Segurança Interna, que lhe apresentarão, se for caso disso, pareceres conjuntos.*
4. *Para que a União possa agir de modo eficaz, o Conselho Europeu, com base num relatório do Conselho, procederá a uma avaliação regular das ameaças com as quais a União se confronta.*

ANÁLISE TEMÁTICA DAS ALTERAÇÕES

Em geral

- Alterar o título : aplicação da cláusula de segurança e de solidariedade (No 4/Fischer)
- Suprimir o artigo (No 9/Kaufmann, No 13/Roche, No 16/Voggenhuber + 2, No 17/Bonde, No 18/Gormley)

Nº 1.

- Substituir « actos » por actos jurídicos (No 3/Farnleitner)
- Nova formulação que preveja a coordenação das acções da União e dos seus Estados-Membros para a aplicação da cláusula (No 1/de Villepin, No 4/Fischer, No 6/Hain)
- Substituir a proposta conjunta por a proposta da Comissão (No 14/Svensson)
- Alteração de redacção (No 3/Farnleitner, No 5/Giannakou + 3)
- Suprimir o número (No 2/de Vries + 1,)
- Passa a número 2, retomando o número 1 existente e suprimindo a proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão (No 1/de Villepin)

Nº 2.

Âmbito

- Aditar uma referência a catástrofes naturais ou desastres (*No 3/Farnleitner, No 10/Kiljunen*)
- Alteração de redacção e aditamento de qualquer ataque armado (*No 5/Giannakou + 3*)
- Aditar a referência à necessidade de uma decisão nacional relativamente à assistência de um Estado a outro (*No 8/Hjelm-Wallen + 3*)
- Substituir « a pedido das autoridades políticas do Estado-Membro afectado » por a pedido do Estado-Membro afectado (*No 10/Kiljunen, No 15/Tiilikainen + 3*)
- Aditar a União, para além dos Estados-Membros que prestam assistência (*No 15/Tiilikainen + 3*)
- Suprimir o número (*No 2/de Vries + 1, No 7/Heathcoat-Amory,*)

Nº 3.

- Alteração de redacção e suprimir a referência aos « pareceres conjuntos», substituindo-a por pareceres pertinentes (*No 5/Giannakou + 3*)
- Suprimir o número (*No 7/Heathcoat-Amory,*)

Nº 4.

- Aditar cidadãos : das ameaças com as quais os cidadãos da União se confrontam. (*No 7/Heathcoat-Amory,*)
- Reformulação que preveja que os Estados-Membros devem ser incentivados a comunicar ao Conselho Europeu a possibilidade de ameaça terrorista , devendo esses relatórios ser avaliados pelo Conselho. (*No 11/Kirkhope*)
- Suprimir a referência ao relatório do Conselho (*No 1/de Villepin, No 4/Fischer, No 6/Hain*)
- Alteração de redacção (*No 5/Giannakou + 3*)

LISTA DAS ALTERAÇÕES AO ARTIGO X

1. *de Villepin*
 2. *G.M. de Vries e T.J.A.M. de Bruijn*
 3. *Hannes Farnleitner*
 4. *Joschka Fischer*
 5. *GIANNAKOU Marietta, AVGERINOS Paraskevas, BROK Elmar, Membros; STYLIANIDIS Evripidis, suplentes*
 6. *Hain*
 7. *David Heathcoat-Amory*
 8. *Lena Hjelm-Wallén e Sven-Olof Petersson, representantes dos Governos; Sören Lekberg e Mr Kenneth Kvist, representantes dos parlamentos nacionais.*
 9. *Sylvia-Yvonne Kaufmann*
 10. *Kiljunen*
 11. *TIMOTHY KIRKHOPE, Deputado do Parlamento Europeu*
 12. *Luís Queiró*
 13. *Dick Roche*
 14. *Ingvar SVENSSON*
 15. *Teija Tiilikainen, Antti Peltomäki, Matti Vanhanen, Riitta Korhonen*
 16. *Voggenhuber, Lichtenberger, Wagener*
 17. *Jens-Peter Bonde*
 18. *John Gormley*
-